

15/04/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Álvaro Alberto e a ciência, tecnologia & inovação no Brasil](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Uma Lava Jato para a educação?](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Corte de verba marca início da gestão de Marcos Pontes no Ministério da Ciência](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[‘Nova política não é falta de diálogo’, afirma Skaf](#)

[2 mil médicos cubanos continuam no Brasil. Na informalidade](#)

O GLOBO - RJ

[O país dos toscos](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Após alta inédita, mortalidade infantil volta a cair](#)

Agências de notícias e sites

BRASIL AGRO

[Uma Lava Jato para a educação? Por José Goldemberg](#)

VISÃO

[Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril](#)

PORTAL ÉPOCA

[General demitirá quatro mil precarizados em hospitais universitários](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[A estratégia inspirada na África que pode ser alternativa para crianças sem creche no Brasil](#)

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

[Brasil perde conhecimento](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Estimular a ciência](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Weintraub delira](#)

[Como recuperar a educação moral e cívica sem lesar a democracia](#)

[Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo](#)

[Vouchers funcionariam para melhorar a educação no Brasil?](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O que será do Enem?](#)

[O Itaú Social e o MEC...](#)

O GLOBO - RJ

[Moro e Lava-Jato estudam fundo anticorrupção](#)

[Sala de aula](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[Bolsonaro vs militares](#)

[Mais um ministro alucinado](#)

ÉPOCA - RJ

[TABATA × SÓSTENES](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[Responsabilidade é de todos](#)

O POVO - CE

[O ENSINO SUPERIOR NO CEARÁ](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DO ANCELMO GOIS

[Orçamento do Brasil com conhecimento já perdeu R\\$ 38 bilhões desde 2015](#)

CORREIO DOS CAMPOS

[Rebej prorroga prazo de submissões até 31 de maio; inscrições para ENPJ seguem até 23 de abril](#)

ESPAÇO ACADÊMICO

[Mulheres](#)

INTERDEPENDENTE

[O que são e para que servem as universidades públicas de pesquisa](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[Desmente Bolsonaro - Mais de 95% da produção científica do país vem de Universidades públicas C](#)

G1

[PUC-Rio tem projeto para incluir idosos em seu programa de extensão universitária](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Nova direção](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Secretário não assume](#)

[Problemas à frente](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Conspirações](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[O fosso que nos separa da boa educação](#)

[Para onde vai a educação?](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DE SERGIPE - SE

[Nova direção](#)

DIÁRIO DO PARÁ - PA

[Nova direção](#)

MEIO NORTE - PI

[Nova direção](#)

O ESTADO - MS

[Nova direção](#)

Agências de notícias e sites

ACONTECEU NA BAHIA

[INSCRIÇÕES PARA EDIÇÃO 2019 DO PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL COMEÇAM DIA 15](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Poderes da oração : Bolsonaro acena a lideranças evangélicas, depois das rugas](#)

BLOG DO LUÍS NASSIF

[Desmente Bolsonaro: Mais de 95% da produção científica do país vem de Universidades públicas](#)

BOCÃO NEWS

[Sob nova direção, MEC sonda nomes para presidências do Inep e do FNDE](#)

BRASIL247

[Um governo a serviço da desconstrução nacional](#)

BROADCAST

[Diretor de Itaipu abre canal de diálogo com a Unila](#)

CABEZA NEWS

[Diretor de Itaipu abre canal de diálogo com a Unila.](#)

CAMPO GRANDE NEWS

[Uems abre seleção para pós-doutorado em Letras com bolsa de R\\$ 4,1 mil](#)

CASSILANDIA JORNAL

[Uems abre seleção para pós-doutorado em Letras com bolsa de R\\$ 4,1 mil](#)

ITAPORA NEWS

[Uems abre seleção para pós-doutorado em Letras com bolsa de R\\$ 4,1 mil](#)

O DOCUMENTO - MT

[Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril](#)

PIMENTA

[INSCRIÇÕES PARA EDIÇÃO 2019 DO PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL](#)

[COMEÇAM DIA 15](#)

PORTAL T5

[Mulheres assinam mais de dois terços dos artigos científicos no Brasil](#)

TERRA

[Diretor de Itaipu abre canal de diálogo com a Unila](#)

UEMS

[Mestrado em Letras da UEMS/CG abre processo seletivo para estágio de pós-doutorado](#)

UNIFESP

[Governo extingue o PDES, programa de bolsas Capes](#)

URGENTE NEWS

[Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril](#)

PORTAL ISTOÉ

[O fator ideológico](#)

[O fosso que nos separa da boa educação](#)

PORTAL VEJA

[Editorial do Estadão : A valorização do professor](#)

[Enem 2019 : 3,6 milhões pedem isenção de taxa ao governo](#)

Agências de notícias e sites

ANDIFES

[UFU começa a implementar plano de internacionalização](#)

BANANAL ONLINE

[Inscrições para professores substitutos do Ifes terminam nesta sexta-feira](#)

BEM NOTÍCIAS

[Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril](#)

FAPEG

[Prêmio Capes de Tese 2019 recebe inscrições até maio](#)

G1

[UFU recebe R\\$ 12,9 milhões para bolsas de pesquisa e plano de internacionalização](#)

NATAL PRESS

[Metrópole Digital realiza Natal Bioinformatics Fórum](#)

ORIXI NOTÍCIA

[Ufopa terá doutorado em rede em Educação na Amazônia](#)

PAVA BLOG

[Evangélicos são de direita ou de esquerda?](#)

CLIPPING



CORREIO WEB

[Presença de militares em cargos de chefia causa nova crise no MEC](#)

G1

[Inpa abre inscrições para seleção de Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido](#)

R7

[MP do Ensino Domiciliar entra na briga nas discussões do Congresso](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[O desprezo pela educação](#)

O ESTADO - MS

[A educação brasileira](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Ensino domiciliar prevê cadastro](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Ensino domiciliar será através de PL](#)

O DIA - RJ

[A bagunça do MEC](#)

O POVO - CE

[A UFC e o ranking do compromisso](#)

Agências de notícias e sites

BRASIL247

[Perversidade sem fim, diz Valente sobre Reforma da Previdência](#)

G1

[Pós-Graduação em Psicologia da Unifor abre inscrições para prêmio](#)

PIAUÍ NOTÍCIAS

[PARFOR/UESPI lança Edital para seleção de professor formador](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril](#)

[Conheça o Ciência é 10, parte do Programa Ciência na Escola](#)

[Prêmio CAPES de Tese 2019 recebe inscrições até maio](#)

[CAPES integra Programa Ciência Na Escola](#)

UFMS

[Capes seleciona projetos conjuntos de pesquisa para o Sul Global/Coopbrass](#)

VISÃO

[UNIVEM : alunos do Direito são aprovados em Exame da OAB](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Frente parlamentar vai lutar pela permanência do Fundeb](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Política Nacional de Alfabetização de Bolsonaro mantém foco em método fônico](#)

G1

[Juíza bloqueia R\\$ 5 milhões de faculdades que não deram diplomas a alunos de União dos Palmares](#)

[Escolha para o MEC reafirma decisão do governo por ideologia em vez da técnica educacional](#)

[Damares diz que governo pedirá urgência na tramitação de projeto sobre ensino domiciliar](#)

[UFU recebe R\\$ 12,9 milhões para bolsas de pesquisa e plano de internacionalização](#)

PORTAL ISTOÉ

[Para onde vai a educação?](#)

PORTAL VEJA

[Abraham Weintraub, novo ministro da Educação, processa o próprio pai](#)
[O decreto da alfabetização](#)

REUTERS BRASIL

[ANÁLISE-Postura de Bolsonaro nos primeiros 100 dias não funciona e governo se beneficiaria de pragmatismo](#)

UEMS

[UEMS participa de discussões sobre estratégias para assistência estudantil na UFMS](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Álvaro Alberto e a ciência, tecnologia & inovação no Brasil

RENATO CORDEIRO

Pesquisador emérito da Fundação Oswaldo Cruz, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, pesquisador sênior do CNPq

Além de fundador e primeiro presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o almirante Álvaro Alberto presidiu a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Considerado uma das grandes inteligências nacionais, foi um dos principais responsáveis pela implementação do Programa Nuclear brasileiro. Dada a brilhante e proativa trajetória, se estivesse vivo, Álvaro Alberto estaria perplexo com os cortes orçamentários previstos no escopo do Decreto 9.741, de 29 de março de 2019, que determinou a redução de recursos da ordem de 42% (R\$ 2,158 bilhões) em ciência, tecnologia, inovações e comunicações (MCTIC); 31,7% (R\$ 8,255 bilhões) em educação (MEC) e 79,5% (R\$ 4,737 bilhões) nas atividades do Ministério de Minas e Energia.

Esse nível de contingenciamento afeta dramaticamente o orçamento do MCTIC e de toda sua estrutura, que inclui em conceituadas unidades de pesquisa, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), entre outros. Apesar de constituir a espinha dorsal da CT&I, a principal fonte de fomento à pesquisa no país, o CNPq já sofria redução orçamentária desde o governo anterior, com deficit de R\$ 300 milhões. Na atual situação, além de não mais conseguir honrar o pagamento de auxílios à pesquisa, ficará impossibilitado de pagar as bolsas de estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado, até o fim de 2019.

Desde 1955 — quando Álvaro Alberto presidiu o CNPq — até o presente momento, o desenvolvimento científico e tecnológico no nosso país avançou significativamente em quase todas as áreas de conhecimento. O Brasil alcançou o 13º lugar na produção de artigos científicos indexados de nível internacional, superando países como Rússia, Holanda, Suíça, Suécia e os demais países latino-americanos. No período de 1998 a 2017, os programas de pós-graduação formaram o impressionante número de 225.207 mil doutores, 654.068 mil mestres e 72.529 mil mestres profissionais (GeoCapes).

Todo o investimento e esforço dedicados ao projeto de futuro e desenvolvimento da nossa nação, por meio do fortalecimento dos centros de pesquisa e formação de pessoas altamente qualificadas, poderá ser seriamente comprometido — ou até inviabilizado — pelo drástico e absurdo contingenciamento. O novo ministro de CT&I, o astronauta Marcos Pontes, foi recebido com grande esperança e entusiasmo pela comunidade

científica. Entretanto, terá sérias dificuldades para conduzir a área de CT&I na atual situação de penúria. O documento elaborado pela ABC, SBPC e outras quatro entidades, encaminhado ao governo em 1º/4/19, deixa claro que o Decreto 9.741 “...atinge em cheio a ciência e a inovação tecnológica no Brasil, prejudicando a qualidade de vida da população e eliminando, por longo período de tempo, a possibilidade de protagonismo internacional do país”.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, é PhD pela Universidade de Chicago, um centro de excelência em pesquisa e celeiro de Prêmios Nobel, medalhistas Fields, Prêmios Turing e Pulitzer no mundo. Tendo DNA de pesquisador, portanto, entende e valoriza a CT&I para o desenvolvimento econômico e social dos países e seus povos. Portanto, esperamos do pesquisador a sensibilidade para a edição do Decreto 9.741, evitando o sucateamento do setor. Ainda, esperamos que a razão do pesquisador prevaleça sobre a do ministro, cuja declaração recente desautoriza a realização de novos concursos nas instituições federais.

Com a crescente onda de aposentadorias no serviço público federal — decorrente da Reforma da Previdência elaborada pelo governo federal e sob discussão e tramitação no Congresso Nacional —, essa decisão seria desastrosa para o futuro das universidades e institutos de pesquisa, cujos quadros já apresentam contínua redução, uma vez que não há política efetiva de reposição de pessoal para todo o conjunto de instituições.

Diante da presente encruzilhada, temos dois caminhos a escolher: ou implementamos um projeto de nação, baseado em CT&I e fazemos o Brasil prosperar, a exemplo de outros países, ou corremos o risco de asfixiar toda uma geração de jovens cientistas, promovendo a sua diáspora para nações do Primeiro Mundo, ávidas por cérebros talentosos e produtivos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Uma Lava Jato para a educação?

Uma das mais surpreendentes propostas de membros do novo governo da República é a de começar a enfrentar os notórios problemas da educação no País por meio de uma investigação do tipo da Lava Jato. Essa investigação, graças à coragem e firmeza do então juiz Sergio Moro, teve sucesso em identificar a corrupção na administração pública e em estatais – principalmente na Petrobrás –, que teve sérias consequências no desempenho dessas empresas.

Contudo atribuir à corrupção todos os males da República e a profunda recessão econômica que o País atravessou é um exagero. O que provocou a crise foi a adoção de políticas equivocadas e demagógicas, que causaram danos às empresas públicas e ao País muito maiores do que as comissões cobradas por corruptos para enriquecimento pessoal ou para alimentar campanhas políticas.

Um exemplo na área de educação é o programa Ciência Sem Fronteiras, do governo Dilma, em que foram gastos mais de R\$ 10 bilhões enviando ao exterior milhares de estudantes despreparados e pagando às universidades estrangeiras elevadas taxas de inscrição. Esse programa ignorou o profícuo trabalho que o CNPq e a Capes fazem há muitos anos no envio de estudantes de pós-graduação e pesquisadores ao exterior. Não houve corrupção no programa, ao que se saiba, mas ele provocou sérios prejuízos desvirtuando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que

afetou todas as atividades de pesquisa no País.

É por essa razão que tentar melhorar a educação brasileira procurando “culpados” pelos problemas que enfrenta tem um caráter policial primário que pode produzir manchetes nos jornais, mas não vai resolvê-los.

Não há grandes obras que interessem aos empreiteiros no Ministério da Educação, que gasta mais de 90% dos seus recursos com salários, a maior parte nas universidades federais. O Ministério da Educação é, na prática, um “ministério das universidades”, tendo abandonado, na prática, o ensino fundamental e o médio, que são

de responsabilidade dos municípios e dos Estados, mas que não conseguem fazê-lo de maneira adequada.

Atualmente, mais de 25% dos recursos da União, dos Estados e municípios são, por dispositivo constitucional, destinados à educação em todos os níveis (pré-escola, ensino fundamental, médio e superior). Esses recursos são vultosos, cerca de R\$ 500 bilhões por ano, e aumentaram substancialmente desde o ano 2000. Representam cerca de 5% do produto bruto nacional, o que é igual ou até mais do que a fração que os outros países colocam em educação, mas, evidentemente, não resolveram os problemas: apenas cerca de metade dos jovens que ingressam no ensino fundamental aos 7 anos chega ao ensino médio aos 15 anos; destes apenas 60% chegam ao fim do ciclo aos 18 anos.

A baixa renda das famílias brasileiras obriga muitos jovens a abandonarem a escola para trabalhar. Este é um verdadeiro genocídio aplicado aos jovens do nosso país. Os problemas do ensino fundamental refletem-se no acesso às universidades públicas. A maioria tem de ir para universidades privadas, que cobram altas mensalidades. É isso que dá origem aos problemas com cotas e toda uma falsa discussão sobre equidade social no País.

A quase totalidade dos recursos é gasta com pessoal, mas o salário médio mensal dos professores do ensino fundamental e do médio é cerca da metade do que ganham profissionais em funções comparáveis em outras atividades. Não é de surpreender, portanto, que a carreira docente nesses níveis não seja atrativa do ponto de vista salarial. Isso tem consequências sérias, porque levou ao desprestígio da profissão de professor, que foi elevada no passado, quando o sistema educacional era muito menor.

O que fazer, então, em curto prazo para melhorar a educação fundamental com os orçamentos limitados dos Estados e municípios, já que dificilmente eles poderão aumentar a não ser retirando recursos de outras áreas também carentes, como saúde e segurança?

Só a racionalização no uso dos recursos e a melhoria das condições da economia poderiam fazê-lo.

Apenas para dar um exemplo, no Estado de São Paulo a evolução demográfica mostra que seria possível aumentar o número de alunos por sala de aula. O número de jovens que frequenta a escola fundamental no Estado caiu à metade, de 3,8 milhões para 1,9 milhões, do ano 2000 para 2017, mas o número de professores manteve-se praticamente o mesmo. Além disso, muitos se encontram em licença médica ou fora das salas de aula,

nas áreas administrativas da secretaria, que é uma forma de melhorar sua situação salarial, o que não beneficia o aprendizado dos alunos.

Aumento salarial geral para os professores, que é a reivindicação permanente dos sindicatos, só pode dar resultados positivos na melhoria do ensino se for associado ao desempenho dos professores. Experiências em outros países onde apenas os salários dos professores foram aumentados significativamente não melhoraram o aprendizado.

Medir esse desempenho é tarefa complexa, como experiências prévias em outros países indicam. Existe, porém, uma variedade de instrumentos para fazê-lo, como a observação da qualidade das aulas, entrevistas pessoais, relatórios do diretor da escola, pesquisas com os alunos e as famílias e até autoavaliação. Isso foi feito no Chile, no Equador, no México e no Peru com excelentes resultados. Nesses países o aumento salarial foi feito associando aumentos ao desempenho dos alunos e professores.

Não é a busca por corrupção ou uma mudança cosmética dos currículos que vai resolver os problemas educacionais no País. É na gestão do sistema que está o problema, e não na procura de culpados ou em discussões filosóficas sobre teorias educacionais.

É na gestão que está o problema, não na busca de culpados ou em discussões filosóficas...

PROFESSOR EMÉRITO E EX-REITOR DA USP, FOI SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E MINISTRO DA EDUCAÇÃO

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

**Corte de verba marca início da gestão de Marcos Pontes no Ministério da Ciência
Após 100 dias de governo, cientistas afirmam que perda pode desestruturar a área;
ministério diz estudar alternativas**

São Paulo

Em seus primeiros cem dias, o governo Bolsonaro não deu sinais de que deve satisfazer a principal reivindicação dos cientistas e reverter os cortes e contingenciamentos que o Ministério da Ciência tem sofrido desde 2015, como prometido na campanha presidencial.

Pelo contrário: no fim de março, o Ministério da Economia anunciou um corte de 42% (o equivalente a R\$ 2,1 bilhões) no orçamento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), comandado pelo astronauta Marcos Pontes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/04/corte-de-verba-marca-inicio-da-gestao-de-marcos-pontes-no-ministerio-da-ciencia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

‘Nova política não é falta de diálogo’, afirma Skaf

Presidente da Fiesp espera que relação do governo com Congresso melhore e vê preocupação com a Previdência

Paulo Skaf, presidente da Fiesp

Superado na reta final do primeiro turno das eleições de 2018 ao governo por Márcio França (PSB) e João Doria (PSDB), o presidente da Fiesp, Paulo Skaf (MDB), afirmou que o governo Bolsonaro merece um crédito de confiança, mas fez um alerta que repercute o pensamento do empresariado: a nova política defendida pelos bolsonaristas não deve ser confundida com falta de diálogo. Segundo ele, há uma preocupação da classe produtiva sobre a aprovação da reforma da Previdência. Ao Estado, ele ainda defendeu que o MDB mude de nome.

- A Fiesp foi para a rua contra o governo Dilma e fez protestos contra medidas do governo Michel Temer, mas tem poupado Bolsonaro. A Fiesp está alinhada com Bolsonaro?

No governo Temer teve uma reação muito forte quando houve uma ameaça de aumento de impostos. Independentemente de governos, nós defendemos princípios. O governo Bolsonaro tem três meses. A gente não quer criticar governo, mas que o Brasil dê certo. Temos e sempre tivemos muita independência. Esse governo está muito no início. Há poucos dias me perguntaram sobre ministério e eu respondi que estava satisfeito e feliz vendo o movimento do ministério da Economia, mas preocupado com o MEC. O governo tomou uma atitude com a mudança de ministro. A Fiesp não vai sair criticando o governo com três meses.

- Esse governo, que viu sua popularidade cair em três meses, tem algum problema? Ouvindo o sr. parece que está em céu de brigadeiro...

Quero ver resultados na Educação, mas começou uma grande reestruturação e redução de ministérios. Tenho certeza que o governo quer acertar. Espero que o diálogo com o Congresso seja melhor. Nova política não é falta de diálogo. Nova política é diálogo, serenidade e transparência. É fazer as coisas de forma séria. Tem muito o que melhorar em relação ao diálogo. Tem de se dar um tempo de afinamento. Política é sinônimo de diálogo e paciência. Democracia vive com política. Dar as costas à política é dar as costas à democracia.

- O ministro da Economia, Paulo Guedes, trava uma disputa com líderes das principais entidades do Sistema S, que ele critica. A Fiesp não vai se posicionar?

A Fiesp não fala em nome do sistema S, mas do Sesi e Senai de São Paulo. Sistema S é uma coisa muito abstrata.

- Como está a relação dos empresários com o Bolsonaro?

O clima da classe produtora com o governo federal é de expectativa. Nem de otimismo, nem de pessimismo. A expectativa das reformas da Previdência e tributária, do ajuste fiscal. Preocupados, naturalmente, todos estamos. Há uma preocupação que as reformas sejam aprovadas e pela retomada do crescimento. O governo está começando. Três meses é pouco tempo.

- O temperamento do presidente e suas declarações polêmicas causam apreensão?

O governo e o Congresso estão preocupados com esse momento de transição. Não é uma preocupação negativa, mas positiva. Temos de dar um voto de confiança para ele e

ao governo dele.

- A agenda ideológica do governo pode atrapalhar as reformas? A ideia de levar a embaixada para Jerusalém causou uma forte reação do mundo árabe...

O governo brasileiro não falou em abrir uma embaixada, mas um escritório.

- Falou em embaixada, mas depois recuou...

Um país como Austrália, que depende da venda de carne aos países árabes, tomou posição, mas não fecharam as portas. Não é motivo. Não senti que houve desrespeito aos países árabes. Não podemos fechar portas.

- O governo não perde o foco quando fala o tempo todo em caçar esquerdistas?

Essa questão ideológica não importa. Ele é o presidente de todos os brasileiros. Talvez ainda haja uma ressaca da eleição do ano passado. Temos pautas mais importantes do que essa.

- Bolsonaro e seu chanceler Ernesto Araújo já disseram que o nazismo foi um movimento de esquerda. Foram declarações infelizes?

Não quero entrar nesse campo. Sinceramente, esse é um debate totalmente inócua agora.

- O que achou da decisão de exaltar o golpe de 1964?

Temos pautas mais importantes para serem tratadas no País. Estamos em uma democracia, e isso pressupõe que as pessoas tenham liberdade de se manifestar.

- O projeto de reforma da Previdência apresentado por Temer era melhor do que o de Guedes?

Não faço comparações. Não é o caso. O que temos na mão é essa reforma. O projeto apresentado pelo ministério da Economia é muito bom. O impacto fiscal está acima R\$ 1 trilhão em dez anos. Há uma pequena gordura. Não adianta fazer uma reforma de faz de conta. Se for muito deformada, pode não fazer o efeito que o Brasil precisa.

- Como avaliou a prisão do Temer?

Uma situação desagradável para o País. Nesse caso, com controvérsias.

- O que o MDB precisa fazer para mudar sua imagem?

A imagem é ruim do MDB, PT, PSDB e de todos os partidos. Não vejo partido com imagem boa. Em relação ao MDB, o partido precisa se reinventar. Mudar suas direções nacionais, se repaginar e eu mudaria até o nome. /P.V.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

2 mil médicos cubanos continuam no Brasil. Na informalidade

Saúde. Eles viraram motoristas de app, ambulantes, vigilantes e faxineiros; com a solidariedade dos secretários de Saúde, cobram do governo uma chance para voltar a atender, como uma licença temporária. Ministro diz que a solução passa pelo Congresso

BRASÍLIA

Juan Carlos Salas virou motorista de aplicativo, Niurka Schneider passou para área administrativa de hospital em Goiás, Yonnel Barreiro começou a vender peixes ornamentais. Desde o fim do ano passado, quando Cuba rompeu acordo com o Brasil em reação a críticas de Jair Bolsonaro, 2 mil profissionais cubanos do Mais Médicos decidiram permanecer no País diante da promessa de que não ficariam desamparados. Mas até agora não há perspectiva de que eles voltem a exercer a Medicina.

Eles chegaram para trabalhar como médicos e agora são motoristas, ambulantes, faxineiros, criadores de peixes ornamentais e pedreiros. Desde o fim do ano passado, quando o governo cubano rompeu o acordo de cooperação com o Brasil em reação a críticas do então presidente eleito Jair Bolsonaro, um grupo de 2 mil profissionais do Mais Médicos decidiu continuar no País, diante da promessa de que não ficariam desamparados. Mas até agora não há perspectiva de que voltem a exercer a Medicina.

Niurka Valedez Perez Schneider foi acolhida pelo prefeito da cidade goiana de Cidade Ocidental. Deixou o posto onde atuava e passou a trabalhar no hospital, em uma atividade administrativa. “Quando chego, evito entrar pela porta principal. Sempre tem um paciente ou outro que pergunta se não posso dar uma olhadinha rápida. Atender é minha paixão, mas estou impedida.”

Roberto Carlos Rodriguez Bach vive na cidade amazonense de Nova Olinda do Norte e vez ou outra é também abordado por moradores em busca de uma consulta. Há cinco anos ali, ele casou-se com uma brasileira, tem dois filhos e não esconde a saudade do atendimento médico que fazia no distrito indígena em que trabalhava. “Desde que saí, o posto continua vago. A informação é de que nesta semana uma pessoa deverá iniciar o trabalho. Mas, imagine, cinco meses sem uma pessoa fixa para atuar no lugar.”

Enquanto a aldeia esperava por um médico, Bach viu suas economias irem embora. A solução foi começar a trabalhar com a mulher, vendendo farofa com carne salgada em uma praça da cidade. “Isso faço à noite. De dia, trabalho em um supermercado, arrumando estoques.”

Chamados de “irmãos” no programa de governo de Bolsonaro, os cubanos acreditavam que teriam uma oportunidade de continuar atuando. Em novembro, o então ministro da Saúde de Michel Temer, Gilberto Occhi, também afirmou que os cubanos interessados em permanecer no País receberiam assistência.

“Fomos humilhados. Nossa vez nunca chegou”, comenta Niurka. A estimativa é de que cerca de 700 casaram-se com brasileiros e, por isso, têm permissão para trabalhar no País. Mas isso não vale para a Medicina. Estrangeiros que não estão no Mais Médicos somente podem exercê-la se validarem o diploma. Isso é feito por uma prova, cuja realização é determinada pelo MEC, com calendários mais rígidos e mais longos que vestibulares. Enquanto uma solução não vem, o grupo resiste, pensa em novas formas de sustento e se organiza para cobrar respostas do governo federal.

Reflexos. O Ministério da Saúde organizou sucessivas rodadas de seleção para preencher 8.517 vagas do Mais Médicos, com formados no Brasil ou graduados no exterior. Desse total, até o início de abril, 1.052 profissionais

já haviam saído do programa. “Eles arrumam outras ocupações, passam em provas de residência, não se adaptam”, diz o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, Mauro Junqueira.

Os reflexos da dificuldade enfrentada pelo preenchimento dos postos de saúde podem ser constatados no Diário Oficial. Semana passada, para conter o descontentamento dos municípios – os principais afetados, sobretudo na atenção básica –, o Ministério da Saúde afrouxou as penalidades para equipes incompletas do Programa de Saúde da Família. Antes, municípios que não repusessem profissionais da equipe em um prazo de 60 dias eram penalizados com a suspensão de repasses de recursos. Agora, esse prazo é de seis meses, justamente para dar uma folga na contratação.

Licença. Secretários municipais estão entre os grupos que mais fazem pressão para que a situação dos médicos cubanos seja resolvida. Junqueira disse estar otimista e espera que, até o fim do mês, um projeto de lei a respeito esteja pronto. O grupo defende a concessão de uma autorização para cubanos trabalharem por período determinado, a exemplo da concedida pelo Ministério da Saúde a médicos formados no exterior. Ela prevê uma série de condições: cumprir uma carga horária mínima e só poder trabalhar na atenção primária nas cidades atendidas pelo Mais Médicos. “A ideia seria estender a autorização por um ano ou dois para que cubanos possam voltar a atuar”, diz Junqueira. Nesse formato, seria estabelecido um período para que o profissional pudesse se preparar para realizar a prova de validação do diploma.

Ao Estado, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que as mudanças não podem ser feitas por meio de portaria. “Têm de ser feitas via Congresso”, diz. Integrantes da pasta confirmaram que a alternativa mais cotada seria a concessão da autorização temporária. Hoje, só 22 profissionais cubanos atuam no programa amparados em decisões judiciais. Os médicos cubanos se organizaram num grupo que reúne 1.700 pessoas. E não pensam em deixar o País. “Tenho esperanças de fazer o Revalida e exercer a profissão aqui”, diz Bach.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

O país dos toscos

Em palestra na Universidade de Harvard, neste fim de semana, organizada pela Associação de Estudos Brasileiros, o ministro do STF Luís Roberto Barroso afirmou: “A corrupção é muito grave e temos que continuar a enfrentá-la. Mas o maior problema brasileiro é a mediocridade”. Para ele, precisamos de “um projeto de país fundado num pacto de integridade, na responsabilidade fiscal/justiça social e na educação básica como prioridade absoluta”.

[topo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Após alta inédita, mortalidade infantil volta a cair

O sanitarista é crítico da PEC do Pacto Federativo, que desvincula as despesas do Orçamento. Na prática, a ideia é dar liberdade aos parlamentares para manejar a distribuição dos recursos para estados e municípios - o que acaba com as obrigações constitucionais de investimento mínimo em previdência, saúde e educação. “Se nem o

básico for garantido, com a desvinculação o efeito vai ser bem pior. As mortes preveníveis vão aumentar".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6211621/apos-alta-inedita-mortalidade-infantil-volta-cair>

topo ↕

BRASIL AGRO - TEMPO REAL

Uma Lava Jato para a educação? Por José Goldemberg

Uma das mais surpreendentes propostas de membros do novo governo da República é a de começar a enfrentar os notórios problemas da educação no País por meio de uma investigação do tipo da Lava Jato. Essa investigação, graças à coragem e firmeza do então juiz Sergio Moro, teve sucesso em identificar a corrupção na administração pública e em estatais – principalmente na Petrobrás –, que teve sérias consequências no desempenho dessas empresas.

Contudo atribuir à corrupção todos os males da República e a profunda recessão econômica que o País atravessou é um exagero. O que provocou a crise foi a adoção de políticas equivocadas e demagógicas, que causaram danos às empresas públicas e ao País muito maiores do que as comissões cobradas por corruptos para enriquecimento pessoal ou para alimentar campanhas políticas.

Um exemplo na área de educação é o programa Ciência Sem Fronteiras, do governo Dilma, em que foram gastos mais de R\$ 10 bilhões enviando ao exterior milhares de estudantes despreparados e pagando às universidades estrangeiras elevadas taxas de inscrição. Esse programa ignorou o profícuo trabalho que o CNPq e a Capes fazem há muitos anos no envio de estudantes de pós-graduação e pesquisadores ao exterior. Não houve corrupção no programa, ao que se saiba, mas ele provocou sérios prejuízos desvirtuando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que afetou todas as atividades de pesquisa no País.

É por essa razão que tentar melhorar a educação brasileira procurando “culpados” pelos problemas que enfrenta tem um caráter policialesco primário que pode produzir manchetes nos jornais, mas não vai resolvê-los.

Não há grandes obras que interessem aos empreiteiros no Ministério da Educação, que gasta mais de 90% dos seus recursos com salários, a maior parte nas universidades federais. O Ministério da Educação é, na prática, um “ministério das universidades”, tendo abandonado, na prática, o ensino fundamental e o médio, que são de responsabilidade dos municípios e dos Estados, mas que não conseguem fazê-lo de maneira adequada.

Atualmente, mais de 25% dos recursos da União, dos Estados e municípios são, por dispositivo constitucional, destinados à educação em todos os níveis (pré-escola, ensino fundamental, médio e superior). Esses recursos são vultosos, cerca de R\$ 500 bilhões por ano, e aumentaram substancialmente desde o ano 2000. Representam cerca de 5% do produto bruto nacional, o que é igual ou até mais do que a fração que os outros países colocam em educação, mas, evidentemente, não resolveram os problemas: apenas cerca de metade dos jovens que ingressam no ensino fundamental aos 7 anos chega ao ensino médio aos 15 anos; destes apenas 60% chegam ao fim do ciclo aos 18 anos.

A baixa renda das famílias brasileiras obriga muitos jovens a abandonarem a escola para trabalhar. Este é um verdadeiro genocídio aplicado aos jovens do nosso país. Os problemas do ensino fundamental refletem-se no acesso às universidades públicas. A maioria tem de ir para universidades privadas, que cobram altas mensalidades. É isso que dá origem aos problemas com cotas e toda uma falsa discussão sobre equidade social no País.

A quase totalidade dos recursos é gasta com pessoal, mas o salário médio mensal dos professores do ensino fundamental e do médio é cerca da metade do que ganham profissionais em funções comparáveis em outras atividades. Não é de surpreender, portanto, que a carreira docente nesses níveis não seja atrativa do ponto de vista salarial. Isso tem consequências sérias, porque levou ao desprestígio da profissão de professor, que foi elevada no passado, quando o sistema educacional era muito menor.

O que fazer, então, em curto prazo para melhorar a educação fundamental com os orçamentos limitados dos Estados e municípios, já que dificilmente eles poderão aumentar a não ser retirando recursos de outras áreas também carentes, como saúde e segurança?

Só a racionalização no uso dos recursos e a melhoria das condições da economia poderiam fazê-lo.

Apenas para dar um exemplo, no Estado de São Paulo a evolução demográfica mostra que seria possível aumentar o número de alunos por sala de aula. O número de jovens que frequenta a escola fundamental no Estado caiu à metade, de 3,8 milhões para 1,9 milhões, do ano 2000 para 2017, mas o número de professores manteve-se praticamente o mesmo. Além disso, muitos se encontram em licença médica ou fora das salas de aula, nas áreas administrativas da secretaria, que é uma forma de melhorar sua situação salarial o que não beneficia o aprendizado dos alunos.

Aumento salarial geral para os professores, que é a reivindicação permanente dos sindicatos, só pode dar resultados positivos na melhoria do ensino se for associado ao desempenho dos professores. Experiências em outros países onde apenas os salários dos professores foram aumentados significativamente não melhoraram o aprendizado.

Medir esse desempenho é tarefa complexa, como experiências prévias em outros países indicam. Existe, porém, uma variedade de instrumentos para fazê-lo, como a observação da qualidade das aulas, entrevistas pessoais, relatórios do diretor da escola, pesquisas com os alunos e as famílias e até autoavaliação. Isso foi feito no Chile, no Equador, no México e no Peru com excelentes resultados. Nesses países o aumento salarial foi feito associando aumentos ao desempenho dos alunos e professores.

Não é a busca por corrupção ou uma mudança cosmética dos currículos que vai resolver os problemas educacionais no País. É na gestão do sistema que está o problema, e não na procura de culpados ou em discussões filosóficas sobre teorias educacionais (José Goldemberg é Professor Emérito e ex-Reitor da USP, foi secretário de educação do Estado de São Paulo e ministro da Educação; O Estado de S.Paulo, 15/4/19)

topo ↕

VISÃO - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) estarão abertas a partir de segunda-feira (15), pela página do programa na internet. O lançamento oficial do Prêmio ocorrerá no mesmo dia, às 15h, em solenidade no Ministério da Educação. O período de inscrição fica aberto até 31 de maio e espera-se superar o número de inscritos da edição anterior que foi de 4.040.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional.

O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do Ministério da Educação, juntamente com instituições parceiras, que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Para o MEC, registrar uma experiência, um processo vivido ou mesmo uma conversa entre alunos e professores é uma forma de sistematizar o conhecimento do professor. Assim, além de participar do processo de premiação, os professores desenvolvem um exercício de reflexão sobre a própria prática, o que garante o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, independentemente do processo de seleção, a participação dos professores é um caminho para a busca da qualidade na educação, compromisso de todos os educadores.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

Etapas – O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

Uma das 30 finalistas do ano passado, a professora Maria de Lourdes Severino Cosmo, da escola CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, que fica na área rural de Planaltina (DF), acredita que o Prêmio Professores do Brasil é um grande incentivo e reconhecimento para a categoria. “Eu já poderia estar até aposentada porque eu já tenho os pré-requisitos para aposentar. E muito pelo contrário, me deu uma energia e um gás novo. Não penso em me aposentar tão cedo agora.”

Com foco no incentivo à leitura dos alunos, o projeto Plantando histórias, colhendo frutos foi um dos vencedores da etapa regional. “Eu queria desenvolver neles o gosto pela leitura, o gosto pela escrita. O projeto foi uma forma de eu trazer para eles momentos de leitura e de oralidade para que eles pudessem tomar gosto pela coisa. E isso realmente aconteceu. Com o uso de um palanquinho, numa rotina da turma, eu apresentava um texto novo para a turma e eles faziam uma leitura silenciosa, depois eles faziam uma ilustração do texto e, na sequência, a gente partilhava e começava a leitura. Era o dia inteiro dedicado à leitura”, explicou a professora.

Para a professora Vandete Pereira Lima, da Escola Classe 08, do Cruzeiro (DF), que também foi uma das vencedoras do ano passado, o Prêmio Professores do Brasil representa, além da valorização do trabalho da categoria, uma forma de compartilhar experiências. “A gente tinha que estar falando das nossas experiências para as outras pessoas em muitas oportunidades. Seria importante a gente contar para o outros. As nossas experiências em sala de aula têm que ser compartilhadas. Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento para conversar com nossos pares sobre essa realização bem-sucedida, premiada, e ter as oportunidades criadas pelo MEC para essa troca de ideias”, afirmou ela.

Acesse a página do Prêmio Professores do Brasil

Assessoria de Comunicação Social

MEC

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

General demitirá quatro mil precarizados em hospitais universitários

Ferreira comandou bunker dos generais que montou plano de campanha de Bolsonaro

O general Oswaldo Ferreira, presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), demitirá até o fim do ano todos os quatro mil funcionários precarizados que ainda estão na estatal.

Vinculada ao MEC, a Ebserh administra 40 hospitais universitários. Desde sua criação, em 2011, a empresa vem trocando empregados com vínculos precários, geralmente contratados por fundações de universidades federais, por concursados.

Ferreira comandou, ao lado de Augusto Heleno, o bunker dos generais que montou o plano de campanha de Jair Bolsonaro. Não topou ser ministro da Infraestrutura, mas indicou Tarcísio Freitas, e segue unha e carne com Bolsonaro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

A estratégia inspirada na África que pode ser alternativa para crianças sem creche no Brasil

Paula Adamo Idoeta e Ligia Guimarães* - Da BBC News Brasil em São Paulo e Johannesburgo

Negócios sociais envolvendo cuidados de primeira infância visam oferecer alternativa a baixo custo para pais, embora solução não seja unânime nem conte com supervisão estatal.

Em uma pequena casa na Mooca, bairro de classe média na zona leste de São Paulo, cinco crianças entre 2 e 6 anos se reúnem em torno da cuidadora, que lhes dá pistas para uma caça ao tesouro.

"Que desenho é esse? Será que encontramos algum objeto parecido pela casa?", pergunta a cuidadora, enquanto as crianças saem em busca de petecas e bandeirinhas pelo local.

As crianças passam ali meio período do seu dia, enquanto os pais trabalham; algumas ficam o dia todo.

A 7.500 quilômetros de distância, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, uma cena parecida: um grupo de crianças de idade semelhante é entretido em um espaço recreativo adaptado por uma jovem cuidadora em Kliptown, um dos distritos mais pobres de Soweto, a maior favela da cidade. Entre as atividades do dia da visita da reportagem, as crianças africanas se divertiam cantando e dançando músicas religiosas e encaixando as peças de brinquedos de montar feitos especialmente para desenvolver a capacidade motora dos pequenos.

Não se trata, porém, de creches pagas pelo governo ou de ONGs, mas sim de duas versões de um negócio social: na África do Sul, o projeto SmartStart atende atualmente 36 mil crianças, em 3.870 comunidades carentes do país. No Brasil, o Cantinho do Brincar, que é inspirado no modelo do SmartStart, ainda está em fase embrionária, mas almeja abrir mais unidades onde possa formar cuidadoras - que por sua vez possam abrir as próprias franquias.

O objetivo principal é responder a demandas comuns aos dois países, e a boa parte do mundo: mitigar a dificuldade de acesso a creches e prover oportunidades a crianças em uma fase crucial de seu desenvolvimento cerebral - a primeira infância, período entre o nascimento e os 6 anos de idade -, quando os estímulos ou a ausência deles têm um forte impacto na capacidade delas de aprender habilidades sociais e cognitivas.

Cálculos do centro de desenvolvimento infantil da Universidade Harvard estimam que cada dólar investido na primeira infância de crianças carentes pode levar à economia posterior de US\$ 4 a US\$ 9, pelo impacto na produtividade e no bem-estar delas quando adultas.

A despeito disso, dados divulgados pelo Unicef em 9 de abril apontam que mais de 175 milhões de crianças no mundo - não estão matriculadas na educação infantil, "perdendo uma oportunidade de investimento crucial e sofrendo profundas desigualdades desde o início da vida".

No Brasil, segundo dados da Pnad Contínua 2017 compilados pelo Unicef, 32,7% das crianças de até 3 anos frequentavam a creche e 91,7% das crianças de 4 a 5 anos estavam na pré-escola (índice alto, mas insuficiente para o Brasil cumprir a meta no Plano Nacional de Educação, que prevê a universalização do acesso à pré-escola).

"Se a criança não receber estímulos adequados durante a primeira infância ou se sofrer estresse prolongado, por exemplo, ela poderá ter alterações na formação dos seus circuitos neuronais e sofrer vários problemas de saúde no futuro, tais como doenças cardiovasculares, ansiedade e depressão", explica o coordenador do Centro de Políticas Públicas do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Naercio Menezes Filho.

Os cuidados adequados a bebês e crianças contribuem para diminuir a evasão escolar elevar o nível de educação, elevar a renda média e reduzir a violência, de acordo com o livro Da ciência à prática - Os programas de apoio ao desenvolvimento infantil na América Latina, que faz diagnóstico dos programas de primeira infância no continente.

"Garantir que a criança tenha acesso à educação e estimulantes nos primeiros anos de vida é fundamental para que as crianças tenham um futuro melhor que o dos pais, mesmo quando criadas em condições de pobreza", diz Menezes. Quanto mais estímulos, como os que ocorrem por meio da educação infantil, maiores as chances de que no futuro as crianças tenham um bom desempenho acadêmico, autocontrole emocional e capacidade de solucionar problemas. Além disso, alguns estudos apontam que esse desenvolvimento positivo reduz as chances de as mesmas crianças, no futuro, envolverem-se em atividades violentas ou criminais.

O desafio de cuidar das crianças no Brasil e na África

Tanto na África do Sul como no Brasil, o déficit de cuidados à primeira infância é um problema nacional. Lá, estima-se que 1 milhão de crianças de 3 a 5 anos não tenham acesso a programas de aprendizagem na primeira infância.

Em um país com alta incidência de mortes por Aids e índices de pobreza extrema ainda maiores que os brasileiros, das 5,3 milhões de crianças sul-africanas com menos de cinco anos em 2012, apenas um terço vivia com ambos os pais.

A grande maioria, 79%, morava só com a mãe, em geral sobrecarregada com o sustento da família e os cuidados domésticos. Um dos objetivos do projeto SmartStart é justamente garantir que os estímulos na primeira infância deem às crianças mais ferramentas para, no futuro, escaparem da perpetuação da pobreza extrema.

No Brasil, embora a cobertura de creches venha crescendo, faltam mais vagas justamente nas regiões mais pobres. Há, também, problemas na qualificação: só um terço dos docentes dessas instituições tinha ensino superior completo em 2017. O que traz à tona outra questão: para o bom desenvolvimento cerebral, não basta que as crianças estejam supervisionadas, mas sim que estejam em ambientes seguros e recebendo estímulos positivos e adequados à faixa etária.

Em 2016, o governo federal anunciou o programa Criança Feliz, que ensina aos pais de crianças carentes ideias caseiras de brincadeiras e atividades estimulantes, sob supervisão de assistentes sociais. O programa trouxe avanços, segundo especialistas em primeira infância, mas em escala longe do suficiente: atendeu por enquanto 400 mil

crianças, de uma meta inicial de 4 milhões.
Treinamento para mulheres e opção de renda

Na África do Sul, o SmartStart nasceu em 2015, com investimento de fundos e ONGs internacionais até virar franquia, para cuidar de crianças de baixa renda ao mesmo tempo em que dá opções de renda para cuidadores de crianças - que são, em sua maioria, mulheres. As cuidadoras, por sua vez, recebem da franqueadora um treinamento e um kit de brinquedos e recursos para serem usados nas aulas. A meta é chegar a 1 milhão de crianças atendidas até 2026.

Algumas crianças praticamente moram em algumas das unidades, nos casos em que seus pais não têm condições de oferecer-lhes cuidados básicos. As mensalidades do SmartStart variam entre 20 e 600 rands (R\$ 5 a R\$ 150) por mês, a depender do valor aquisitivo médio de cada comunidade - Soweto, por exemplo, é uma das comunidades mais pobres do mundo, e tem áreas onde o índice de desemprego supera os 30%.

A ideia de adaptar o projeto à realidade brasileira surgiu depois que um grupo de brasileiras visitou a iniciativa em 2017. Renata Citron fez um projeto-piloto na favela de Paraisópolis, em São Paulo, até estabelecer-se na Mooca, dentro de uma incubadora da Universidade São Judas. Agora, planeja inaugurar em 2019 unidades em regiões pobres da zona sul paulistana com alto déficit de creches, como Jardim São Luís, Campo Limpo e Capão Redondo, onde estão sendo treinadas novas cuidadoras (todos os envolvidos no programa são mulheres).

O treinamento no Brasil, que totaliza 40 horas, é semelhante ao sul-africano: as cuidadoras aprendem noções de desenvolvimento cognitivo e socioemocional infantil e formas de estimulá-lo - em linguagem, criatividade, consciência corporal e coordenação motora, por exemplo - com situações de aprendizado para as crianças, jogos, brincadeiras e estratégias para lidar com momentos de conflito.

"Formamos nossas primeiras facilitadoras, que vão montar suas próprias unidades na periferia e replicar a metodologia em suas próprias casas", explica Citron, uma das fundadoras do Cantinho do Brincar.

Há também ensinamentos básicos sobre como as cuidadoras podem transformar o espaço recreativo em uma fonte de renda, com noções sobre como manter o fluxo de caixa de seu negócio, calcular o retorno do investimento e estruturar uma rotina diária.

A meta é que cada facilitadora formada no curso seja capaz de montar sua própria pequena franquia, em locais adaptados - suas casas, salas dentro de igrejas ou espaços comerciais em comunidades carentes, a mensalidades a partir de R\$ 200.

O Cantinho do Brincar, por enquanto, é sustentado pelas próprias sócias, com a ajuda de um programa de aceleração de empresas americano. O objetivo é que, havendo a multiplicação de franquias, o negócio se torne autossustentável.

Aqui no Brasil, as franquias devem começar focando em crianças de pais de baixa renda mas com algum poder aquisitivo, e não em situação de pobreza extrema, como em Johannesburgo.

Mães crecheiras

Embora não seja de consenso entre especialistas e esteja em um limbo regulatório no Brasil, a ideia do SmartStart e do Cantinho do Brincar ajuda a fomentar o debate em torno de como universalizar a oferta do estímulo tão crucial nos primeiros anos de vida, para crianças talvez não consigam vagas em creches públicas ou tenham acesso a algum tipo de cuidado devidamente capacitado - seja por pais, parentes, vizinhos ou babás.

Em comunidades carentes, existe informalmente a figura das mães crecheiras, mulheres que, geralmente em troca de pequenas mensalidades, cuidam dos filhos de vizinhas enquanto estas estão no trabalho. Não há estatísticas a respeito dessa atividade, mas ela é bastante comum, segundo grupos que pesquisam a primeira infância.

O problema é que, além de a atividade não estar regulamentada e ser praticamente ignorada pelas autoridades, essas cuidadoras - embora frequentemente amorosas e carinhosas - têm pouco conhecimento a respeito da importância do desenvolvimento dessa fase da criança e como estimulá-lo.

"Passamos seis meses acompanhando algumas (dessas mães crecheiras) nas comunidades de Paraisópolis e vimos que muitas vezes eram mães ou senhoras pouco preparadas para dar estímulos às crianças. Elas enxergavam o trabalho mais como um quebra-galho do que uma profissão", diz Citron, do Cantinho do Brincar. "Vimos as crianças na frente da TV ou de uma massinha, mas sem nenhuma proposta de o que fazer com a massinha, nenhuma atividade intencional (para desenvolver habilidades)."

Dentro desse contexto, Citron diz que a ideia é "empoderar pessoas" com aptidão para o cuidado infantil e com espaço para criar uma pequena creche, dando-lhes capacitação em primeira infância e em gestão de um pequeno negócio.

Debate sobre qualidade

Iniciativas do tipo são alvo de debate entre pessoas ligadas à educação de primeira infância. Para alguns, soluções que não necessariamente envolvam pedagogos e que não tenham a supervisão estatal podem representar retrocessos em uma área que só recentemente ganhou a atenção devida e deixou de ser vista meramente como assistência social.

"Como a educação infantil (do zero aos 6 anos) é parte da educação básica e uma etapa de formação precedida de um projeto político-pedagógico, tem que ser atendida por pedagogos", opina à BBC News Brasil Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp, o sindicato dos professores do Estado de São Paulo.

"Por ser uma fase muito importante do desenvolvimento infantil, não pode ser uma etapa apenas recreacionista - exige a pedagogia e a ciência da educação."

Mas, para Daniel Santos, pesquisador em educação infantil da USP Ribeirão Preto, não necessariamente a formação em Pedagogia garante a atenção adequada aos primeiros anos de vida da criança. "Até porque o ensino de Pedagogia no Brasil não dá muita atenção a isso (desenvolvimento na primeira infância)", diz à BBC News Brasil.

Tanto que, diz ele, a qualidade das creches brasileiras, públicas e privadas, ainda é "heterogênea".

"Muitas creches avançaram, mas em média ainda há muitas ruins, e há evidências de que uma creche ruim pode ser pior para uma criança", afirma.

"Acho que é uma corrida entre a qualidade da creche e a qualidade das alternativas. Isso não é um consenso, mas pode ser que, em alguns contextos, a alternativa (no ambiente domiciliar) seja melhor, se houver treinamento e um ambiente seguro para as crianças."

Ao mesmo tempo, Santos destaca que os desafios das soluções alternativas como mães crecheiras, SmartStart ou Cantinho do Brincar são, além de encontrar um equilíbrio financeiro, garantir que haja algum marco regulatório, com monitoramento da atividade das cuidadoras e formas de evitar más práticas.

Experiências internacionais

Outros países que também enfrentam déficit de vagas em creche acabaram adotando soluções caseiras, mas com algum nível de supervisão do Estado.

No Canadá, por exemplo, creches caseiras podem obter licenças do governo para contratar cuidadores de crianças na idade pré-escolar, sendo submetidas a avaliações prévias e posteriores por agentes estatais.

Há soluções semelhantes em países como Estados Unidos e França.

Na Colômbia, os chamados Hogares (Lares) Comunitários têm agentes educativos que, em suas casas, atendem entre 12 e 14 crianças de até cinco anos, com apoio de uma equipe multidisciplinar do governo.

Na África do Sul, porta-vozes do SmartStart afirmam que a cada franquia são designados um supervisor e um clube, com reuniões mensais. "Também renovamos sua licença anualmente, com base na qualidade (do serviço) e outros critérios", diz a organização por e-mail à BBC News Brasil.

Lá, o trabalho no cuidado com crianças acaba sendo uma boia de salvação para as próprias cuidadoras, também em situação de pobreza. "Meus pais não são financeiramente estáveis, então eles me falaram para vir (trabalhar) aqui", conta à reportagem a jovem Melissa, de 18 anos, que dá aulas para as crianças no Little Rose Center, unidade do SmartStart que atende 140 crianças em Soweto.

Renata Citron, do Cantinho do Brincar, afirma que sua ideia é oferecer soluções para regiões e comunidades do Brasil onde não haja vagas ou mesmo capacidade para receber uma creche, mas evitando a informalidade que caracteriza, por exemplo, a atuação das mães crecheiras brasileiras.

"Hoje, é um tipo de negócio infelizmente ignorado pelo poder público como uma solução", diz.

*Vídeo: filmagem e edição de Rafael Barifouse

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS
Brasil perde conhecimento

Acredite. Desde 2015, o orçamento do "conhecimento" sofreu perdas reais acumuladas de R\$ 38 bilhões, se considerada a inflação. O cálculo leva em conta o valor empenhado para cobrir gastos de Ministério da Ciência e Tecnologia, **Capes**, universidades federais, institutos e escolas ligados à União.

É que...

O orçamento atual equivale à metade (52%) do de 2014, quase R\$ 15 bilhões a menos (quando corrigida a inflação). Só entre 2018 e 2019, a área perdeu R\$ 5 bilhões —o maior corte registrado no período.

Os dados serão apresentados no lançamento do "Observatório do Conhecimento" (que reúne associações de docentes de diferentes universidades públicas), terça, em Brasília.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

Estimular a ciência

Em tempos em que a ciência no Brasil sofre cortes significativos de verbas nos mais diversos setores, como o que aconteceu, recentemente, com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), que deixou de repassar recursos para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), medidas concretas devem ser adotadas pelo governo para reverter essa preocupante realidade. O caso específico de Minas mostra que as autoridades não podem fechar os olhos para questão tão grave, já que a UFMG pode ser obrigada a deixar de lado o programa da vacina contra a dengue, que ameaça tornar-se epidêmica, novamente, em várias unidades da Federação.

Há quatro anos tem havido redução dos investimentos para o desenvolvimento científico, o que coloca em risco projetos estratégicos para o país, com a supressão, também, de verbas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação. Especialistas avaliam que o Brasil pode avançar muito nos próximos cinco anos, se forem mantidos os programas científicos ora em curso. O país vem dando seguidas mostras de sua capacidade em inovação, onde já tem vantagem comparativa com o resto do mundo, como no agronegócio, energia renovável e extração de petróleo em águas profundas.

Muitas vezes, a população não dá o valor que a ciência merece, esquecendo-se de que ela é responsável pelo dia a dia de todos. Por exemplo: na saúde, é responsável pela criação de medicamentos, vacinas, diagnósticos e tratamentos médicos; no abastecimento energético, por meio da física e da química, pela matéria-prima que gera a energia; e na agricultura, na qual o país ocupa posição de destaque, leva à compreensão da relação entre o solo, clima, vegetação e demais variáveis que impactam a produção de alimentos. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é a demonstração cabal da capacidade brasileira no desenvolvimento científico e tornou-se referência mundial.

Inegável que o conhecimento científico é ferramenta fundamental para a inserção do país no disputado mercado global, sendo que estudo do MIT (Massachusetts Institute of Technology), considerado um dos centros de pesquisa e inovação mais avançados do planeta, indica que o Brasil tem desenvolvido tecnologia de ponta em diversos setores. O apoio do Estado é necessário, mas a participação da iniciativa privada na área tem de ser estimulada. Isso porque o país tem um histórico de que metade dos investimentos no

setor é feita pelo Estado e grande parte dos aportes das empresas é subsidiado pelo poder público. No mundo desenvolvido, a iniciativa privada responde por dois terços do total investido.

Diante do profícuo trabalho já realizado pelos cientistas brasileiros, todos têm de se unir em defesa da pesquisa científica e inovação tecnológica brasileira, para o bem do país. Inquestionável que, quando vozes nos governos se levantam contra o estratégico setor, toda a nação perde. E a negação da ciência só vai enfraquecer o Brasil, num mundo cada dia mais competitivo.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Weintraub delira

No seu primeiro dia como ministro da Educação, o doutor Abraham Weintraub fez uma reunião com um colaborador e foi categórico:

“Não pode ficar falando. Se ele toma uma posição sem autorização minha, é mandado embora no mesmo instante”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/04/cabral-mente-ate-em-confissao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Como recuperar a educação moral e cívica sem lesar a democracia

Professor defende cooperação entre docentes civis e as Forças Armadas

Desde 2017, são elaboradas em redes escolares propostas relativas ao ensino e à aprendizagem de moral e civismo. O presidente Jair Bolsonaro e seu vice já se manifestaram favoráveis ao tema, bem como defenderam a replicação de colégios militares em todo o país. Em janeiro, por meio de um decreto, foram criadas as escolas cívico-militares.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/como-recuperar-a-educacao-moral-e-civica-sem-lesar-a-democracia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo

Biógrafo analisa hostilidade contra o educador, em alta nos últimos anos

Em 29 de maio de 1994, em longa entrevista publicada no caderno “Mais”, da Folha, Paulo Freire comentou as razões de seu método não ter erradicado o analfabetismo no Brasil.

“Em tese, o analfabetismo poderia ter sido erradicado com ou sem Paulo Freire. O que faltou foi decisão política. A sociedade brasileira é profundamente autoritária e elitista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Vouchers funcionariam para melhorar a educação no Brasil?

Pesquisador avalia como sistemas de vales e convênios impactariam o país

Paulo Guedes, ministro da economia, aventou no início do ano a possibilidade de introduzir um sistema de vouchers na educação brasileira. Nesse modelo, estados e municípios, em vez de gastarem somente com os alunos que estudam em escolas públicas, repassariam um voucher para todas as famílias com filhos em idade escolar, no valor do gasto por aluno na sua rede de ensino.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/vouchers-funcionariam-para-melhorar-a-educacao-no-brasil.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

O que será do Enem?

Chegamos ao meio de abril sem saber o que será do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As inscrições começam em três semanas e faltam menos de sete meses para o primeiro dia de prova. Há mais de 15 dias, a gráfica que imprimia o maior vestibular do País faliu. Para complicar, a notícia chegou quando não havia ninguém na cadeira de presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC) que cuida das avaliações. Uma semana depois, o presidente Jair Bolsonaro mudou também o ministro.

A história da gráfica, infelizmente, não parece envolver apenas má gestão. Como o Estado revelou, há denúncias de irregularidades que falam de um “esquema fraudulento” para favorecer a empresa falida durante dez anos. Desde que o Enem se tornou um vestibular, em 2009, nunca nenhuma outra gráfica fez o serviço. E só houve duas licitações no período; nos outros anos, o contrato foi simplesmente renovado. A prova, que era impressa por cerca de R\$ 30 milhões, hoje sai por R\$ 120 milhões.

Há denúncias de funcionários do Inep que ganhariam, no mínimo, presentes, vinhos e convites para festas, para manter a gráfica trabalhando para o Enem. Não que a empresa, a multinacional RR Donnalley, não fosse qualificada para o serviço. Mas é difícil acreditar que, com tantos milhões de reais à disposição, nenhuma outra tivesse se aprimorado em uma década para imprimir o Enem com segurança.

Antes da falta de gráfica, a prova já começava a sofrer de falta de confiança. Em janeiro, Bolsonaro avisou que leria as questões do Enem antes de aplicá-lo porque não gostou nada das perguntas sobre transexuais e feminismo feitas em 2018. Para uma prova que levou anos construindo uma imagem de segurança – depois que, na sua primeira edição, o exame foi roubado – esse era o pior dos mundos.

O quadro se completou com a instalação de uma comissão de três ilustres desconhecidos, que teriam o poder de vetar questões que eles considerassem inadequadas. A ideia era a de procurar entre as 2 mil perguntas feitas por professores de universidades federais “abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais”.

Mas o Enem não é só logística e técnica. Pesquisas mostram que adolescentes prestes a passar por exames concorridos sofrem de sintomas de ansiedade, como dificuldade de concentração, inquietação, dores de cabeça e tonturas. Isso, só pela expectativa da

prova, que para um jovem de 17 anos significa o passo mais importante para um futuro de sucesso. Imagine a insegurança da juventude somada às novidades que surgiram desde o início do ano no Enem?

Em sua primeira grande entrevista, publicada pelo Estado, o substituto de Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, ao menos deu um alento. Apesar de outras declarações de cunho ideológico, avisou que não gostou da ideia da comissão que vetaria questões “inadequadas” – o grupo já terminou seus trabalhos, cujo resultado é sigiloso. E disse ainda que Bolsonaro não deveria perder tempo vendo questões do Enem. As mensagens sugerem que a censura à prova, como muitos viram tais iniciativas, pode não ir pra frente.

A educação brasileira tem muitos problemas que precisam ser atacados com urgência. Mas se o novo ministro não quer mais “solavancos” no MEC, como garantiu na entrevista, é preciso rapidamente apaziguar os ânimos em torno do Enem. Organizar o Inep, que continua sem comando, deixar os especialistas em avaliação fazerem seu trabalho sem interferência. E manter a credibilidade da prova, conquistada com muita dificuldade nos últimos dez anos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

O Itaú Social e o MEC...

O Itaú Social e o MEC abriram as inscrições para a 6.^a edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Com o tema O lugar onde vivo, o programa incentiva alunos e professores da rede pública do Ensino Fundamental e Médio a produzirem textos. Inscrições até dia 30.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Moro e Lava-Jato estudam fundo anticorrupção

Verba oriunda das multas de acordos de leniência ficaria vinculada à CGU; Ministério da Justiça é destino alternativo

Após o revés na criação de uma fundação privada para gerir até R\$ 2,5 bilhões depositados pela Petrobras, a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba passou a discutir com o ministro da Justiça, Sergio Moro, duas possibilidades de destinação do dinheiro. Uma hipótese cogitada é a criação de um fundo anticorrupção, vinculado ao governo. Um projeto de lei no Senado, de autoria do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), já propõe a criação de um fundo com essas características. Conforme o projeto, ele ficaria vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU). Outra hipótese é destravar o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), vinculado ao Ministério da Justiça e existente desde 1985. Destruvar significaria interromper os contingenciamentos do dinheiro depositado no fundo, permitindo o uso dos recursos em projetos de reparação de danos.

Uma das justificativas apresentadas pelo procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Lava-Jato em Curitiba, para a criação da fundação privada foi o alto índice de contingenciamento do FDD, que seria um caminho natural para o dinheiro depositado pela Petrobras. O fundo existe para abrigar recursos oriundos de reparações em ações civis públicas e termos de ajustamento de conduta, por exemplo. A eventual destinação dos recursos pagos pela Petrobras ao FDD, controlado pelo Ministério da Justiça, aumentaria o poder de atuação da pasta. Ao resumir o projeto anticrime enviado ao Congresso Nacional, Moro tem elencado três prioridades para sua gestão: combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes violentos.

DINHEIRO PARA O MEC

A ideia inicial da Lava-Jato em Curitiba para gerir os R\$ 2,5 bilhões que a Petrobras teve de pagar, como indenização por danos a investidores, foi amplamente criticado e culminou numa ação da própria procuradora-geral da República, Raquel Dodge, contra a fundação. O dinheiro está bloqueado por decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na semana passada, Dodge defendeu que o montante seja destinado ao Ministério da Educação. A ideia da procuradora-geral não encontra oposição frontal na Lava-Jato em Curitiba, mas há o temor de que uma destinação ao MEC seja compreendida como um retorno do dinheiro à União, em contrariedade ao acordo feito com as autoridades norte-americanas.

Desde a apresentação da ação no STF, as relações entre PGR e força-tarefa seguem estremecidas. Dodge e os procuradores de Curitiba ainda não se reuniram para tratar do assunto — a interlocução tem ocorrido com os assessores do gabinete da procuradora-geral. Na interpretação de Dodge, o acordo dos procuradores em Curitiba violava a Constituição. Ela propôs uma ação por descumprimento de preceitos fundamentais (ADPF) contra a decisão da Justiça Federal no Paraná de homologar o acordo assinado entre MPF e Petrobras.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Sala de aula

Novo gestor do MEC colecionou elogios e polêmica em curta carreira acadêmica

SÃO PAULO - Ao tomar posse, na última terça-feira, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tentou acalmar os ânimos de analistas que se disseram preocupados com a falta de experiência do economista paulistano na área educacional. Ressaltou aos presentes ser professor universitário, como “70% dos ex-ministros” dos últimos 16 anos, e em uma instituição “bem renomada”, a Unifesp.

Sua experiência acadêmica, porém, é tão curta quanto polêmica. O nome escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para estancar quase cem dias de paralisia da pasta passou pouco mais de quatro anos dando aulas de microeconomia e mercado financeiro na Universidade Federal de São Paulo, onde pouco tratou de temas relativos à área de Educação, segundo seus alunos.

Sua performance como professor nos cursos de Ciências Atuárias e Ciências Contábeis no campus de Osasco é elogiada mesmo por estudantes que não concordam com suas posições políticas. Já nas relações com colegas e alunos, colecionou desentendimentos e foi alvo de apurações da instituição por responder a ataques de estudantes nas redes sociais.

O GLOBO procurou o novo ministro, mas ele não quis falar com a reportagem. A Unifesp disse ser uma instituição acadêmica apartidária, com espaço de discussão ampla e irrestrita acerca de quaisquer temas que repudia toda e qualquer forma de violência contra quaisquer integrantes de sua comunidade.

Abraham, 47 anos, entrou na Unifesp em 2014, quando foi candidato único a dar aula de Aspectos Práticos de Operações de Mercado. No concurso, tirou a nota mínima: 7. Entre os oito professores aprovados para dar aula no campus de Osasco naquele ano, foi

o que ingressou com a nota mais baixa. Ao passar no concurso, o futuro ministro se somou à sua mulher, Daniela, e ao irmão, Arthur, que já davam aula no mesmo campus.

Por meio de um e-mail anônimo, o trio foi acusado de nepotismo. Em uma reunião do conselho do departamento de Ciências Atuárias em março do ano passado, o irmão de Abraham se queixou da direção da universidade, que não teria levado o caso para a Polícia Federal. Os irmãos Weintraub acreditavam que a acusação tinha motivação política. À época, Arthur era colaborador da então presidenciável Marina Silva, da Rede.

Em 2015, Abraham ingressou com ação contra um aluno da Unifesp por causa de uma mensagem enviada a um grupo de membros da universidade. Em uma discussão sobre a mudança no sistema administrativo do campus, Mateus de Melo Sampaio, do curso de Administração, escreveu que o grupo não tinha “interesse em briguinhas de casal”.

No processo, o professor afirmou ter entendido “que tal alegação tinha conotação preconceituosa ao atribuir pejorativamente a ele condição de ser homossexual” e pediu indenização de R\$ 31,5 mil. A juíza Debora Menezes julgou a ação improcedente por entender que a “questão repercutiu como mera brincadeira entre os alunos, sem aptidão para ofender a honra”. Outra desavença, com professores, se deu durante discussões sobre a reforma da Previdência, em 2017.

— A reitoria fez um debate e publicou diferentes posições sobre a reforma da Previdência. O atual ministro enviou um e-mail nos desqualificando, como se fôssemos um bando de doutrinadores — diz Daniel Feldman, presidente da Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp).

O clima na universidade ficou mais tenso em novembro de 2017, quando o então candidato Bolsonaro publicou nas redes sociais um texto assinado pelos Weintraub em defesa da autonomia do Banco Central. Tornava-se pública a colaboração iniciada em abril daquele ano. A aproximação se deu por meio do atual ministro da Casa Civil, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que se encantou pela dupla após seminário sobre Previdência no Congresso Nacional.

Dois dos cinco centros acadêmicos (Economia e Relações Internacionais) do campus divulgaram uma nota criticando o apoio dos Weintraub a Bolsonaro. Os irmãos reagiram com mensagem considerada pelos jovens agressiva e irônica. No texto, eles dizem que o CA de Economia deveria “deixar de ser ridículo” e os alunos do curso “deveriam ter vergonha de puxarem a nota média do campus para baixo”.

OFENSAS NO FACEBOOK

Em uma reunião do departamento de Ciências Atuárias em março de 2018, Arthur relatou que ele e o irmão foram alvo de quatro processos administrativos na universidade por responderem a ofensas de alunos no Facebook. Ele também reclamou não ter obtido respaldo da direção do campus. O irmão do ministro contou que nas mensagens os estudantes falavam em “matar e arrebentar” os professores.

Apesar dos embates, as aulas de Abraham, que antes da academia trabalhou por 18 anos no Banco Votorantim, são elogiadas por ex-alunos.

— Eram bem dinâmicas, consistentes. As questões políticas apareciam de forma mais indireta — diz Ellen Silva, de 26 anos, aluna de Ciências Contábeis.

Atas de oito reuniões de comissões e departamentos do campus de Osasco em que Abraham esteve presente mostram que suas intervenções tratavam sempre de questões pontuais.

Em uma delas, ele perguntou qual seria a posição do departamento referente a uma greve de professores. Também reclamou do horário em que alunos faziam batucada no pátio. Depois que foi revelada a sua colaboração com Bolsonaro, Abraham não compareceu a mais nenhuma reunião.

‘Tem que ser mais engraçado do que os comunistas’

Futuro ministro criticava Fidel Castro em classe para tratar do poder das ‘grifes’ mas doou para campanha de dirigente petista

Em seminário na Cúpula Conservadora das Américas, realizada em dezembro do ano passado, Abraham Weintraub revelou as técnicas que utilizava na Unifesp para convencer os estudantes a deixar de lado os “ideais de esquerda”: “Tem que ser mais engraçado do que os comunistas. Como a gente ganha a juventude? Com humor e inteligência”, afirmou.

Contou também que nas aulas de microeconomia, no curso de Ciências Contábeis, tratava do poder das marcas desta forma: “Mostro as marcas, como elas fazem diferenciação. E aí eu ponho meu garoto propaganda que só usa roupas de grife: o Fidel Castro, playboy”, disse.

Ao GLOBO estudantes confirmaram a apresentação de imagens do ditador cubano em sala, mas disseram considerar sutil a exploração de temas políticos nas aulas de Weintraub.

O professor foi mais explícito na política interna da universidade. Ele fez campanha dentro da sala de aula contra chapa que disputou a eleição para o centro acadêmico do curso de Ciências Atuárias. Como os estudantes diziam que, se estivessem no comando da agremiação na época da revelação da colaboração dos irmão Weintraub com Bolsonaro, teriam se posicionado de forma crítica, o futuro ministro rebateu dizendo que a chapa queria “transformar a Unifesp em uma Venezuela”!

Assim como seu irmão, Abraham Weintraub se especializou em questões relacionadas à Previdência. Em maio de 2016, foi convidado a participar de uma audiência pública sobre a reforma proposta para servidores da cidade de São Paulo. Na ocasião, disse que, depois de décadas no mercado financeiro, resolveu migrar para a academia pois “temos que resolver as coisas de forma estrutural”!

Diante de algumas intervenções de vereadores que questionaram a sua posição, afirmou não ter preferência política: “Não tenho ligação nenhuma com nenhum partido — nem da direita, nem da esquerda, nem do centro”.

Em seu currículo na plataforma Lattes, são listadas apenas quatro publicações acadêmicas, todas sobre Previdência. Dois textos são iguais (em versões em inglês e português). Duas delas foram feitas na “Revista Brasileira de Previdência”, que tem o seu irmão Arthur como editor-adjunto, e duas na “Revista Chilena de Derecho del Trabajo”

Apesar de dirigir palavras duras ao PT (em entrevista a “O Estado de S. Paulo”, na última quarta, disse que “uma pessoa que sabe ler e escrever não vota no PT”), o novo ministro já doou dinheiro para a campanha de um dirigente do partido. Em 2016, ele repassou R\$ 3 mil para a candidatura do presidente da sigla em São Paulo, Paulo Fiorilo, que tentava se reeleger vereador.

— Nós nos conhecemos durante o debate de projetos de lei na Câmara. Tivemos uma boa relação, e ele contribuiu com minha campanha — afirmou Fiorilo.

O agora ministro não respondeu por que fez a doação.
(G.C. e S.R.)

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS

Bolsonaro vs militares

GOVERNO Juntos caçam fantasmas, mas a troca no MEC implica forte divergência

O novo ministro da Educação é uma pessoa esquisita. Foi a impressão deixada em dois colegas que conviveram com ele no Palácio do Planalto antes de Abraham Weintraub ser nomeado para o MEC. Um deles conta ter saído espantado certa vez de uma reunião, devido ao fanatismo ideológico de Weintraub, outro caça-fantasma. Para o economista e professor universitário paulista, os bancos, a mídia e as grandes empresas são controlados por comunistas no Brasil. É americanófilo feito Jair Bolsonaro, o presidente da continência à bandeira de Tio Sam. Seus filhos estudam em colégio que segue métodos e calendário dos Estados Unidos, razão para não conseguir tê-los matriculado em Brasília ainda. Weintraub acha que o brasileiro não deveria ter vergonha de trocar cartões e falar de negócios em velórios, como diz que fazem os americanos. Sua crença: a riqueza deve ser cultuada, a pobreza, não. (Deve achar “comunista” o papa Francisco, o papa dos pobres.) E pratica a riqueza. Ele e sua família andam de carro blindado em São Paulo, e volta e meia vão esquiar no exterior.

Gastador, porém, só na vida privada. Como ministro, não. “Entregar mais com o mesmo que a gente já gasta”, prometeu ao assumir o cargo na terça-feira 9. A verba anual de 120 bilhões de reais do MEC basta. E deve ser aplicada corretamente. Para que ensinar filosofia e sociologia a nordestino, por exemplo? “Em vez de as universidades do Nordeste ficarem aí fazendo sociologia, fazendo filosofia no Agreste, (devem) fazer agronomia”, afirmou em setembro, na internet. Tradução: pobre é mão de obra, nada de pensar na vida. Bem que Bolsonaro disse ao empossar Weintraub: “Queremos uma molecada que comece a não se interessar por política dentro das escolas”. Em seu discurso de posse, o novo ministro bateu em um ícone brasileiro da educação, um pernambucano premiado pela Unesco por inventar um método de ensino centrado na condição de vida do aluno, Paulo Freire. Estranho prazer o deste governo, o governo do “Brasil acima de tudo”, de menosprezar conterrâneo prestigiado e premiado internacionalmente. Vide a opinião do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre o ambientalista Chico Mendes: “Que diferença faz quem é?”

Paulo Freire morreu em 1997, aos 76 anos. Foi um perseguido pela ditadura que Bolsonaro mandou os quartéis festejarem. Exilou-se no exterior de 1964, ano do golpe que para o atual governo não foi golpe, a 1980, meses após sair a Lei da Anistia que protegeu torturadores e assassinos. Aquela ditadura não teve tantos generais no alto escalão quanto agora. Hoje há gente fardada aos montes. Não é à toa que em viagem aos EUA, onde encontrou seu homólogo, Mike Pence, o vice-presidente Hamilton Mourão comentou na Universidade Harvard, no domingo 7: “Se o nosso governo falhar, errar demais – porque todo mundo erra –, mas, se errar demais, não entregar o que está prometendo, essa conta irá para as Forças Armadas. Daí a nossa extrema preocupação”. Apesar do peso da caserna, a escolha de Weintraub para o MEC foi uma derrota da ala militar, bem mais globalista, meio neoliberal, do que o presidente, embora haja grande sintonia entre o ex-capitão e seus generais quando se trata de demonizar a esquerda, os valores progressistas, o “politicamente correto”.

Os generais são globalistas neoliberais, o capitão é um caipira fanático. Um exemplo do desagrado dos militares com a nomeação no MEC foi ouvido nos corredores da Finep, a agência pública que financia pesquisas em ciência, tecnologia e inovação em empresas e universidades. O presidente do órgão, general Waldemar Barroso Magno Neto, comentou pelos corredores que vai “desmontar” a Finep e encher a casa de fardados. Pior para a ciência. A Finep deveria ter uns 4 bilhões de reais este ano, como gestora do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mas a equipe econômica passou a mão em 80%, sobraram 800 milhões. E nem garantia há de que a grana será liberada. Em caso de “desmonte”, ficará ainda mais difícil investir o dinheiro que houver.

O degolado no Ministério da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, colecionou polêmicas públicas. Afirmou que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, algo parecido com a visão do sucessor. Que “o brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo”. Palavras do colombiano que só se naturalizou brasileiro depois de cinquentão. Em uma audiência pública com deputados, citou um falecido conterrâneo chefão do tráfico como exemplo. “Pablo Escobar tinha campos de futebol para os jovens e uma pequenina biblioteca. Por isso, esses jovens (...) não consomem cocaína, porque é produto de exportação. A ideia não era consumir na Colômbia.” Sua demissão, porém, foi causada não pelas opiniões, mas por uma guerra no MEC. De um lado, os militares. De outro, o “guru” bolsonarista, Olavo de Carvalho.

Embora cancelado pelo “guru” para o cargo, Rodríguez tinha afinidade com os militares. Havia sido professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Era defensor da militarização das escolas e logo na posse anunciara a criação de uma subsecretaria para apoiar prefeituras interessadas na ideia. Um dos assessores a quem mais dava ouvidos era um milico, o tenente-coronel Ricardo Roquetti. Por influência deste, Rodríguez passou a tomar certas decisões contrárias à visão dos alunos olavistas que haviam descolado emprego no MEC. No início de março, o “guru” mandou seus ex-alunos abandonarem os cargos. “O presente governo está repleto de inimigos do presidente e inimigos do povo, e andar em companhia desses pústulas só é bom para quem seja como eles”, escreveu no Facebook. Carvalho gostou do desfecho da história. Foi para o lado dele que pendeu a caneta de Bolsonaro, que o considera um “inspirador”. “Desejo toda a sorte do mundo ao ministro Weintraub, e só advirto: se

aparecer algum Croquetti dando palpite, esconda-se no banheiro”. Croquetti: grafia errada com fins de ironia.

Coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o cientista político Daniel Cara aposta numa mudança de foco no MEC, apesar das afinidades do ex e do novo ministro. Por ser um economista liberal do naipe do “Posto Ipiranga”, diz Cara, Weintraub “vai se submeter a essa ideia absurda do Paulo Guedes de que não é preciso ter vinculações orçamentárias, despesas obrigatórias em educação, saúde”. Foi o que se viu na posse Weintraub, fazer mais com o dinheiro já existente. Curiosidade: em Brasília, há gente impressionada com Elizeth Guedes, irmã de Guedes e vice-presidente da Anup, a Associação Nacional de Universidades Privadas. Ela estaria muito bem informada sobre as coisas no MEC. Vale lembrar: a família Guedes, Paulo à frente, fez muitos negócios em educação. Mais um detalhe: outro irmão de Guedes, Gustavo, foi condenado no passado, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por uso de informação privilegiada.

Outra diferença no MEC daqui em diante, prevê Cara, é que o novo ministro se dedicará mais a caçar fantasmas, os “comunistas”, como bom olavista que é, embora Weintraub tenha dito que não segue à risca o “filósofo”. “Militarização é mais fácil de enfrentar do que a guerra cultural, que vai mobilizar toda a militância do Bolsonaro”, afirma Cara. “Os dias vão ser muito duros.”

A crise no MEC é um dos mais bem-acabados exemplos da discórdia entre Bolsonaro e a ala militar. Apesar da sintonia do presidente com os generais, há diferenças marcantes, segundo Eduardo Costa Pinto, professor do Instituto de Economia da UFRJ. Estudioso das Forças Armadas, Costa Pinto analisa as convergências e as divergências do presidente e seus filhos, de um lado, e da ala militar, de outro, dois grupos que considera o núcleo estratégico do governo, em um ensaio publicado no início de abril. Intitula-se “Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método”.

Segundo Costa Pinto, tanto o clã Bolsonaro quanto os generais concordam que há uma ameaça comunista, que a esquerda tem de ser varrida do País. O clã adora dizer que há comunistas à solta, que há um “marxismo cultural” que precisa ser combatido. É o que professam Olavo de Carvalho e a extrema-direita americana em cujas águas bebe o “guru”, morador de lá. No jantar oferecido a Carvalho nos EUA quando de sua viagem para visitar Donald Trump, Bolsonaro comentou: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer”. Destruir o “marxismo cultural”, presumivelmente. Direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos LGBT, dos pobres, tudo isso seria “marxismo cultural”, a preparar o terreno para uma revolução comunista. Quer dizer, para esses radicais de direita, avanço civilizatório é comunismo.

Segundo ainda Costa Pinto, os militares pensam igual. Veem desde o fim da ditadura uma “revolução gramsciana”, alusão ao filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, pregador da ideia de que a esquerda deveria primeiro conquistar as mentes das massas, através da cultura, para chegar ao poder depois. A síntese da visão da caserna, diz Pinto, é a obra de um general morto em 2011, Sergio Augusto de Avellar Coutinho, autor, em 2002, do livro A Revolução Gramscista no Ocidente. Para Coutinho, o socialismo estava em curso no Brasil desde 1994, com a eleição de FHC. Ele escreveu que “os

movimentos alternativos e de minorias são estimulados ou mesmo criados pelas organizações de esquerda revolucionária como componente auxiliar da luta de classes e como elemento ativo da ‘desconstrução’ da família tradicional e dos valores da civilização ocidental cristã”. E via no País uma “aceitação passiva do que se estabeleceu ser ‘politicamente correto’”.

São pensamentos que ecoam nos militares bolsonaristas. Em janeiro, no canal GloboNews, o general Augusto Heleno, chefe do GSI, o órgão de inteligência do Planalto, comentou: “Nós beiramos (o socialismo), estivemos bem próximo disso acontecer, só que faziam uma máscara para fingir que não era, mas o caminho procurado era esse”. Três meses antes, no mesmo canal, outro general, Luiz Eduardo Paiva, que não está no governo, dizia: “Eles (petistas) estão implementando no País uma revolução silenciosa, que é a revolução gramscista”. Hoje assessor especial no GSI, o general Eduardo Villas Bôas dizia à Folha em julho 2017, quando era chefe do Exército: “Vivemos um momento em que faltam fundamentos éticos e no qual o ‘politicamente correto’, por vezes mal interpretado, prejudica nossa evolução”.

Segundo Costa Pinto, o general Villas Bôas, ex-comandante do Exército, foi o “grande armador” da eleição de Bolsonaro

Para Costa Pinto, Villas Bôas foi “o grande armador do jogo” que levou Bolsonaro ao poder, embora o general tenha impedido uma quartelada clássica, ao segurar os radicais com a perspectiva de vitória nas urnas. As pistas? Ao empossar o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, em 2 de janeiro, Bolsonaro comentou: “Meu muito obrigado, comandante Villas Bôas. O que nós já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”. Nove dias depois, Villas Bôas deixava a chefia do Exército e dizia ao presidente: “O senhor traz a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar”. Na véspera de o Supremo Tribunal Federal decidir sobre a soltura de Lula, em abril de 2018, Villas Bôas ameaçou o STF com um Twitter, como reconheceu depois. Costa Pinto não lembrou, mas podia: quando o comitê de Direitos Humanos da ONU defendeu a candidatura de Lula, Villas Bôas disse: “É uma tentativa de invasão da soberania nacional”. Mais: foi por indicação dele que Azevedo e Silva tornou-se um mês depois assessor do presidente do STF, Dias Toffoli, no que pareceu tutela da Corte.

Afinidades à parte entre Bolsonaro e os generais, o professor da UFRJ vê uma diferença acentuada. Os milicos são pró-globalização e liberalismo, Bolsonaro, não. A explicação estaria de novo na obra de Avellar Coutinho, para quem neoliberalismo e o Consenso de Washington eram coisas positivas. Coutinho, inclusive, escreveu certa vez que Bolsonaro fazia o jogo da esquerda. O presidente e seus filhos, diz Costa Pinto, inspiram-se na extrema-direita americana, que acha que a ONU é comunista, por exemplo. No entorno de Bolsonaro há militar que fez carreira internacional graças às Nações Unidas. Os generais Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro da Secretaria de Governo, e Augusto Heleno comandaram missões de paz da ONU no Haiti. O Brasil até montou, em 2010, no Rio, um centro de treinamento para militares designados para esse tipo de missão. Diante dessas observações, entende-se melhor por que, conforme CartaCapital já relatou, o vice-presidente Mourão conspira contra o chanceler Ernesto Araújo, um antiglobalização.

Weintraub, o novo ministro da Educação, é dessa linhagem de Mourão. Em dezembro, participou de uma Cúpula Conservadora das Américas, em Foz do Iguaçu, e comentou coisas interessantes sobre reforma da Previdência. “Está sendo propositalmente escondida para evitar tiroteio desnecessário antes. Mas está bem avançada.” Confissão de estelionato eleitoral por parte do chefe. Outra: “O caso da Argentina e do governo Macri é discutido abertamente na equipe”, “não dá para fazer (o ajuste fiscal, a reforma da Previdência) de forma gradual, se não vai ser exatamente igual na Argentina”. Na visão do “mercado”, Mauricio Macri fez um ajuste neoliberal muito devagar. Resultado: o dólar fugiu da Argentina a partir do fim de 2017 e deu no seguinte em 2018: queda de 2,5% do PIB, inflação de 47%, a maior em 27 anos, aumento da pobreza urbana de 25% para 32%. Em 2019, nova recessão à vista, de -1,2%, segundo o FMI.

De volta ao Brasil, aos militares e a Bolsonaro. “O nacionalismo praticamente sumiu nas Forças Armadas, está restrito à identidade nacional, aos valores, à moral, à religião”, disse Costa Pinto a CartaCapital. Em seu ensaio, o professor escreveu: “Não enxergam nenhum perigo com controle estrangeiro da Embraer, a exploração do petróleo do pré-sal por empresas estrangeiras, a perda completa do controle do setor de energia elétrica, o avanço do investimento estrangeiro”. Nem no acordo para os EUA usarem a base de Alcântara, pelo qual o Brasil se comprometeu a fazer de tudo para ninguém descobrir nada da tecnologia americana que vier a ser empregada em foguetes ali. Inclusive, proibir a entrada de brasileiros. Agora o governo quer alugar a base para outros países, em troca de tecnologia e grana, nada com fins bélicos. Isso, se o Congresso aprovar o acordo com os EUA. “O Brasil jamais vai assinar qualquer contrato que não seja de utilização pacífica da base”, declarou na quarta-feira 10, na Câmara, o negociador-chefe do acordo, o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, comandante interino do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Em outra audiência pública na Câmara, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, topou criar um grupo de trabalho permanente para acompanhar o acordo e ir ao Maranhão, na segunda-feira 15, participar de um debate sobre a base, gestos vistos como de abertura ao debate e a críticas. O tenente-coronel já foi ao espaço e pôde testemunhar que a Terra é redonda. No bolsonarismo, há adeptos da teoria da “terra plana”. Olavo de Carvalho, o líder da revolução reacionária em curso, não chega a tanto, mas tem dúvidas: quem gira em torno de quem, a Terra do Sol, ou é o contrário? Naquela Cúpula Conservadora de dezembro, Abraham Weintraub disse que a vitória de Bolsonaro dependeu de 10%, 15% de guerreiros que foram para o pau na web contra a esquerda. Uma turma cheia de anticomunistas, terraplanistas. O presidente sente-se devedor deles. É por isso que escolheu quem escolheu para o MEC, mesmo a contrariar os generais. Não será fácil para os militares globalistas neoliberais amansarem o ex-capitão. •

REVIDE AO BESTIALÓGICO

Por Leneide Duarte-Plon, de Paris

Régine Robin é uma grande intelectual francesa. Historiadora e socióloga, fez carreira universitária na França e na Universidade do Quebec, em Montreal. Especialista em Alemanha, ela se interessa particularmente pela história do nazismo. Seu premiado e

excelente livro *Berlin Chantier* é leitura obrigatória. Ela analisa como a Alemanha emergiu da passagem do furacão nazista. Perguntei a Régine: “O ministro das Relações Exteriores do Brasil, assim como o presidente Jair Messias Bolsonaro, entre outros, dizem que o nazismo era de esquerda. A prova, segundo eles, é que o partido de Hitler se chamava Partido do Nacional-Socialismo dos Trabalhadores Alemães. O que você tem a dizer sobre isso?”

RÉGINE ROBIN: Quando o partido nazista nasce, em 1920, é justamente após o massacre dos Espartaquistas. Rosa Luxemburgo tinha sido assassinada em 1919, o partido socialista alemão é, então, um dos mais importantes da Alemanha. Os nazistas, que vão se chamar Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, querem tentar recuperar as massas muito sensíveis ao discurso social-democrata e aos Espartaquistas, que fundam o Partido Comunista Alemão. Vem daí a estratégia nazista de apropriação da palavra socialista. Esse partido não tem nada de socialista, é mesmo o contrário do socialismo.

As grandes sociedades, os senhores do aço e do carvão, os Krupp, os Thyssen, contribuíram em grande escala para levar Hitler ao poder. O prêmio Goncourt do ano passado Eric Vuillard, no seu livro *L'ordre du Jour* tem um primeiro capítulo no qual relembra a implicação do grande capital na ascensão do partido nazista. Quando o partido nazista faz propaganda de reformas sociais é unicamente para os alemães “brancos arianos”, quando quer vencer o desemprego é através da corrida armamentista. De resto, seu discurso é totalmente oposto à emancipação, ao iluminismo, à classe operária. Utiliza um discurso ambíguo, mas que não tem nada de socialista.

Eles se apropriaram de símbolos do movimento operário. A bandeira vermelha, por exemplo. A cor vermelha é o fundo da bandeira nazista. No meio tem um círculo branco com a suástica, mas o fundo é vermelho. Eles fizeram também a apropriação das canções. Um dos hinos do movimento operário foi desfigurado com nova letra, mantendo a música e torna-se o Horst Wessel Lied, o segundo hino nazista. E assim por diante. Tudo foi desviado, criando uma confusão geral naquele período de crise. Apesar de tudo, o Partido Social-Democrata e o Partido Comunista vão resistir e só serão vencidos pelo terror instalado pelos nazistas.

“Em outras palavras, as autoridades brasileiras ou são ignorantes, ou imbecis ou manipuladoras.”

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - OPINIÃO

Mais um ministro alucinado

Sai Vélez Rodríguez, entra Abraham Weintraub... E daí? O MEC continua nas mãos de iletrados em pedagogia e delirantes, perseguidores de “comunistas”

Apenas 97 dias depois de nomear Ricardo Vélez Rodríguez, sem dúvida o ministro da Educação mais incompetente da história do País, Bolsonaro anunciou Abraham Weintraub para seu lugar.

Além de difícil pronúncia, o novo titular do MEC, que comandará o maior orçamento do governo federal, era praticamente desconhecido por quem discute há décadas a educação pública e impensável como ministro de uma área tão crucial para o nosso desenvolvimento.

O que se descobriu até agora do novo ministro não é apenas desanimador. É o anúncio de mais uma tragédia. Agente do mercado financeiro por décadas, fã de carteirinha de Olavo de Carvalho e professor de carreira medíocre, Weintraub não passou sequer um dia na vida como gestor público na educação. Como notou Daniel Cara, da Campanha Nacional pela Educação: “É um MEC de iletrados em pedagogia”.

Em palestras recentes, Weintraub passou longe de temas como acesso à educação básica e superior, combate à evasão escolar e iniciativas para melhores indicadores de aprendizado. Preferiu exorcizar o “marxismo cultural” nas universidades e descrever uma realidade delirante na qual drogas como o crack chegaram ao Brasil de caso pensado pelo “Foro de São Paulo” e onde os “comunistas” ocupam o topo do poder nos bancos, grandes empresas e meios de comunicação. A conspiração bolchevique dos camaradas Trabuco, Lehman e João Roberto manda lembranças.

Em relação à pluralidade e ao pensamento crítico, o novo ministro também deixa claro a que veio. Na esteira das redes sociais e da caixa de comentários dos portais de notícias, quem pensa diferente é “comunista” e, quando um desses “chegar com papo”, Weintraub é claro: “Faz como o Olavo de Carvalho diz pra fazer: xinga!”

Se em palestras o nível é esse, seus raros artigos acadêmicos não ficam para trás. Mal escritos e desconexos, sua redação beira o incompreensível. E, pior, na temática da aposentadoria e Previdência, supostamente sua especialidade, as propostas são escandalosas. Em artigo publicado em uma revista chilena, Weintraub chega ao cúmulo de defender o BPC de 200 reais para idosos com 65 anos, 400 reais com 70 e 600 reais com 75 anos. O teto máximo seria 800 reais, mas só com 80 anos. Até ser nomeado ministro, o autor do texto trabalhava na Casa Civil, especificamente na reforma da Previdência.

Nada disso se compara, no entanto, à declaração recente sobre os nordestinos. O responsável por gerir a educação de mais de 53 milhões de brasileiros que vivem na região literalmente disse: “Em vez de as universidades do Nordeste ficarem aí fazendo sociologia, fazendo filosofia no Agreste, (devem) fazer agronomia, em parceria com Israel”.

O ministro não só ofende milhões de nordestinos e merece ser processado. Ele desconhece a história de seu país e não deve ter lido o paraibano nascido no Sertão Celso Furtado, o baiano Milton Santos ou a cearense Rachel de Queiroz.

O governo Bolsonaro parece procurar ministros nas listas dos inomináveis. Os currículos que incluem trajetória em gestão pública, experiências exitosas e traquejo político são rapidamente rasgados. A busca prefere incluir a lista de inscritos dos cursos a distância de Olavo de Carvalho e fundamentalistas em cruzada contra um “comunismo” e uma “ditadura gay” imaginários.

Quem paga o preço é a população, que depende de serviços públicos e tem certeza de que o problema da educação não é doutrinação ou ideologia, mas a falta de valorização dos professores e de investimento adequado para melhorar o ambiente e a qualidade do ensino.

Mais cedo ou mais tarde, os ministros alucinados de Bolsonaro sairão de seus cargos. Mas as sequelas de seus atos podem causar danos ao Brasil por muitos anos. •

topo ↕

ÉPOCA - RJ - BRASIL

TABATA × SÓSTENES

Para ela, a escolha de um economista para comandar o MEC preocupa. Para ele, o ministro recém-empossado saberá dar um novo rumo à educação, longe de alinhamentos ideológicos

TABATA AMARAL, 25 anos, paulista

O que faz e o que fez: é deputada federal pelo PDT. Formada em ciências políticas e astrofísica pela Universidade Harvard, é cofundadora dos movimentos Acredito e Mapa pela Educação

SÓSTENES CAVALCANTE, 44 anos, alagoano

O que faz e o que fez: é deputado federal pelo DEM, em seu segundo mandato. Teólogo e pastor evangélico da Assembleia de Deus, presidiu a Comissão Especial que analisa o Estatuto da Família

O marxismo é um problema do Ministério da Educação?

TABATA AMARAL Não, claramente não. Quem trabalha com educação e já visitou uma escola pública, especialmente nas periferias, nos lugares mais afastados, sabe que a gente tem um problema gravíssimo de infraestrutura, de falta de professores, de financiamento. Então, com certeza, se a gente for pensar mais na educação pública, nas contas, esse está longe de ser um problema.

SÓSTENES CAVALCANTE

O Ministério da Educação não deve seguir nenhuma linha ideológica e política. Deve se dedicar ao ensino. O marxismo é um problema, assim como qualquer outro alinhamento ideológico político. A educação nasceu para o ensino, não para alinhamentos ideológicos.

“Expurgar a ideologia do Paulo Freire”, “combater a doutrinação” e a “sexualização precoce”, como afirmou o presidente Jair Bolsonaro, devem ser prioridades do MEC?

TA Também não. Falando um pouco do contexto, todo o trabalho do Paulo Freire e das pessoas que o seguiram é muito valorizado lá fora. Fiz faculdade nos EUA e lembro quanto ele era uma referência na faculdade de educação de Harvard. E o contrassenso que muitas pessoas não sabem é que, se a gente for levar ao pé da letra o que ele escreveu, a gente vê que tudo que ele sonhava para a educação brasileira está bem longe de ter sido aplicado. Quem dera a gente tivesse como problema escolas que de fato aplicassem toda a teoria do Paulo Freire. Outros países o fazem, com muito sucesso, mas no Brasil, infelizmente, isso não acontece. E não acontece porque não vemos a escola pública como um lugar de formação, de emancipação da juventude. Ainda achamos que a educação pública e as escolas técnicas são políticas para pessoas sem condições financeiras.

SC Sim, devem ser prioridades do MEC. Concordo com o presidente. A educação não deve usurpar competências constitucionais dos pais, como falar e ensinar sobre sexualidade. É prerrogativa dos pais, nunca foi da educação. A educação se ocupou, nos últimos anos, de assuntos que nunca foram competências dela. E isso precisa ser

corrigido.

O que esperar da nomeação de um economista para o cargo de ministro da Educação?
TA Quando vi a nomeação do ministro Abraham Weintraub, fiquei pensando muito sobre o desafio que ele tem pela frente. Ele é um gestor, tem experiência em gestão, mas o desafio que ele tem, de fato, é bem grande. São três meses e meio de uma paralisia completa do MEC, em que as coisas mais básicas, como implementação da Base Nacional Comum Curricular e da reforma do ensino médio, avaliações como o Enem, a discussão sobre a renovação do Fundeb e a formação dos professores foram completamente paralisadas. O primeiro questionamento que faço para quem tem experiência em gestão é: quando vamos receber um calendário com prazos, metas e prioridades? Como o ministério vai fazer para reverter cada uma dessas perdas que já sofremos? Qual visão vai prevalecer no MEC? É a do Ministério da Economia, que já fez cortes muito drásticos na educação e está apresentando uma visão de desvinculação do orçamento público — o que é muito perigoso, especialmente para as políticas públicas educacionais —, ou a de quem se preocupa com uma

educação de qualidade para todos? E faço uma ênfase nesse “todos”. O novo ministro está comprometido com a renovação do Fundeb? É o Fundeb que garante o salário do professor, formação continuada, transporte escolar, infraestrutura e material didático. Há conversas de corredores de que o Fundeb não vai ser renovado.

SC Espero que ele tenha capacidade de gestão, realize um bom trabalho e seja melhor do que os economistas da esquerda que já foram ministros, como (Aloizio) Mercadante e outros.

Os livros didáticos devem ser revisados? Por quê?

TA Os livros didáticos devem ser sempre bem acompanhados, deve haver uma política pública que garanta que eles tenham uma visão plural. A política nacional de livros didáticos deve passar por uma melhoria constante, para que seja imparcial, plural, que tenha uma atenção muito grande aos dados e evidências, à verdade. Mas qualquer tipo de revisão ideológica me traz uma preocupação muito grande. Não quero livros didáticos apresentando uma visão ideológica, partidária de mundo. Não quero um viés nem de esquerda nem de direita. Livros didáticos devem olhar para as evidências, as realidades, se conectar com o aluno, se basear nos dados, na verdade. Revisões para melhorar, com certeza, mas, para enviesar, sou contra, independentemente de qual lado venha.

SC Deve ser retirado dos livros didáticos todo conteúdo ideológico que afronta valores de família, o que vinha acontecendo nos últimos anos. Isso deve passar por revisão e uma nova edição, para que as famílias voltem a deter as prerrogativas constitucionais que são delas e que o MEC, por questões ideológicas, estava usurpando nestes últimos anos.

Estudos comparativos mostram que o estudante brasileiro lê e calcula de forma precária. O que deve ser feito para mudar essa situação?

TA Esse é um grande desafio da educação pública. Um dado que eu sempre lembro cada vez que tem uma batalha grande na educação pela frente é que sete em cada dez adultos no Brasil não são considerados plenamente alfabetizados, são analfabetos

funcionais. Há muita coisa para fazer na educação básica. Uma delas é a revisão do financiamento da educação. Ainda temos municípios que investem 50 vezes mais por aluno do que outros. Há municípios que não têm a verba mínima para garantir uma educação de qualidade. E aí eu falo de uma redistribuição que faça mais sentido, mas também de uma complementação da União por meio do Fundeb. Tem de pensar também na política nacional de formação de professores. O que esperamos dos professores quando eles saem da faculdade? Que formação prática eles precisam ter? E aí pensar também em formações mais específicas. O conhecimento para ser um bom alfabetizador é bem diferente daquele para ser um bom coordenador pedagógico ou um bom gestor escolar.

SC Investir no ensino fundamental, desde a creche inclusive. Nós aumentamos, quase triplicamos, o investimento no ensino superior e abandonamos o investimento no ensino fundamental, o que deu nesses resultados que estamos tendo. Esse foi o grande erro dos últimos governos. Não se constrói uma casa pelo telhado, mas, sim, por seus fundamentos. E o fundamento da educação é o ensino fundamental, que foi abandonado por todos os últimos governos.

Como interromper a guerra interna no MEC?

TA Acho que essa guerra ideológica, as demissões, disputas e polêmicas acontecem porque o MEC até então estava focado em fumaça, em questões ideológicas, em subjetividade. Na hora em que o MEC colocar essas questões de lado e perceber que há um problema gravíssimo, que está atrasado, correndo risco de não fazer o Enem e as principais avaliações da educação básica, que não estamos conseguindo entregar o básico da educação, quando o MEC finalmente focar no que importa, aí acho que essas picuinhas deixarão de fazer sentido. Um remédio para a educação no Brasil e para o fim das disputas no MEC é ter uma liderança que coloque questões ideológicas à parte.

SC Entendo que estava faltando um ministro com capacidade de liderança, para que possa colocar o novo momento e a nova agenda do país, resultado das últimas eleições, respeitando aqueles que são contrários, mas organizando a gestão para que seja eficiente e que fique claro o novo norte que a educação brasileira terá com esse novo governo. Isso lamentavelmente depende muito da figura do ministro, e o ex-ministro (Ricardo Vélez), por circunstâncias físicas e emocionais talvez, não conseguiu fazer nesses primeiros meses. Esperamos que esse novo ministro consiga implementar.

Que conselho daria ao novo ministro?

TA O principal é que ele, de fato, busque entender o que significa estudar em escola pública na periferia dos grandes centros, no interior do Brasil, do Nordeste, do Norte — onde você leva dias para chegar a uma comunidade —, que ele busque entender o que é esse Brasil tão desigual em que a gente vive. Que ele busque entender o que significa, na prática, ter R\$ 400 por aluno por mês, tendo de pagar professor, garantir infraestrutura e entregar o aprendizado. Que busque entender que o problema do Brasil não é ideológico; é prático, de implementação. Temos um problema muito grande para implementar e levar uma educação de qualidade para todos, e, na hora em que ele deparar com a desigualdade, acho que não vai ter dúvida de que os principais problemas são bem diferentes daqueles que o governo vem apontando.

SC Que urgentemente possa zerar o número de necessidades de creches para crianças e para os pais que querem ir ao mercado de trabalho e não têm onde deixar seus filhos.

Que a creche seja prioridade do governo dele.

As universidades são vistas como inimigas do governo Bolsonaro?

TA Essa é uma resposta que só o governo tem. Não sei dizer se são inimigas ou não, mas sei que as universidades estão vivendo uma situação bem precária neste ano. Não consigo pensar em um Brasil desenvolvido, inclusivo, que se prepara para o futuro, que é inovador e criativo, quando a gente para de ver as universidades como aliadas. As faculdades têm hoje uma paralisia muito grande, as leis não permitem que elas se financiem de maneiras alternativas, fazendo parcerias com empresas, recebendo doações. Se não tiver um novo olhar sobre ciência e tecnologia, dificilmente o Brasil estará preparado para os próximos anos.

SC Nada é inimigo de um governo. O governo, uma vez eleito, governa para todos, inclusive para esses que não concordam com ele.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - BEM VIVER

Responsabilidade é de todos

O mundo e o Brasil têm avanços na educação inclusiva, mas estão longe do ideal. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, missão ambiciosa adotada por 184 estados-membros da Unesco, a meta é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A educação transforma a vida e é o principal impulsionador para o desenvolvimento da sociedade.

A educadora e escritora Andrea Ramal, doutora em educação pela PUC-Rio, professora de português, literatura e redação ao longo de 20 anos, frisa: “Acredito na teoria de que é melhor uma sala diversificada, tanto para as crianças das aulas regulares quanto para quem precisa de atenção. As duas vão se desenvolver mais, com a ressalva de que, da maneira como funciona hoje, não ocorre uma real inclusão, aliás, é uma inclusão excludente”.

Para Andrea Ramal, a sala de aula dialógica, inclusiva e plural é espaço de construção de novas identidades, capazes de se engajar na construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e sustentável. Mas, no Brasil, está longe de ser uma realidade. “O professor não dá atenção, não tem capacitação e as famílias rejeitam. A sociedade não está preparada. Pior, muitos pais abandonam a escola diante de experiência negativa. Conheço muitos que colocaram o filho na escola e o tiraram. O problema é que dizem que o ‘filho não se adaptou’, quando, na verdade, é a escola que não se adequou.” Crítica, ela enfatiza que a questão é que o projeto pedagógico, na prática, não ocorre. “Vejo pais decepcionados, que não acreditam mais na escola inclusiva, porque a realidade é outra. É bem diferente do que é proposto e estabelecido em lei.”

Para a expert, apesar de a escola inclusiva ser obrigatória (Lei 13.146/2015) e ser um avanço, os resultados ainda são insignificantes. Para a transformação de fato ocorrer, Andrea Ramal indica três pilares para esse avanço. “Primeiro, a capacitação dos professores nas mais diversas demandas de deficiências. Em segundo lugar, respaldo do governo, colocando agentes educacionais especializados para apoiar o professor que tem de lidar com 30, 40 alunos em sala. O que está na lei. E, em terceiro, a escola conscientizar as famílias sobre os benefícios da inclusão para acabar com o preconceito.”

Andrea Ramal avisa que não é um caminho fácil, leva tempo. Ela reconhece que num país em que “temos escola sem biblioteca e quadra esportiva (sim, elas existem!), pode ser contraditório um passo como o da escola inclusiva. No entanto, é preciso caminhar juntos para resolver os problemas da educação no Brasil. Não dá para solucionar uma demanda de cada vez, não há tempo. Temos de pensar nesses alunos não atendidos. São gerações perdidas”.

Andrea Ramal, doutora em educação pela PUC-Rio, afirma que é preciso pensar nos alunos que não são atendidos por essa inclusão:

Andrea Ramal, doutora em educação pela PUC-Rio, afirma que é preciso pensar nos alunos que não são atendidos por essa inclusão: "São gerações perdidas"

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL Luiz Henrique Carneiro, coordenador do Núcleo de Orientação Psicopedagógica e Inclusão do UNI-BH, o Nopi, conta que desde 2014 o centro universitário tem definidas estratégias e ações de apoio à comunidade acadêmica com atendimento especializado para a inclusão de alunos com deficiências e transtornos. “Houve um crescimento no número de matrículas desde a implantação do nosso departamento, com um boom em 2016 e 2017. Temos alunos em praticamente todos os cursos: enfermagem, medicina, medicina veterinária, enfim, um grande contingente.”

O coordenador conta que há estudantes com autismo, deficiência auditiva, baixa visão, cegos, com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e transtorno de aprendizagem: “Em 2017, o UNI-BH decretou a Resolução 21, que garante a inclusão desses alunos no centro universitário, o chamado CEP (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) de 30 de junho. Com ele, buscamos um processo equitativo. O aluno sinaliza sua deficiência ou transtorno, agendamos o atendimento para entender as especificidades e, assim, podemos trabalhar a individualidade e peculiaridade de cada um. Ao compreender a demanda podemos atuar durante o processo, que é bem criterioso”.

A preocupação de maior impacto no processo de inclusão no UNI-BH é quanto à acessibilidade atitudinal. Luiz Henrique explica: “Fazemos um trabalho forte em prol da inclusão com eventos, palestras e nas redes sociais. A cada ano damos passos importantes e avançamos nesse convívio, que tem sido natural. Com nossas ações, todos percebem que é possível ter um jornalista autista, um professor com síndrome de Down e um personal trainer cadeirante. Buscamos um movimento de sensibilização que envolva toda a comunidade acadêmica”. O que tem influenciado a sociedade como um todo, o que também é uma preocupação e um papel que o UNI-BH assume. Inclusive, o centro universitário desenvolve pesquisas e projetos de extensão sobre a inclusão de pessoas com alguma dificuldade.

Para ler...

O livro *Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?*, de Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das maiores especialistas em inclusão escolar no país, mestre e doutora

em educação pela Unicamp, de maneira clara e didática explica o que é educação inclusiva, discute os passos necessários para implantá-la, ressalta o que a sociedade ganha com esse processo e destaca suas vantagens baseando-se na legislação sobre o tema. Livro fundamental para educadores que desejam saltar da teoria para a prática.

Serviço

Livro: Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?

Autor: Maria Teresa Eglér Mantoan

Editora: Summus Editorial, 96 páginas, R\$ 38

Rompe-se a exclusão

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada pelo Ministério da Educação em 2008, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segmentos que compõem o público-alvo da educação especial, têm o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização. Historicamente, essas pessoas foram excluídas do sistema educacional ou encaminhadas para escolas e classes especiais. Como resultado da implantação da referida política, entre 2007 e 2014, as matrículas desses estudantes em escolas regulares subiram de 306.136 para 698.768 (aumento de 128%). Em 2014, 78,8% desses estudantes matriculados na educação básica estavam estudando em salas comuns, sinalizando rompimento com o histórico de exclusão. Os desafios implicados na ampliação desses expressivos avanços envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersectorialidade da gestão pública.

Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)

[topo](#)

O POVO - CE - OPINIÃO O ENSINO SUPERIOR NO CEARÁ

Já é notório que a situação do ensino primário no Ceará ocupa uma posição de destaque no Brasil. Também é verdade que o Ceará tem avançado no ensino fundamental.

Estudo feito pela ONG Todos pela Educação, entre 2007 e 2017, mostra que nas matérias português e matemática, o Estado apresentou significativa melhora. O fato de os estudantes cearenses terem sucesso nos vestibulares do ITA e do IME atesta tal situação.

Entretanto, o ensino universitário necessita avançar muito, principalmente quando comparado com seu congênere brasileiro.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do MEC, divulgou em dezembro de 2018, o ranking das instituições de ensino superior no Brasil.

Este ranking é elaborado a partir do Índice Geral de Cursos (IGC), no qual é levada em

conta a média do CPC (Conceito Preliminar de Curso), a média do número de matrículas em cada curso, a média dos conceitos da avaliação **Capes** dos programas de pós-graduação stricto sensu na última avaliação, sempre em termos trienais.

Também entra no cálculo do IGC, a distribuição de estudantes entre cursos de graduação, pós-graduação (quando há programas "stricto sensu").

O Índice publicado em dezembro de 2018, se refere aos anos avaliados em 2014, 2015 e 2016.

A nota do IGC varia de 1 a 5. As instituições com 4 e 5 são consideradas excelentes e notas abaixo de 3 são insatisfatórias. Instituições que ficam abaixo de 3 não podem construir novos campi, nem abrir cursos ou aumentar o número de vagas.

Analisando o ranking do INEP, publicado em "As Melhores Faculdades e Universidades do Brasil", bem como a publicação "Ranking Times Higher Education", para 2017 e o "Ranking Webometrics" chega-se à conclusão que a situação do Ceará deixa muito a desejar.

No "Ranking Times Higher Education", posição em 2017, somente a UFC aparece, ocupando o intervalo entre 36º e 40º lugares.

No "Ranking Webometrics" que também analisa as 100 melhores universidades do País, aparecem a UFC (13ª posição no Brasil e a 687ª no mundo), a Uece (65ª e 2.304ª, respectivamente) e a mais uma universidade particular (78ª e 2.640ª, também respectivamente).

A classificação do MEC é distribuída entre Universidades (114), Faculdades (241) e Centros Universitários e Cefet (66).

Dentre as "universidades", somente a UFC aparece, ocupando a 15ª posição. Mas é a melhor classificada no Nordeste.

No que diz respeito às "faculdades", todas privadas, apenas cinco delas aparecem, variando de uma posição de 45ª a 215ª.

Quanto à classificação "centros universitários e Cefet", somente quatro "centros" são citados, variando entre a 4ª e a 54ª posição.

Dado este quadro, é fundamental que o governo federal e o estadual se aliem para tornar o ensino universitário cearense digno da inteligência do nosso povo. ■

topo ↕

BLOG DO ANCELMO GOIS - TEMPO REAL

Orçamento do Brasil com conhecimento já perdeu R\$ 38 bilhões desde 2015

Brasil perde conhecimento

Acredite. Desde 2015, o orçamento do "conhecimento" sofreu perdas reais acumuladas de R\$ 38 bilhões, se considerada a inflação. O cálculo leva em conta o valor empenhado para cobrir gastos de Ministério da Ciência e Tecnologia, **Capes**, universidades federais, institutos e escolas ligados à União.

É que...

O orçamento atual equivale à metade (52%) do de 2014, quase R\$ 15 bilhões a menos (quando corrigida a inflação). Só entre 2018 e 2019, a área perdeu R\$ 5 bilhões — o maior corte registrado no período.

Os dados serão apresentados no lançamento do “Observatório do Conhecimento” (que reúne associações de docentes de diferentes universidades públicas), terça, em Brasília.

topo ↕

CORREIO DOS CAMPOS - TEMPO REAL

Rebej prorroga prazo de submissões até 31 de maio; inscrições para ENPJ seguem até 23 de abril

O periódico vinculado à Abej recebe artigos, relatos de experiências e resenhas que envolvem temáticas direcionadas ao ensino do jornalismo

COM ASSESSORIAS – A Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (Rebej) recebe artigos, relatos de experiência e resenhas até o dia 31 de maio de 2019 para a edição número 24, a ser publicada ainda este semestre. Interessados devem seguir as normas para publicação e enviar o trabalho via sistema em:

<http://www.fnj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/about/submissions>.

Como a revista já possui um escopo definido, ela não apresenta um dossiê temático. “São discussões que não escapam da educação, mas tudo voltado ao jornalismo, metodologias aplicadas a esse campo”, atenta o editor-gerente da Rebej, Guilherme Carvalho. Inclusive, no dia 26 de abril, às 9h, durante o 18º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (ENPJ), haverá um momento para discutir a nova campanha institucional das próximas edições do periódico. Oportunidade para conhecer ainda mais a revista, que tem o papel de servir como veículo de debate a respeito da qualidade do ensino de jornalismo no Brasil.

Inscrições para o 18º ENPJ seguem até dia 23

A Rebej é o periódico científico da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej). A equipe editorial é composta por membros da diretoria da ABEJ e também ex-diretores, entre os quais, os então membros do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNJ), criado em 1995, cujo nome foi alterado para ABEJ em 2017. A REBEJ está indexada na Latindex, DOAJ e Reviscom e, de acordo com a última avaliação Qualis-Capes, a revista está classificada como B3 na área de Comunicação e Informação.

Já o 18º ENPJ é promovido pela Abej, realizado pelo curso de Jornalismo do Centro Universitário Santa Amélia (UniSecal), juntamente com o Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e tem como parceiro a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Para quem quer participar como ouvinte e ainda não se inscreveu, o cadastro segue aberto para pagamento até o próximo dia 23. Informações? Basta acessar o site do Encontro (<https://enpj2019.wixsite.com/enpj2019>) para encontrar todas as informações sobre o 18º ENPJ.

topo ↕

ESPAÇO ACADÊMICO - TEMPO REAL

Mulheres

Um recente estudo do Observatório Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade, intitulado “As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana”[1], descobriu que o Brasil é o país da região com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres, nada mais, nada menos do que 72% dos 53,3 mil publicados entre 2014 e 2017. Entre as áreas de conhecimento, as mulheres representam 56% das autoras em publicações na área da Medicina ao passo que, no outro extremo, nas engenharias, o “segundo sexo” responde por 32% do conhecimento divulgado em periódicos científicos.

A relevância feminina no ambiente acadêmico é confirmada pelo último Censo da Educação Superior, divulgado em 2016, segundo o qual as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação e também são maioria entre os bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, vinculada ao Ministério da Educação, representando 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

O movimento feminista libertou as mulheres dos estereótipos relacionados ao seu papel na sociedade, tradicionalmente associados à maternidade, à ideia de cuidado, de sensibilidade, ao ambiente caseiro. O corpo docente das escolas primárias sempre foi majoritariamente feminino, assim como a carreira de enfermagem. Então, quando vemos a “contaminação” de espaços eminentemente masculinos pelo outrora sexo frágil, sobretudo nas chamadas ciências exatas, percebemos que a desproporção entre as carreiras profissionais é artificial, é um fenômeno social, em nada relacionada à capacidade intelectual intrínseca de uns e outras. Uma professora da Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, comprova, na sua prática docente, como é difícil romper com “tradições inventadas” arraigadas há muito tempo:

“Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento, temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras. (...) Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem cem trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”.

Tudo gira, a meu ver, em torno das oportunidades dadas e da valorização financeira compatível aos cargos ocupados. Assim, o feminismo não é o equivalente ao machismo, mas uma reação positiva à desigualdade de gênero, conforme muito bem colocado pelo filósofo e educador Mario Sergio Cortella:

“Machismo não é o contrário de feminismo. Machismo é a suposição de que nós, homens, somos superiores. Feminismo não é a suposição de que mulheres são superiores. Feminismo é a crença de que homens e mulheres são iguais. Por isso, o feminismo não é coisa só de mulheres. Eu sou feminista. (...) O contrário de machismo é inteligência”. [2]

Devemos celebrar a relevância feminina no ambiente acadêmico como resultado da luta pela igualdade de direitos, prova de que a inteligência não é qualidade herdada geneticamente. Por outro lado, exigir proporcionalidade ou paridade de gênero nas carreiras acadêmicas e profissionais, uma vez estabelecida a igualdade de oportunidades, não é sensato, na medida em que o critério, o recorte a ser adotado deve ser a competência e a aptidão do candidato. Escolher ou não o curso de engenharia, por

exemplo, deve ser uma opção de foro íntimo, individual, não uma exigência social ou necessidade de preenchimento de vagas reservadas.

No mundo ideal, a notícia alvissareira será a qualidade da produção acadêmica nacional por si, a qualidade do que é produzido e não determinada característica escolhida aleatoriamente que identifique quem a produz – mulher, homem, LGBT, branco, preto, brasileiro nato ou naturalizado, de olhos claros ou castanhos, carecas ou cabeludos, corintianos ou botafoguenses.

Política de identidades: use com moderação.

topo ↕

INTERDEPENDENTE - TEMPO REAL

O que são e para que servem as universidades públicas de pesquisa

“O senhor dá aula aqui?”, é uma pergunta que o cientista Walter Colli ouve com frequência dos taxistas que o trazem para a Universidade de São Paulo (USP), no bairro do Butantã. Professor titular por três décadas, aposentado desde 2009, ele ainda comparece regularmente à sua sala no Instituto de Química, onde atua como colaborador sênior da instituição. “Não só dou aula”, responde o professor, de 79 anos, com uma pitada de indignação. “Isso aqui é uma universidade de pesquisa, não é uma escola.”

A diferença é óbvia para ele e tantos outros que trabalham com pesquisa e ensino superior no País, mas não para grande parte da sociedade, como mostram os resultados da última pesquisa sobre Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil, realizada em 2015 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

De um total de quase 2 mil pessoas entrevistadas, apenas 13% souberam citar o nome de pelo menos uma instituição de pesquisa nacional. E dentre esses poucos, apenas uma minoria citou o nome de alguma universidade. As instituições mais lembradas foram a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com 19% das citações, seguida da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Butantan. A USP aparece em quarto lugar, com 10%.

O estudo retrata um cenário preocupante, em que as universidades não são percebidas pela população como instituições de pesquisa, apesar de serem elas as responsáveis pela maior parte da produção científica nacional. Das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 44 são universidades (36 federais, 7 estaduais e 1 particular) e 5 são institutos de pesquisa ligados ao governo federal (Embrapa, Fiocruz, CBPF, Inpa e Inpe), também mantidos com recursos públicos, além de 1 instituto federal de ensino técnico (veja gráfico).

A USP é, disparada, a maior “fábrica de ciência” brasileira, com participação em mais de 20% das pesquisas publicadas no País. Ou seja, de cada 10 trabalhos científicos produzidos no Brasil, 2 tem pelo menos um pesquisador da USP entre os autores.

Na sequência do ranking vêm as outras duas universidades estaduais de São Paulo, Unesp e Unicamp. Juntas, essas três instituições paulistas produziram mais de 80 mil

trabalhos científicos nos últimos cinco anos.

Os dados são da base Web of Science, compilados pela Clarivate Analytics, a pedido da reportagem.

“As universidades de pesquisa desempenham um papel crucial na sociedade”, diz o físico e pró-reitor de Pesquisa da USP, Sylvio Canuto. Não só por oferecerem um ensino gratuito de qualidade e formarem bons profissionais, diz ele, mas principalmente por atuarem como “fábricas de conhecimento”, que impulsionam o desenvolvimento científico, tecnológico e intelectual do país.

Os benefícios mais óbvios dessa produção científica costumam ser aqueles gerados na área médica, quando a pesquisa acadêmica se materializa na forma de novas drogas, tratamentos e métodos cirúrgicos. Ou, até mesmo, na forma de um bebê — caso da menina Luisa, que em dezembro de 2017 se tornou a primeira criança do mundo nascida de um útero transplantado de doadora morta, graças a um procedimento pioneiro desenvolvido por uma equipe do Hospital das Clínicas (HC), da Faculdade de Medicina da USP.

O projeto começou em 2014, inspirado em transplantes feitos na Suécia, com úteros de doadoras vivas. O ginecologista Dani Ejzenberg e o cirurgião Wellington Andraus, ambos do HC, foram fazer um curso com o médico responsável pela pesquisa na Universidade de Gotemburgo, Mats Brännström, depois voltaram ao Brasil e começaram a adaptar a técnica para o uso de doadoras mortas, apostando que isso ampliaria a oferta de órgãos para transplante. “Era uma ideia realmente ambiciosa”, lembra Ejzenberg. “Fomos pesquisando, publicando e galgando avanços.”

MAIS

Conteúdos sobre ciência no Interdependente

AJUDE o Interdependente

O primeiro transplante foi feito em setembro de 2016, e deu certo logo de primeira. A paciente engravidou em abril de 2017 (de um embrião gerado por fertilização in vitro), e Luisa nasceu oito meses depois, 100% saudável. A consagração científica veio um ano depois, em dezembro de 2018, com a publicação do feito na revista Lancet, o periódico de maior prestígio da pesquisa médica no mundo. “É um trabalho com DNA 100% brasileiro, feito todo ele dentro do HC”, orgulha-se Ejzenberg.

Outros feitos históricos do HC nessa área incluem o primeiro transplante de coração do Brasil (em 1968) e o primeiro transplante de fígado intervivos do mundo (em 1988), entre outros.

Sem a pesquisa desenvolvida no leito do hospital e nos laboratórios da Faculdade de Medicina, separados apenas por uma rua, nada disso seria possível. O mesmo vale para pontes (de safena e de carros), motores, combustíveis, lavouras, aviões, plataformas de petróleo e uma infinidade de outros produtos derivados da ciência brasileira ao longo dos anos. Direta ou indiretamente, todos os setores da economia e da sociedade se

beneficiam de alguma forma dos recursos humanos e do conhecimento científico gerado nas universidades de pesquisa nacionais, ainda que isso não seja óbvio para muita gente.

O estudo de vibrações induzidas por vórtices, por exemplo, é um tema distante da realidade da maioria das pessoas — tipo de pesquisa que muitos (des)classificariam como “sexo dos anjos”, ou mera curiosidade acadêmica, sem aplicações práticas. Trata-se, porém, de um conhecimento crucial para o desenvolvimento dos cabos e dutos que a Petrobras utiliza para explorar petróleo e gás em águas ultraprofundas, nos reservatórios do pré-sal, gerando combustível, riqueza e emprego para milhões de brasileiros ao longo do processo.

“O ganho para a sociedade é imenso”, diz o pesquisador Júlio Meneghini, professor titular do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da USP (especialista em vibrações induzidas por vórtices), e diretor científico do Centro de Pesquisa para Inovação em Gás (RCGI), um núcleo de excelência criado na Poli em 2016, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e um aporte de quase R\$ 130 milhões da empresa Shell. Ele lembra que os recursos gerados pela exploração do pré-sal não beneficiam apenas as empresas, mas toda a sociedade, por meio de royalties que são revertidos para investimentos públicos em saúde, educação e outras áreas.

O segmento de petróleo e gás hoje representa mais de 15% do PIB nacional, comparado a 3% em 2000. Crescimento que seria inviável sem o apoio das universidades públicas, que geram o conhecimento científico necessário para impulsionar o desenvolvimento tecnológico do setor e, quem sabe, torná-lo um pouco mais sustentável. Um dos principais desafios do RCGI, por exemplo, é desenvolver técnicas para captura, armazenamento e uso de dióxido de carbono, como forma de mitigar os efeitos danosos da exploração petrolífera para o clima do planeta.

“O pré-sal representa para o Brasil o que o Programa Apollo foi para os Estados Unidos em termos de desenvolvimento científico e tecnológico”, compara Meneghini, referindo-se ao esforço americano para chegar à Lua, na década de 1960.

Assim como as sondas e veículos espaciais da Nasa, os navios e as plataformas flutuantes da Petrobras dependem de engenheiros bem qualificados e de muita pesquisa acadêmica para desafiar as fronteiras do oceano. A fundação do curso de engenharia naval da Escola Politécnica da USP, em 1956, “foi o embrião da indústria naval brasileira”, lembra o almirante André Luis Ferreira Marques — ele mesmo um egresso da disciplina, criada por meio de um convênio entre a universidade e a Marinha do Brasil, que perdura até hoje.

Além dos vários laboratórios da Escola Politécnica com os quais trabalha, a Marinha tem uma instalação própria no campus: o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), que ancora o programa de desenvolvimento do submarino nuclear da corporação. “Estar imerso nesse ambiente de pesquisa e inovação da universidade para nós é fantástico”, diz o diretor do Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em São Paulo, capitão Rogério Prado Lima de Souza.

“A pesquisa é a pedra que afia a faca da universidade”, completa o almirante Marques. “O pesquisador é aquele cara não sabe só ler uma tabela; ele é quem produz a tabela.”

Custo-benefício

Uma universidade que não faz pesquisa é basicamente “uma escola de terceiro grau”, que não gera conhecimento novo e só ensina aquilo que já é sabido. Essa é a diferença essencial, diz Meneghini.

“A universidade de pesquisa produz e molda o saber. A universidade sem pesquisa consome saber pronto, sem condições de aferir sua qualidade”, reforça Antonio Carlos Marques, biólogo marinho, professor titular do Instituto de Biociências (IB) e coordenador da Agência USP de Inovação (Auspín).

Manter essa “fábrica de conhecimento” funcionando tem um custo, que nem sempre é bem entendido pela sociedade. Um relatório do Banco Mundial, chamado Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, foi criticado por especialistas em 2017 por comparar os custos de formação no ensino público e privado sem levar em conta os custos (nem os benefícios) da pesquisa científica. O relatório conclui que “alunos nas universidades públicas brasileiras em média custam de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas”, e sugere a cobrança de mensalidade nas universidades públicas como forma de equilibrar as contas e diminuir o peso dessas instituições na folha do Estado.

O que o estudo ignora, segundo os críticos, é que as universidades públicas custam mais do que as privadas porque fazem pesquisa, e não apenas dão aula; o que exige a manutenção de uma infraestrutura muito mais sofisticada de equipamentos, laboratórios, insumos e corpo técnico de apoio. “É uma falácia dizer que a universidade pública no Brasil é cara. Não é”, diz o pró-reitor Canuto. Mesmo quando se considera apenas os custos da formação acadêmica, diz ele, os valores no Brasil costumam ser menores do que os de grandes universidades no exterior.

“Esse argumento (do relatório) é fraco e batido. São apenas números para justificar a privatização daquilo que é público”, diz o engenheiro Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies). O mais correto, segundo ele, seria inventariar e precificar todos os ganhos sociais e econômicos oriundos da pesquisa que é feita nas universidades públicas, e comparar isso com os ganhos da “formação medíocre de mão de obra que é oferecida na maioria das universidades privadas” do país.

Em outros países, essa separação entre público e privado não é tão nítida. No Brasil, entretanto, são poucas as universidades privadas que fazem pesquisa, justamente por causa dos custos e da complexidade envolvidos nessa atividade. Mesmo nos Estados Unidos e na Europa, a ciência produzida nas universidades de ponta (tanto públicas quanto privadas) depende fortemente de financiamento público, oriundo de órgãos governamentais e agências de fomento — no Brasil, representadas principalmente pelo CNPq, **Capes**, Finep e as Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) estaduais.

“O custo da pesquisa é elevado”, pondera Peregrino. “Em compensação é o que nos possibilita tirar petróleo do fundo do mar, plantar soja no Cerrado, produzir vacinas para doenças tropicais, e tantas outras coisas.”

Plantação de milho em Pirassununga, cidade do interior paulista que abriga a FZEA e FMVZ, ambas da USP. A produtividade e competitividade do agronegócio brasileiro depende fortemente da pesquisa científica desenvolvida nas universidades e outras instituições públicas de pesquisa, como a Embrapa - Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Recursos humanos

Outro produto valioso gerado pela pesquisa universitária para a sociedade são os próprios cientistas — químicos, físicos, biólogos, médicos, psicólogos, sociólogos, antropólogos, agrônomos, veterinários, advogados e engenheiros de todos os tipos —, que transportam a expertise adquirida nos laboratórios acadêmicos para o mercado de trabalho. A qualidade da formação desses recursos humanos tem relação direta com a pesquisa científica, dizem os especialistas.

Sem recursos humanos qualificados não há como fazer pesquisa de ponta; e sem pesquisa de ponta não há como formar recursos humanos altamente qualificados, diz o pesquisador Bernardo Andrade, do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da Poli-USP. “É um círculo virtuoso.”

Mesmo pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente dentro das empresas, portanto, se beneficiam da pesquisa acadêmica; pois quase sempre são feitas por profissionais formados nas universidades de pesquisa, cuja expertise deriva justamente do contato que tiveram com essa atividade durante a sua formação.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Artigo 207, o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” nas universidades brasileiras; o que significa, na prática, que não deve haver distinção entre professores e pesquisadores — todos realizam as duas funções, conciliando atividades no laboratório e na sala de aula.

“Ser pesquisadora me faz ser uma professora melhor, com certeza. E vice-versa”, diz a bioquímica Alicia Kowaltowski, professora titular do Instituto de Química da USP e especialista em metabolismo energético.

A pesquisa exige que o cientista esteja sempre conectado com a fronteira do conhecimento, diz ela, interagindo com colegas (e concorrentes) de outros países e de outras instituições. Já a sala de aula serve como um caldeirão de ideias e questionamentos, trazidos pelos alunos, que levam a novos projetos e impulsionam a pesquisa no laboratório.

A maior parte da ciência no Brasil é feita por alunos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) nas universidades públicas de pesquisa, sob orientação de seus professores. Mas há também os alunos de “iniciação científica”, que começam a trabalhar com pesquisa já na graduação.

“Aprendi muito desde que entrei aqui; a ponto de sentir que aprendo mais no laboratório do que na sala de aula”, diz o jovem Osvaldo Pereira Junior, aluno do quarto ano de Química da USP. Ele, que faz iniciação científica no laboratório de Alicia, estudando

como o fluxo de cálcio nas mitocôndrias altera o metabolismo das células no sistema nervoso central. “É um aprendizado muito mais ativo. Me sinto parte do processo”, diz.

Samba

“Essa convivência entre ensino e pesquisa é a coisa mais valiosa que tem na universidade”, diz Julio Cesar Batista Ferreira, um jovem professor e pesquisador do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP. Assim como tantos outros da sua geração, ele começou a carreira como aluno de iniciação científica, no laboratório da professora Patricia Brum, da Escola de Educação Física e Esporte da USP, estudando “a influência da genética no desempenho esportivo”. De lá para cá, foi um caminho sem volta: se encantou com a pesquisa e nunca mais largou a ciência.

Laboratório do pesquisador Julio Ferreira desenvolveu uma molécula capaz de tratar a insuficiência cardíaca em ratos

Foto: Cecília Bastos/USP Imagens

Hoje, com 38 anos, Ferreira coordena um laboratório no Departamento de Anatomia do ICB, dedicado à busca de alvos moleculares para o tratamento da insuficiência cardíaca. Em seu mais recente trabalho, publicado em janeiro na revista *Nature Communications*, o grupo descreve o desenvolvimento de uma molécula — batizada de Samba — que bloqueia a evolução da doença em ratos. “Pesquisa feita 100% na universidade e com recursos públicos”, ressalta Ferreira. Uma patente foi depositada e os resultados já atraem a atenção de empresas estrangeiras, interessadas em testar o potencial da molécula no tratamento da insuficiência cardíaca em seres humanos.

Tudo dando certo, Julio sonha percorrer com o Samba um caminho semelhante ao que outro pesquisador de sobrenome Ferreira — um ícone da ciência nacional — ajudou a desbravar mais de meio século atrás, num dos casos mais emblemáticos do potencial tecnológico da pesquisa acadêmica e da biodiversidade brasileira.

Na década de 1960, Sergio Henrique Ferreira, então um jovem pesquisador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, descobriu uma molécula no veneno da jararaca que reduzia a pressão arterial em roedores, chamada BPF (fator de potencialização da bradicinina, em inglês). A descoberta chamou a atenção da indústria farmacêutica internacional, que levou a pesquisa adiante e, anos mais tarde, transformou a BPF no captopril, um dos medicamentos antihipertensivos mais usados no mundo até hoje.

O caminho da bancada até o mercado, porém, é longo, tortuoso e cheio de incertezas. Só para chegar ao Samba foram dez anos de pesquisa; e para transformá-lo em medicamento será necessário pelo menos mais uma década de trabalho, envolvendo testes clínicos e laboratoriais, ressalta Julio Ferreira — isso tudo, sem qualquer garantia de sucesso, pois nem sempre o que funciona em animais funciona em seres humanos.

Essa lacuna temporal é um dos principais motivos pelos quais as pessoas não reconhecem o papel das universidades na descoberta de novas drogas e tratamentos, avalia o cientista. Quando o produto chega ao mercado, ele chega com a marca da indústria farmacêutica que o desenvolveu comercialmente, e não com o nome da

laboratório acadêmico onde seu princípio ativo foi originalmente identificado.

Pesquisas básicas com o veneno de jararaca realizadas por pesquisadores da USP na década de 1960 levaram ao desenvolvimento do captopril, um dos medicamentos antihipertensivos mais usados no mundo até hoje - Foto: Instituto Butantan

“A entrega do que a universidade gera não é imediata”, observa Ferreira. Mas ela chega. “Se você voltar no tempo e olhar a história daquele remédio que tem a marca da empresa, com certeza ele se originou em alguma pesquisa na universidade.”

“A universidade tem de fato um único produto, que é a pesquisa. Esse produto chega para a sociedade em embalagens diversas: pode ser na forma de recursos humanos, de trabalhos científicos, inovação, tecnologias, serviços. Mas tudo vem da mesma fábrica: a pesquisa”, afirma Marques, da Auspin.

Inovação

“Sem pesquisa as universidades públicas perderiam muito a sua razão de existir”, diz o biólogo Carlos Hotta, do Instituto de Química da USP. “Haveria um vácuo enorme de conhecimento e inovação na sociedade.”

A inovação é o processo pelo qual a ciência se transforma em tecnologia — ou seja, em algo prático que pode ser usado pela sociedade. Por exemplo, quando uma pesquisa sobre veneno de cobra dá origem a um novo medicamento; quando o estudo de vibrações geradas por vórtices permite projetar tubos mais resistentes para a exploração de petróleo em alto-mar; ou quando o conhecimento sobre bactérias fixadoras de nitrogênio no solo permite aumentar a produtividade agrícola de forma extraordinária.

Essa utilidade nem sempre é tangível ou efetivamente mensurável. No caso das ciências humanas, como História, Educação ou Sociologia, o produto final pode ser o próprio conhecimento, que nos ajuda a compreender melhor o mundo em que vivemos, desenvolver métodos de ensino mais eficientes ou formular políticas públicas mais inclusivas, capazes de combater estereótipos e reduzir desigualdades que enfraquecem a sociedade. Assim como o estudo de planetas e galáxias distantes não gera, necessariamente, nenhum resultado prático para a sociedade, mas nos ajuda a entender melhor o universo em que vivemos.

Imagem da Eta Carinae em 2000, feita pelo telescópio espacial Hubble (esq.) e previsão para 2036, quando o brilho das estrelas ofuscará a nebulosa próxima (dir.)- Foto: N.Smith e J.A. Morse/ cedida pelo pesquisador Augusto Damineli Neto/IAG

Essa transformação, também, nem sempre é óbvia, imediata ou até mesmo previsível. A técnica revolucionária de engenharia genética CRISPR, por exemplo, só foi descoberta recentemente graças a um estudo do sistema imunológico de bactérias, iniciado duas décadas atrás, que até então parecia não ter qualquer aplicação prática, além do conhecimento básico de como bactérias se defendem de infecções virais.

Outro bom exemplo foi a rápida resposta que a ciência brasileira deu à epidemia de

zika, o que só foi possível graças a muitos anos de pesquisa básica que já vinha sendo feita sobre esse vírus, muito antes de ele se tornar uma ameaça à saúde pública.

“Na universidade a gente consegue ter a liberdade de pesquisar coisas diversas, que podem não ter uma aplicação imediata”, diz a bióloga Patrícia Beltrão Braga, do ICB-USP. Foi graças a essa flexibilidade acadêmica, segundo ela, que o Estado de São Paulo tinha as diferentes expertises necessárias para lidar com o vírus da zika de forma rápida e eficiente, demonstrando cientificamente que ele, de fato, podia atravessar a placenta, atacar o sistema nervoso e causar microcefalia em fetos; entre outros resultados com implicações diretas para políticas emergenciais de saúde pública. “A hora que a gente precisou dar uma resposta rápida para a sociedade, isso aconteceu”, destaca Patrícia.

Alguns anos antes, as pesquisas com o zika poderiam facilmente ter sido criticadas como irrelevantes.

Hotta, por sua vez, estuda o ciclo circadiano, ou “relógio biológico”, de plantas. É pesquisa básica, pura e simples, mas que, dependendo dos resultados, pode apontar alvos importantes para o melhoramento genético de culturas agrícolas, como a cana-de-açúcar, em que o relógio biológico tem relação direta com a produtividade da planta. “Não é o nosso objetivo principal, mas temos que estar sempre atentos a isso. A pesquisa básica pode se tornar aplicada a qualquer momento.”

USP, Unesp e Unicamp estão empenhadas nesse momento em desenvolver métricas capazes de retratar e quantificar de forma mais objetiva esse retorno que elas oferecem para a sociedade, em função do investimento que é feito nelas. O projeto “Indicadores de desempenho nas universidades estaduais paulistas” é coordenado pelo ex-reitor e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, Jacques Marcovitch, com financiamento da Fapesp.

“O retorno para a sociedade existe”, garante Hotta. “A gente só não sabe mostrar isso direito.”

topo 

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

Desmente Bolsonaro - Mais de 95% da produção científica do país vem de Universidades públicas C

Quem minimamente acompanha a questão da produção científica no Brasil e do financiamento da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação sabe que, ao lado da meta tão longamente sonhada da aplicação de 2% do PIB no setor, um bom equilíbrio entre investimentos públicos e privados nessas atividades constitui o segundo grande objeto de desejo de boa parte dos estrategistas e gestores da área – além, é claro, da parcela da comunidade científica nacional bem atenta às políticas de CT&I.

Isso se apresentou desde a redemocratização do país, na segunda metade dos anos 1980. O espelho em que todos miravam era obviamente o das nações mais desenvolvidas. O pensamento que então se espraiava, muito distante de recentíssimas tentações obscurantistas, era o de que o desenvolvimento científico e tecnológico constituía condição sine qua para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico e para a implantação de uma sociedade mais justa.

Na época, o Brasil andava ali pela casa de pouco mais de 0,7% do PIB em

investimentos totais em ciência e tecnologia e a participação do setor privado, quer dizer, de empresas, ressalte-se, nesse bolo, mal ultrapassava a marca de 20%. De lá para cá, o país fez uma reviravolta nesses números, avançou muito, e pode-se mesmo dizer que cresceu espetacularmente, quando a métrica é o volume de artigos científicos indexados em bases de dados internacionais, um indicador mundialmente consagrado. Essa produção científica praticamente dobrou do começo para o fim da primeira década do século XXI. E continuou sua ascensão consistente (dados disponíveis até 2016).

A expansão notável, fruto de algumas políticas muito bem estruturadas que estão a merecer outros comentários no Ciência na rua, foi baseada na capacidade de produzir ciência das universidades públicas brasileiras, com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ou seja, duas grandes universidades estaduais paulistas, mais algumas grandes universidades federais, como a do Rio de Janeiro (UFRJ), a de Minas Gerais (UFMG) e a do Rio Grande do Sul (UFRGS), na liderança desse processo. Mais de 95% dessa produção científica do Brasil nas bases internacionais deve-se, assim, à capacidade de pesquisa de suas universidades públicas.

Dá o espanto que causou a seguinte afirmação do presidente da República durante entrevista à rádio Jovem Pan, na noite da segunda-feira, 8 de abril:

“(…) e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno”.

A resposta da Academia Brasileira de Ciências

A primeira e tranquila reação do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, físico, professor da UFRJ, pesquisador dos mais respeitados por seus brilhantes trabalhos em emaranhamento quântico, foi observar que “é importante fornecer ao Presidente da República a informação correta sobre as universidades brasileiras, coletadas por órgãos internacionais”

Relata em seguida que, “de acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”. As áreas de maior impacto, prossegue, “correspondem a agricultura, medicina e saúde, física e ciência espacial, psiquiatria, e odontologia, entre outras”.

Davidovich resalta que “todos os estados brasileiros estão representados” nessa produção, “o que mostra uma evolução em relação a períodos anteriores e o papel preponderante desempenhado pelas universidades públicas que estão presentes em todos os estados”.

Outro ponto fundamental de sua fala: “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste”.

Essas publicações, destaca o presidente da ABC, “estão associadas a pesquisas que

beneficiam a população brasileira e contribuem para a riqueza nacional. Graças a essas pesquisas, o petróleo do pré-sal representa atualmente mais de 50% do petróleo produzido no país, a agricultura brasileira sofisticou-se e aumentou sua produtividade, epidemias, como a do vírus da zika, são enfrentadas por grupos científicos de grande qualidade, novos fármacos são produzidos, alternativas energéticas são propostas, novos materiais são desenvolvidos e empresas brasileiras obtêm protagonismo internacional em diversas áreas de alto conteúdo tecnológico, como cosméticos, compressores e equipamentos elétricos”.

A realidade que os dados mostram

Coordenador do projeto Métricas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o professor Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP (1997-2001), enviou a pedido do Ciência na rua duas tabelas também muito reveladoras da produção científica das universidades brasileiras. A primeira (aqui), baseada no Leiden Ranking, “mostra que das 20 universidades que mais publicam no Brasil, não há nenhuma privada”, ele comentou.

A segunda (aqui), modificada do capítulo de autoria de Solange Santos na obra coletiva Repensar a Universidade (Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais, organizado por Jacques Marcovitch, 256 pp, São Paulo, ComArte, 2018, disponível para download em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/224>), mostra resultados de todas as universidades no Brasil em rankings internacionais e, ele observa, “aparecem apenas as PUCs em termos de privadas, e em posições relativamente baixas”.

Uma terceira tabela (veja o PDF), mais extensa e bastante atualizada, foi obtida pelo diretor científico da Fapesp, professor Carlos Henrique de Brito Cruz, a partir da base de dados Incites (<https://jcr.incites.thomsonreuters.com>). O que ele observa é que, “das 100 universidades brasileiras que mais publicaram artigos científicos no quinquênio 2014-2018, há 17 privadas. A melhor colocada é a PUC Paraná, em 37º lugar”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

PUC-Rio tem projeto para incluir idosos em seu programa de extensão universitária

A professora Vera Damazio diz que não se pode desperdiçar o capital intelectual e o potencial do empreendedorismo sênior

Criado em 2014, o programa de educação continuada PUC Mais de 50 vem ampliando sua área de atuação. O que era apenas um movimento de designers da universidade carioca para entender o que é envelhecer ganhou musculatura para voos maiores. À frente da iniciativa está a professora Vera Damazio, que costuma dizer que a sociedade “tem uma visão turva das pessoas com mais de 50 anos”. Apaixonada pelo tema e disposta a mudar isso, tem um projeto desafiador: integrar os idosos no programa de extensão universitária da PUC-Rio. Lembra que, por volta de 2030, haverá mais brasileiros com mais de 60 anos do que com menos de 14. Produtos e serviços não estão acompanhando essa revolução demográfica. “Estamos falando de um design social para construir uma nova sociedade”, completa.

Fernanda Pina, que também participa do projeto, acabou de defender sua tese de

doutorado no Programa de Pós-Graduação em Design, centrada exatamente nesse tema: “Design, extensão universitária e empreendedorismo sênior: propostas de novos caminhos para os maiores de 50 na universidade”. Ela explica: “trata-se de um grupo com grande repertório e capital intelectual e o conceito da extensão universitária é fazer uma ponte com a comunidade, com o mundo lá fora. Se é para atender o público externo, não se pode ignorar a mudança no perfil demográfico. O que se constata é que há inclusive um desperdício enorme da vocação para o empreendedorismo sênior”.

O primeiro passo foram as oficinas e palestras que reúnem pessoas acima dos 50 para debater e ampliar seus conhecimentos em diferentes campos, da espiritualidade à revitalização profissional. Para Vera, “o que as pessoas mais detestam é serem tratadas de uma forma infantilizada, elas querem que sua inteligência seja respeitada. Esta é uma nova geração de idosos que, mesmo que apresente alguma dependência, quer viver a longevidade com qualidade, mantendo sua autonomia”.

Em 2017, a PUC-Rio passou a oferecer bolsas para o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica Sênior (já em sua segunda fase) para os 50 mais: “foram 560 inscritos para seis vagas!”, comemora. Os aprovados foram incorporados em projetos nas áreas de design, química, psicologia, memória e meio ambiente. “Trabalhamos para levar esse movimento para toda a universidade, ele tem que se expandir e estar presente em todos os cursos, todos os departamentos”, afirma Vera.

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Nova direção

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da **Capex**, é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/13/intervencao-na-petrobras-quebra-confianca-do-mercado-e-poe-em-xeque-ascendencia-de-guedes/>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Secretário não assume

A disputa de forças voltou à pauta no Ministério da Educação. Indicado para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) pelo chefe da pasta, Abraham Weintraub, Silvio José Cecchi não tomou posse. Internamente, o que se diz é que Cecchi não teria aceitado trabalhar com uma equipe de militares. A teoria é reforçada por causa do ato publicado ontem, na seção 2 do Diário Oficial da União, e assinado pelo ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni, também responsável pela indicação de Weintraub.

A assessoria de imprensa do MEC afirma, por e-mail, não ter essa informação. Consta na publicação a exoneração de Marco Antônio Barroso Faria, último secretário da Seres, mas não a nomeação de Cecchi. O mesmo ocorreu na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), que perdeu o secretário, mas sem a nomeação de Ariosto Antunes Culau. Já Arnaldo Barbosa de Lima Junior assume a Secretaria de Educação Superior (Sesu) no lugar de Mauro Luiz Rabelo, também exonerado no ato.

Silvio José Cecchi é o único dos indicados de Weintraub que já tinha trabalhado no

MEC. A disputa interna com militares não é novidade na pasta e foi um dos problemas enfrentados pelo ex-ministro Vélez Rodríguez. Os militares persistem no ministério e, por vezes, são os que fazem a máquina funcionar quando a situação aperta, mas também não têm indicação técnica. Na quarta-feira, especialistas ouvidos pelo Correio mostraram preocupação com a equipe escolhida pelo novo ministro: cinco dos seis nomes anunciados vieram da área econômica. “Veio-me à mente que o antigo nome da pasta ‘Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública’, quando foi criada, em 1930. Seria mais adequado para esta equipe”, diz Catarina de Almeida Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Vice-líder é indicado

O presidente Jair Bolsonaro indicou o deputado federal Carlos Henrique Gaguim para ser um dos vice-líderes do governo na Câmara. Gaguim é do DEM de Tocantins. A indicação está formalizada no Diário Oficial da União (DOU). No fim de fevereiro, Bolsonaro já havia indicado outros sete deputados para a mesma função: Darcísio Perondi (MDB-RS), Capitão Augusto (PR-SP), Carlos Jordy (PSL-RJ), Coronel Armando (PSL-SC), José Medeiros (PODE-MT), Lucas Vergílio (Solidariedade-GO) e Major Fabiana (PSL-RJ).

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA

Problemas à frente

Caso não venha a perder tempo com discussões vazias e sem resultados práticos, num país onde a educação é ainda uma área carente do mais básico, o ministro tem pela frente um conjunto, nada desprezível, de questões que requerem atenção urgente, apenas para dar andamento normal ao trabalho do ministério paralisado e abalado por frequentes crises. Ultrapassado, recentemente, pela Colômbia no quesito qualidade educacional, avaliado pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil continua amargando os últimos lugares nesse ranking, mesmo gastando por aluno quase o mesmo que países desenvolvidos ou algo em torno de R\$ 3.824 per capita. Nesse sentido, nosso país não tem mais tempo a perder.

Levantamento feito por especialistas do Ministério da Educação mostra que, entre os desafios da pasta, talvez o mais importante e que exigirá grande esforço de articulação política seja o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Esse órgão é responsável direto pela injeção de recursos no setor, repassando cerca de R\$ 150 bilhões por ano a estados e municípios, mas deverá ser substituído em 2020 por um outro modelo de financiamento da educação pública que ainda não se sabe qual será.

No Congresso, o tema não tem sido debatido. São mais de 1,8 mil municípios mais carentes que necessitam desses repasses complementares para custear pagamento de pessoal, transportes escolares e outros gastos. Também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que indica os principais elementos de aprendizagem a serem desenvolvidos do ensino infantil ao fundamental, tanto pelas escolas públicas quanto privadas, estão parados e necessitam de bem mais orientações do governo federal para introduzi-los nos currículos escolares, formar professores e produzir materiais adequados.

O assunto, contudo, não conta com o apoio da maioria dos professores, mais preocupados com a realidade prática de cada localidade. Para muitos deles, a BNCC

interfere na realidade de cima para baixo e de fora para dentro, desprezando as características de cada região. Outro problema é quanto à reforma do ensino médio que prevê, para os alunos, aumento da carga horária e faculta a eles a possibilidade de escolher e optar por disciplinas que desejam estudar. Segundo os especialistas, o ensino médio tem sido uma etapa em que os projetos e ações do poder público têm obtido pouco ou nenhum resultado efetivo, além de representar o principal gargalo da nossa educação com alta evasão escolar e reprovação. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a quase totalidade dos estados da Federação não alcançou a meta prevista para 2017, sendo que, em algumas unidades, houve sensível piora no desempenho apresentado pelos alunos.

O ministro da Educação deverá considerar ainda que a formação dos professores está longe da realidade vivida por eles em sala de aula. Esse é, segundo os especialistas, um grande problema, uma vez que acaba se tornando um grande empecilho para se estabelecer uma educação de qualidade. Outra questão premente se refere à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Tanto o exame quanto a Prova Brasil, que avalia a aprendizagem dos estudantes da 5ª a 9ª série, estão com seus cronogramas atrasados por conta de problemas na gestão no ministério.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - CADERNO 2

Conspirações

Já na introdução a seu ensaio sobre como as teorias conspiratórias envenenaram a América, cientista político faz menção ao Brasil. Sim, estamos presentes na história do conspiracionismo

Como nos ensinou um epigramista francês do século 19, “plus ça change, plus c’est la même chose”. Quando não piora.

Fique à vontade para invocar o príncipe de Falconeri, o nobre epigramista de Lampedusa, para quem tudo precisava mudar para tudo continuar na mesma, ou a Lei de Murphy – que me parece tão indissociável do atual governo quanto a pluviosa e trovejante nuvenzinha da cabeça de Joe Btfsplik, aquele enfezado personagem das tiras de Ferdinando Buscapé.

Já que tudo que pode dar errado está dando errado mesmo, não foi surpresa o que ocorreu com a troca de ministros no MEC. A única diferença entre o defenestrado e o que assumiu, conforme bem notou Bernardo Mello Franco, é o sotaque. Falam a mesma linguagem, têm o mesmo discurso, as mesmas ideias fixas e, pior de tudo, fazem praticamente as mesmas ameaças, o entrante com mais ardor e ênfase que o retirante.

Se Vélez Rodríguez via influência comunista até no bê-á-bá aqui ensinado desde sempre (“bê, de bolchevique”, devia matutar o colombiano), seu substituto já a detectou, triunfante, em todas as instituições do país. Todas. No topo de bancos e financeiras, no topo das empresas jornalísticas, no topo das grandes corporações, acusou ele num vídeo viralizado e vilipendiado na internet.

Nem o senador Joe McCarthy atirou em tantas direções com sua metralhadora ideológica.

Abraham Weintraub compartilha das principais paranoias do núcleo pétreo do bolsonarismo distribuído pelos ministérios das Relações Exteriores, da Família e

Direitos Humanos, do Meio Ambiente, um bando de lunáticos que nem sequer em Freedonia, a ditadura zoneada pelos irmãos Marx em Diabo a Quatro, teriam vez, até porque não são engraçados, apenas aldrabões fanáticos movidos a delírios que acreditávamos sepultados com a Guerra Fria e a teorias conspiratórias, que continuam sendo o curinga retórico dos bolsonaristas.

Algumas dessas teorias – “a Terra é plana”, “o primeiro matemático foi Deus”, “o aquecimento global é uma invenção marxista”, “o comunismo tomou conta das escolas”, “urnas eletrônicas não são confiáveis”, “alguém do PT vai vazar o exame do Enem”, nove fora a “mamadeira de piroca” desvairada pela pastora Damares durante a campanha eleitoral – se não plagiam literalmente, readaptam ao Boçalnístão o repertório de mentiras e hipérboles sem fundamento real regurgitadas pela ultradireita internacional, com o objetivo de instaurar o medo e evangelizar a ignorância e a burrice, para mais facilmente impor um notório projeto de poder.

Já na introdução ao seu precioso ensaio sobre como as teorias conspiratórias envenenaram a América, *Conspiracies of Conspiracies*, lançado em março pela University of Chicago Press (432 páginas, US\$ 10 no kindle), o cientista político Thomas Milan Konda faz menção ao Brasil. Sim, estamos presentes na história do conspiracionismo.

Konda não se refere especificamente aos birutas doutrinados por aquele astrólogo da Virginia que me recuso a promover, mas à Eco-92, no Rio, que foi onde teve início a satanização da Agenda 21, o acordo internacional sobre questões climáticas, como um complô do “comunismo global”, uma das obsessões de nosso chanceler e incontáveis dementes americanos, majoritariamente encastelados em emissoras de rádio e TV. Numa reedição atualizada do livro, na certa ganharemos mais destaque.

O ensaio é de uma riqueza histórica ímpar. Creio que todas as vigarices alarmistas para enganar trouxa, em circulação na América desde o século 19, estão ali abordadas, com detalhes que vão do hilariante ao repugnante.

Os EUA tinham menos de 10 anos de existência quando líderes religiosos da Nova Inglaterra soaram o alarme contra supostos planos dos Illuminati para destruir a nascente república laica, embora de formação protestante. Foi naquela cruzada que os primeiros americanos experimentaram o pânico provocado pelo conspiracionismo.

Membros de uma sociedade secreta da época do Iluminismo, fundada na Baviera em 1776, mesmo ano da independência dos EUA, os Illuminati opunham-se à superstição, ao obscurantismo, à influência religiosa sobre a vida pública e aos abusos do poder do Estado. Os puritanos, sentindo-se ameaçados, lhe deram um tratamento inquisitorial.

Depois foi a vez de os maçons serem ameaçados com o fogo dos infernos.

Antes de inventar o Código que lhe daria fama e fortuna, Samuel Morse comandou uma campanha contra o imperador austríaco Francisco José 1.º, a quem acusava de orquestrar um conluio para enfraquecer a América, apinhando-a de católicos.

Com o passar do tempo, novos demônios foram se sucedendo no índice dos fundamentalistas, insanos e espertalhões: os banqueiros britânicos, os judeus, os

anarquistas, os socialistas, os evolucionistas, os sionistas, os progressistas, Franklin Roosevelt (acusado de planejar o ataque a Pearl Harbor), John Kennedy (assassinado), Obama (cuja nacionalidade americana até hoje é posta em dúvida), os códigos de barra (considerados uma conspiração satânica quando introduzidos em 1974), os rastros de condensação deixados no céu pelos aviões a jato (“nuvens secretamente contaminadas de doenças”), as vacinas de modo em geral (uma cabala farmacológica), a destruição das torres gêmeas (executada por forças ocultas, não por terroristas da Al-Qaeda) – o elenco é vastíssimo e aumentou exponencialmente nas últimas décadas, com a adesão de mais radialistas e teledoidos apocalípticos potencializados pela internet.

O conspiracionismo já ajudou a derrubar vários presidentes e a eleger Trump e Bolsonaro. Não foram os únicos. Se tivermos sorte, podem ser os últimos. Por algum tempo.

topo ↕

ISTOÉ - SP - EDITORIAL

O fosso que nos separa da boa educação

São abissais as diferenças entre o que se pode chamar de gestão técnica e ideológica no campo nevrálgico da Educação. E ainda mais deletérios são os efeitos que esse ensino doutrinário, dirigido e obscurantista pode causar sobre a formação de nossos jovens. A experiência negativa está posta. Em menos de 100 dias de gestão, o MEC foi tomado pelo caos, com o risco de alienação completa dos corpos docente e discente das instituições públicas em especial. O Brasil assistiu ao descalabro do agora ex-ministro Ricardo Vélez Rodriguez com o seu despreparo administrativo e quase nenhum conhecimento de causa para tocar uma área tão complexa. O que lhe faltava em tarimba e bom senso sobrava em trapalhadas e aberrações verbais — para não dizer ignorância, no sentido mais literal da palavra. O colombiano de nascimento Vélez, que mal e parcamente fala o português e que tachou os brasileiros de “canibais” por roubarem hotéis e aviões (na sua concepção), é o mesmo que desejava mudar o entendimento do golpe militar nas apostilas escolares e que chegou a exigir a filmagem de alunos perfilados entoando, no primeiro dia de ano letivo, o lema de campanha do chefe Bolsonaro — “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” —, em uma clara e ilegal invasão de privacidade dos jovens para fins abjetos de propaganda política. Ainda bem que foi desautorizado ao menos nessa patacoada. O sainte notabilizou-se por demissões em série (14 auxiliares diretos banidos em 27 dias), desorganização das repartições de aprendizado e paralisia do esquema de distribuição de material didático, repasse de verbas e estruturação de equipes. Desgovernou tudo e levou o MEC ao quase colapso em tempo recorde. Restaram disputas intestinas de grupos rivais: os “olavistas”, de assessores despreparados vinculados ao guru oficial Olavo de Carvalho, radicado na Virgínia (EUA), contra os militares. Ideias fundamentalistas converteram-se em padrão de referência em ambas às direções. As duas correntes estão motivadas a aparelhar o sistema de maneira lamentável. Intrigas, discussões e brigas desses guerreiros culturais, que formam alas da modelação ideológica bolsonarista, podem desembocar numa perigosa partidarização ética do ensino. Será um retrocesso sem precedentes. Não é possível que prevaleça no setor o intento dessas falanges de arrivistas. Precisamos passar uma borracha nos erros de orientação pedagógica. O que se observou nos últimos tempos com a pavorosa temporada do demitido Vélez encontra, no extremo oposto, uma experiência extraordinariamente bem-sucedida (e que deveria servir de modelo) no trabalho daquela que é talvez a mais aguerrida defensora da educação de qualidade no Brasil, Viviane Senna, à frente do Instituto Ayrton Senna – uma ONG que desde o nascedouro vem apresentando resultados promissores no resgate de jovens em todos os

níveis do ensino. Há de se perguntar por que as autoridades competentes não se miram, e até copiam, o exemplo louvável do Instituto? Justamente no dia que Véléz ficou sabendo que levaria o bilhete azul, na sexta-feira 5, ele e Viviane — por uma dessas coincidências da vida — estiveram juntos em um seminário voltado para empresários no qual foi possível notar, pelas falas subseqüentes de ambos, a distância de patrimônio intelectual e bagagem de ensino que carregavam. Viviane, em sua apresentação àquela plateia de empreendedores, deu um diagnóstico preciso. Mostrou que o Brasil tem 50 milhões de alunos no sistema — uma Espanha de crianças só na escola. Nesse universo, apenas cinco em cada dez concluem o ensino médio, levando o País a perder metade do seu potencial de formação pelo caminho do ciclo básico. Dos que chegam lá, e concluem essa fase, apenas três sabem se expressar na língua portuguesa e apenas um domina a matemática como deveriam. Em outras palavras: para 90% dos jovens brasileiros o modelo preconizado pelo MEC não funciona. E não é por falta de recursos. Ao contrário. O País gasta hoje R\$ 1 bilhão a cada dia na área, incluindo sábados e domingos, ou algo próximo a 6% do PIB nacional. Em Educação investimos muito (mais do dobro da Saúde) e entregamos pouco. Há tempo é assim. O custo econômico e de produtividade — uma vez que esses futuros profissionais saem despreparados da banca escolar para o trabalho — é imensurável. Como alerta Viviane, não se consegue transformar investimento em produtividade: há 30 anos o nível de produtividade brasileira segue mais ou menos nos mesmos patamares, muito embora a linha do tempo dos jovens na escola tenha sido significativamente ampliada. É necessária uma mudança gigante e Viviane tinha encaminhado ao presidente Bolsonaro, desde a sua posse, uma trilha com quatro sugestões baseadas em dados científicos para se alcançar esse objetivo. Quais sejam: maior concentração de esforços na alfabetização, investimento no professor (responsável por 70% do aprendizado), gestão eficaz e políticas públicas voltadas para o aprimoramento técnico. É bom nesse aspecto distinguir os modismos de ensino ou conveniências partidárias do que realmente se entende como qualificação da base didática. As mudanças movidas a convicções ideológicas tendem a naufragar. Para efeito comparativo à exposição de Viviane, é curioso observar o que Véléz tem a dizer a respeito. Dirigindo-se a mesma plateia, para o estupor da maioria, ele tirou do bolso e leu um discurso pré-elaborado, repleto de platitudes sobre a missão da sociedade, e concluiu com promessas burocráticas de abertura de uma secretaria especial de alfabetização para tratar das carências — leia-se, novo cabide de empregos. Não entendeu mesmo nada. Estava ali, de maneira cristalina, a distância que nos separa de um bom gestor para o MEC. Véléz caiu, mas o novo titular da pasta, Abraham Weintraub, não parece ter um tino muito diferente do dele. Compartilha da matriz de pensamento do antecessor, embora se mostre menos caricato. Economista por formação, com experiência na área financeira, egresso da equipe do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, não é definitivamente do ramo. Weintraub chegou a declarar tempos atrás que os “comunistas” estão no topo das organizações financeiras, no comando da mídia e das grandes empresas. Por essa reflexão enviesada ele inventou uma jabuticaba: banqueiros e empreendedores adeptos do marxismo cultural. Uma contradição em si. O apostolado teórico que impõe princípios radicais, conservadores e repletos de preconceitos, avança como um mal que pode corroer os sustentáculos da educação moderna. Não é evangelizando hordas de estudantes que se trilha um caminho virtuoso nesse campo. A catequização pretendida por Bolsonaro, que chegou a declarar na semana passada que os jovens não podem ficar aprendendo política no colégio, vai contra os princípios basilares da democracia. Como irão votar direito essas futuras gerações caso pautem seu aprendizado única e exclusivamente pela cartilha de crenças

peçoais do mandatário, em muitos aspectos distantes da realidade? Educar não é doutrinar.

topo ↗

ISTOÉ - SP - COMPORTAMENTO

Para onde vai a educação?

Chegada do novo ministro Abraham Weintraub precisa envolver um choque de gestão. O problema é que a insistência em combater o “marxismo cultural” pode deixar as questões essenciais do MEC novamente em segundo plano

Depois de cem dias perdidos sob o comando do teólogo Ricardo Vélez Rodrigues, o Ministério da Educação (MEC) ganhou na terça-feira 9 um novo fôlego. Os sinais, no entanto, ainda são nebulosos. O novo ministro, o economista Abraham Weintraub, promete acabar com a letargia na pasta. Em tese, ele chega para fazer o serviço que Vélez não conseguiu realizar e colocar a máquina para funcionar. Seria, de fato, um avanço. O caminho que o ministro recém-empossado parece adotar, porém, produz uma sensação de filme repetido. Mais uma vez, as prioridades envolvem o aparelhamento do MEC para combater a cantilena do marxismo cultural, uma teoria conspiratória segundo a qual a esquerda dissemina suas ideias de modo indireto para enfraquecer as instituições conservadoras. No fundo, o que ainda está em jogo é a promoção de um ideário de direita com mudanças no conteúdo do material escolar e o aumento do controle sobre os professores. A se manter essa toada, a educação no Brasil permanecerá numa trilha perigosa em que o confronto ideológico para eliminar o pensamento de esquerda nas escolas tende a prevalecer sobre as necessidades reais de desenvolvimento educacional.

Jovens apolíticos?

Por exemplo, ao mesmo tempo em que quer que Weintraub entregue resultados e cuide da gestão do MEC, que hoje convive com atrasos no cronograma, o presidente Jair Bolsonaro determina que ele centre fogo na despolitização das escolas. Na posse do ministro, o mandatário deu o tom. Declarou, para o espanto de muitos, que não quer que as novas gerações se interessem por política. “Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-la ao espaço no futuro”, disse. Weintraub foi na mesma linha: “Uma pessoa que sabe ler e escrever não vota no PT”. Ou seja, se ainda pairam dúvidas sobre a capacidade administrativa do novo titular da pasta, sobram certezas de que o viés doutrinário dificilmente será abandonado.

Na visão do governo, a educação está tomada por esquerdistas que querem catequizar crianças e jovens. E esse seria o principal fator a minar a melhoria do ensino no Brasil. O grande propagador dessa teoria é o filósofo Olavo de Carvalho, cuja influência sobre o MEC deve continuar. Assim como Vélez, Weintraub, professor de direito na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), também é seguidor do filósofo. “O ministro não me deve nada e não tem nenhum compromisso comigo. Ele apenas conhece as minhas ideias melhor do que as conhecia o seu antecessor”, afirmou Olavo.

Um sinal de que o caos administrativo combinado com a forte carga ideológica persistirá é que, no dia seguinte à posse, Weintraub substituiu os titulares de seis das sete secretarias do Ministério. O que todos os indicados têm em comum é a falta de experiência na área de educação. O secretário executivo será o economista Antonio Vogel de Medeiros, que substituiu o tenente brigadeiro Ricardo Vieira. A entrega do cargo para um civil indica que o filósofo segue levando vantagem sobre os militares,

que também disputam espaço no MEC. Para enfrentar o “marxismo cultural”, o ministro pretende no curto prazo controlar tudo que sair do Ministério, começando pelos livros didáticos. “Quero saber quando a sociedade brasileira vai receber um calendário com prazos, metas e prioridades para a educação”, disse a deputada Tabata Amaral (PDT-SP). Para especialistas, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) deveria ser a prioridade número 1 do MEC pelo fato de bancar salários de professores, infra-estrutura, transporte, material didático e tudo que importa na educação. Ocorre que o Fundeb vence em 2020 e o governo até agora não se moveu para renová-lo.

“O ministro não me deve nada e não tem nenhum compromisso comigo. Ele apenas conhece minhas ideias melhor do que o seu antecessor” Olavo de Carvalho, filósofo

O Brasil amarga índices sofríveis de educação. Há 2,7 milhões de jovens fora da escola e problemas graves de aprendizado. O País gasta hoje o equivalente a 6% do PIB com educação. O percentual supera a média dos países da OCDE, de 5,5%. Mas o gasto por aluno, de US\$ 3,8 mil por ano, está muito abaixo dos países desenvolvidos, que é de US\$ 10,5 mil. Na pré-escola todas as crianças de quatro e cinco anos deveriam estar matriculadas. Porém, 500 mil, 9,5% do total, não têm vaga – um índice assustador. Ou seja, Weintraub terá muitos problemas para resolver, além do marxismo cultural. Conseguirá?

topo ↕

CORREIO DE SERGIPE - SE - PAINEL POLÍTICO

Nova direção

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da **Capex**, é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM.

topo ↕

DIÁRIO DO PARÁ - PA - PAINEL POLÍTICO

Nova direção

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da **Capex**, é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - PAINEL

Nova direção

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da **Capex**, é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM.

topo ↕

O ESTADO - MS - PAINEL

Nova direção

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da **Capex**, é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM.

topo ↕

ACONTECEU NA BAHIA - TEMPO REAL **INSCRIÇÕES PARA EDIÇÃO 2019 DO PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL** **COMEÇAM DIA 15**

Professores premiados na edição de 2018

O Ministério da Educação abre no próximo dia 15 as inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB). Os docentes em todo o país terão até o dia 31 de maio para inscrever.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional.

O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do MEC que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

RESULTADO FINAL

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

ETAPAS

O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 selecionados. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria.

Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Poderes da oração : Bolsonaro acena a lideranças evangélicas, depois das rusgas
Bolsonaro participou de evento com pastores no Rio, em meio a cobranças para
que coloque em prática a agenda conservadora defendida durante a campanha.
Setor também esperava ocupar mais espaço no governo**

RIO —Em um gesto de reaproximação com lideranças evangélicas, o presidente Jair Bolsonaro participou na quinta-feira de um evento com pastores no Rio de Janeiro. A participação de Bolsonaro acontece em meio a cobranças veladas de líderes religiosos para que o presidente coloque em prática a agenda conservadora defendida durante a campanha e que ficou em segundo plano devido a reforma da Previdência. Os evangélicos também esperavam ocupar mais espaço na administração federal.

Parlamentares da bancada evangélica se ressentem de falta de interlocução com o presidente e de dificuldades de serem recebidos até por ministros.

Embora o último levantamento do Datafolha mostre que 42% dos evangélicos considerem o governo ótimo ou bom — contra 27% dos católicos — nos cem primeiros dias o governo já teria sentido a cobrança da fatura dos evangélicos. O segmento embarcou, em sua maioria, na campanha de Bolsonaro.

Ontem, em seu discurso aos pastores, Bolsonaro agradeceu ao apoio que recebeu dos evangélicos durante a eleição. Em sua fala antes do presidente, o pastor Silas Malafaia disse que os evangélicos não votaram em Bolsonaro por conta apenas de sua “agenda moral”, mas por questões como segurança, corrupção e desemprego. Malafaia defendeu ainda a reforma da Previdência.

O encontro também contou com a participação do governador do Rio, Wilson Witzel (PSC); o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli; o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o ex-senador Magno Malta (PR-ES).

Malta foi fiel escudeiro de Bolsonaro na campanha, mas foi preterido para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que acabou ficando com Damares Alves. Bolsonaro fez uma deferência ao ex-senador.

— Está presente aqui um amigo que não via desde as eleições, quase chorei, confesso. Espero encontrar brevemente com ele e que nunca mais nos afastemos, meu prezado Magno Malta — afirmou o presidente, que saiu sem dar entrevistas.

Logo após ser eleito, Bolsonaro pediu à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) a indicação de três nomes. Uma das pastas cobiçadas era o Ministério da Cidadania, que cuida da área social, incluindo o Bolsa Família. No entanto, nenhum nome foi contemplado.

— Depois que tivemos o dissabor de indicar três nomes e ele não escolher nenhum ficamos ressabiados. Ele tem que conversar um pouco mais. Não custa ele agradecer a frente — afirma uma liderança, que pediu para não ser identificada.

Fator Olavo de Carvalho

A influência do ideólogo de direita Olavo de Carvalho também é outro ponto que incomoda. Defensores de pautas como ideologia de gênero e “Escola Sem Partido”, os

evangélicos têm grande interesse pelo Ministério da Educação (MEC). No entanto, ideólogo é quem tem emplacado diversas nomeações, mesmo após o ministro Vélaz Rodrigues, um “olavete”, ter caído. O novo titular da pasta Abraham Weintraub também é considerado um simpatizante das ideias de Olavo.

Para o deputado Sóstenes Cavalcanti (DEM-RJ), a nomeação mais adequada seria do atual presidente da **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, que foi reitor e professor do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica.

— O novo ministro é muito preparado e inteligente. Mas acredito que seria mais adequado o currículo de alguém que já teve a experiência de ser reitor de universidade — disse Sóstenes, que negou interesse no chamado “toma lá da cá”.

Malafaia é um dos que se opõe à influência de Olavo no governo Bolsonaro:

— Somos contra esculhambar as pessoas. Nós nos posicionamos em caso de discordância, mas somos contra xingamentos, principalmente chefes de poderes. O país precisa avançar e aprovar a reforma da previdência — afirmou Malafaia ao GLOBO. Ele já chegou a trocar farpas com o ideólogo pelas redes sociais.

Um fator de desgaste na relação com os evangélicos foi o recuo de Bolsonaro na promessa de transferir a embaixada brasileira para Jerusalém. Na viagem a Israel, o presidente anunciou apenas a instalação de um escritório de negócios naquela cidade.

Outro episódio que causou mal estar foi a viagem do presidente aos Estados Unidos. Bolsonaro se encontrou com lideranças daquele país, sem convidar membros da Frente Parlamentar Evangélica. Muitos deputados se sentiram desprestigiados.

Para o líder da frente, deputado Silas Câmara (PRB-AM), ainda não está claro o critério utilizado pelo governo para o relacionamento com os parlamentares.

topo 

BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG

Desmente Bolsonaro: Mais de 95% da produção científica do país vem de Universidades públicas

Daí o espanto da afirmação de Jair Bolsonaro de que "não tem" pesquisa nas universidades e "dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada"

Quem minimamente acompanha a questão da produção científica no Brasil e do financiamento da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação sabe que, ao lado da meta tão longamente sonhada da aplicação de 2% do PIB no setor, um bom equilíbrio entre investimentos públicos e privados nessas atividades constitui o segundo grande objeto de desejo de boa parte dos estrategistas e gestores da área – além, é claro, da parcela da comunidade científica nacional bem atendida às políticas de CT&I.

Isso se apresentou desde a redemocratização do país, na segunda metade dos anos 1980. O espelho em que todos miravam era obviamente o das nações mais desenvolvidas. O pensamento que então se espalhava, muito distante de recentíssimas tentações obscurantistas, era o de que o desenvolvimento científico e tecnológico constituía condição sine qua para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico e para a implantação de uma sociedade mais justa.

Na época, o Brasil andava ali pela casa de pouco mais de 0,7% do PIB em investimentos totais em ciência e tecnologia e a participação do setor privado, quer dizer, de empresas, ressalte-se, nesse bolo, mal ultrapassava a marca de 20%. De lá para cá, o país fez uma reviravolta nesses números, avançou muito, e pode-se mesmo dizer que cresceu espetacularmente, quando a métrica é o volume de artigos científicos indexados em bases de dados internacionais, um indicador mundialmente consagrado. Essa produção científica praticamente dobrou do começo para o fim da primeira década do século XXI. E continuou sua ascensão consistente (dados disponíveis até 2016).

A expansão notável, fruto de algumas políticas muito bem estruturadas que estão a merecer outros comentários no Ciência na rua, foi baseada na capacidade de produzir ciência das universidades públicas brasileiras, com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ou seja, duas grandes universidades estaduais paulistas, mais algumas grandes universidades federais, como a do Rio de Janeiro (UFRJ), a de Minas Gerais (UFMG) e a do Rio Grande do Sul (UFRGS), na liderança desse processo. Mais de 95% dessa produção científica do Brasil nas bases internacionais deve-se, assim, à capacidade de pesquisa de suas universidades públicas.

Daí o espanto que causou a seguinte afirmação do presidente da República durante entrevista à rádio Jovem Pan, na noite da segunda-feira, 8 de abril:

“(…) e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno”.

A resposta da Academia Brasileira de Ciências

A primeira e tranquila reação do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, físico, professor da UFRJ, pesquisador dos mais respeitados por seus brilhantes trabalhos em emaranhamento quântico, foi observar que “é importante fornecer ao Presidente da República a informação correta sobre as universidades brasileiras, coletadas por órgãos internacionais”

Relata em seguida que, “de acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”. As áreas de maior impacto, prossegue, “correspondem a agricultura, medicina e saúde, física e ciência espacial, psiquiatria, e odontologia, entre outras”.

Davidovich resalta que “todos os estados brasileiros estão representados” nessa produção, “o que mostra uma evolução em relação a períodos anteriores e o papel preponderante desempenhado pelas universidades públicas que estão presentes em todos os estados”.

Outro ponto fundamental de sua fala: “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste”.

Essas publicações, destaca o presidente da ABC, “estão associadas a pesquisas que

beneficiam a população brasileira e contribuem para a riqueza nacional. Graças a essas pesquisas, o petróleo do pré-sal representa atualmente mais de 50% do petróleo produzido no país, a agricultura brasileira sofisticou-se e aumentou sua produtividade, epidemias, como a do vírus da zika, são enfrentadas por grupos científicos de grande qualidade, novos fármacos são produzidos, alternativas energéticas são propostas, novos materiais são desenvolvidos e empresas brasileiras obtêm protagonismo internacional em diversas áreas de alto conteúdo tecnológico, como cosméticos, compressores e equipamentos elétricos”.

A realidade que os dados mostram

Coordenador do projeto Métricas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o professor Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP (1997-2001), enviou a pedido do Ciência na rua duas tabelas também muito reveladoras da produção científica das universidades brasileiras. A primeira (aqui), baseada no Leiden Ranking, “mostra que das 20 universidades que mais publicam no Brasil, não há nenhuma privada”, ele comentou.

A segunda (aqui), modificada do capítulo de autoria de Solange Santos na obra coletiva Repensar a Universidade (Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais, organizado por Jacques Marcovitch, 256 pp, São Paulo, ComArte, 2018, disponível para download em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/224>), mostra resultados de todas as universidades no Brasil em rankings internacionais e, ele observa, “aparecem apenas as PUCs em termos de privadas, e em posições relativamente baixas”.

Uma terceira tabela (veja o PDF), mais extensa e bastante atualizada, foi obtida pelo diretor científico da Fapesp, professor Carlos Henrique de Brito Cruz, a partir da base de dados Incites (<https://jcr.incites.thomsonreuters.com>). O que ele observa é que, “das 100 universidades brasileiras que mais publicaram artigos científicos no quinquênio 2014-2018, há 17 privadas. A melhor colocada é a PUC Paraná, em 37º lugar”.

topo ↕

BOCÃO NEWS - TEMPO REAL

Sob nova direção, MEC sonda nomes para presidências do Inep e do FNDE

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da **Capes**, é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM. De acordo com a coluna Painel, da Folha, as sondagens ocorrem já sob a batuta de Abraham Weintraub, recém-nomeado ministro da Educação.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Um governo a serviço da desconstrução nacional

Joaquim Nabuco lembrava que o câncer de nossa formação não era a escravidão, como fenômeno em si, mas seu legado. O mesmo se aplica à ditadura militar: a tragédia é sua obra, viva e daninha, que se manifesta na emergência de uma nova ordem autoritária, uma vez mais hegemônica pela corporação militar. O bolsonarismo, uma patologia, é, a um só tempo, um fruto dos 21 anos da ditadura e a expressão mais visível da sobrevivência dos piores valores do projeto militar. Denunciar esse legado é a tarefa requerida pelos 55 anos do golpe.

Na residência oficial do embaixador brasileiro em Washington, em jantar a representantes da extrema-direita dos EUA, onde tem sua alma, o capitão declarou haver chegado ao poder "não para construir", mas para "desconstruir muita coisa. Sua palavra está sendo cumprida com dedicação e competência exemplares. A economia soçobra e a dignidade nacional foi ao chão.

A indústria de transformação, em queda continuada, conhece seu pior momento nos dois primeiros meses do novo regime: a atividade caiu 0,2% em relação ao ano passado e 54% de todos os setores tiveram queda, acentuando o recuo da participação industrial no PIB, que não passa de ínfimos 11,3% (no final dos anos 80, representava 30%). Já é a menor desde 1947. Estamos em 40º lugar num ranking de 42 países. O total de desempregados – considerados apenas os que deixaram de procurar emprego, isto é, excluídos os trabalhadores informais, o lumpesinato e os miseráveis que perambulam pelas ruas – permanece na assustadora cifra dos 14 milhões e, como vimos, não há sinais de recuperação da economia, donde se torna fácil concluir que esse montante só irá crescer. O que há no horizonte, com a "reforma" antissocial da Previdência, é a perspectiva de restrições ao seguro desemprego. Enquanto isso, o governo insiste em desestabilizar o Mercosul, o principal importador de nossos produtos manufaturados.

Evidentemente, ha método nessa loucura.

As fiesps da vida, dirigidas por figuras menores como os Skaf e quejandos, nada têm a dizer, pois o mercado só se interessa pela "reforma" da Previdência – penalizando os desempregados e os velhos e poupando os grandes salários – apresentada como panaceia para nos salvar da tragédia econômica. Essa, todavia, prosseguirá, pois se alimenta da brutal sonegação de impostos que tem na avenida Paulista o seu altar.

A desconstrução prossegue.

O capitão hostiliza os países árabes e, sem consulta à nação, simplesmente supondo que afaga Donald Trump ou atendendo às pressões dos setores mais atrasados do neopentecostalismo associado às alas radicais do sionismo, senão por ambas as razões, anuncia a transferência da embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém, onde instala um escritório de negócios, ao tempo em que determina à nossa delegação na ONU, contrariando décadas de comportamento exemplar, seguir os EUA nas votações de interesse de Israel. Não satisfeito, arrisca perigosas provocações ao Hamas. O que pretende? Nossa carne e frango têm no mercado árabe seu maior comprador. Empresas brasileiras exportadoras de aves já ensaiam instalar-se em países do Oriente Médio.

Por motivos que não se deu ao cuidado de explicar, o governo se mete no duelo comercial entre EUA e China, como linha auxiliar da política norte-americana. A China, porém, sabemos todos, ignora o capitão porque lhe convém, comprou 86% do total de soja que o Brasil exportou no ano passado, 50% de todas as vendas da Vale, e é um dos maiores importadores da soja brasileira. Tudo, ao final, termina por beneficiar os EUA, nosso competidor nessas e em várias outras commodities.

O crescimento do PIB, em 2019, segundo previsões do mercado, será inferior a 2%, e o Banco Mundial vê o aumento da pobreza no Brasil "após uma década de ouro de 2003 a 2013", mas o governo não vê suas consequências na coesão nacional, enquanto estimula o dissenso, provoca os adversários, incita a violência e dissemina o medo.

A desconstrução vai em frente.

O projeto do novo regime não consiste, tão-só, em destruir o presente; trata-se, já agora, de evitar o futuro, esmagando as atividades que asseguram, ou assegurariam, nosso progresso, nossa autonomia, nossa independência. Trata-se de destruir a educação e as expectativas de desenvolvimento em ciência e tecnologia.

O colegiado corporação-mercado, capitão-general, congelou nada menos de 42% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Dos cerca de R\$ 5,079 bilhões previstos no Orçamento para 2019, foram bloqueados R\$ 2,132 bilhões. As reservas para pagamento dos bolsistas do CNPq não chegarão a julho.

O Ministério da Educação (MEC), foi abatido com um congelamento de 24,7% das despesas discricionárias. Dos R\$ 23,633 bilhões previstos no orçamento para 2019, nada menos de R\$ 5,839 bilhões foram contingenciados, restando para empenho, ao sabor os czares do Ministério da Economia, menos de R\$ 18 bilhões.

Acresce-se a ocupação, por militares, dos cargos técnicos das autarquias das áreas de ciência e tecnologia e educação, dela afastando os quadros da academia. Assim, o CNPq e a CAPES são campos do ITA e a FINEP está sendo ocupada por coronéis do IME.

Trocando em miúdos: estamos diante do desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia.

O sucessor do colombiano – macaco em cristaleira – já disse a que veio. Para ele as universidades do Nordeste (detesta a escola pública) não deveriam oferecer cursos de filosofia, sociologia e coisas assim, comunizantes, mas se dedicar ao ensino de agronomia, em convênio com Israel.

Mas o desastre é mais amplo ainda.

O capitão age como detergente em nossa dignidade.

Diz-se que copia Trump, seu ícone. Mas há diferenças. O presidente dos EUA é, com todos os seus rompantes e seu risível topete, como em sua bem organizada paranoia, um nacionalista de fato, adepto do protecionismo em termos de mercado internacional, e, de uma forma ou de outra, está preservando a economia de seu país e gerando emprego. Nada a ver com o que ocorre no lado de baixo do Equador.

O capitão, versão contemporânea da mais abjeta vira-latices, não cessa de tomar decisões que ora prejudicam nossos produtos, ora são obras de pura lesa-pátria, como a destruição da Petrobras, o programa de privatização selvagem e ao sabor da bacia das almas, e a entrega da base de lançamentos de foguetes de Alcântara, de decisiva e insuperável importância estratégica para nossa segurança e nossos interesses comerciais. Entregou-a aos EUA para quê? Por quê? A que preço? Não se sabe. Sabe-se, porém, que esta vilania foi a pá de cal no programa espacial brasileiro, de mais de 50 anos. Sabe-se mais, que a política externa que desacata nossa história e relega a plano secundário nossos interesses, e a entrega de nossa economia, assim a olhos vistos, se fazem acobertadas pelo silêncio comprometedor das forças armadas brasileiras que, no

passado, teceram uma louvável saga de defesa dos interesses nacionais, de que um só exemplo foi a consolidação do monopólio estatal do petróleo, obra histórica – fundamental para o desenvolvimento e segurança do país – que teve no general Horta Barbosa seu mais destacado condutor, e no Clube Militar, nele com destaque a atuação do também general Estilac Leal, um centro de debates.

As forças armadas de hoje, à mingua de lideranças à altura do desafio histórico que se coloca para os destinos do país, são corresponsáveis por uma política econômica que em nome de um mercado licencioso restringe os direitos sociais e consagra o Estado repressivo, nega a história e professa o anacronismo social, moral, jurídico, religioso. Ao fim e ao cabo, nossas forças armadas são o sujeito e o sustentáculo de uma política externa que prima pelo entreguismo, palavirão que volta à tona com o governo que sua aliança com o mercado levou ao Planalto.

Perorando sobre o óbvio, o general vice-presidente, em nova e doce vilegiatura, desta feita em palestra em Washington (sempre lá), reconheceu, para estudantes brasileiros, que, se o governo fracassar, a "conta" irá para as forças armadas.

O governo já fracassou e as forças armadas responderão pelo seu fracasso. E a História não esperará por muito tempo.

Para onde caminhamos? Doze soldados do Exército disparam 80 tiros de fuzil contra um carro onde se encontravam o músico Evaldo Rosa dos Santos, seu sogro, sua mulher, uma amiga, e uma criança. Mataram o motorista, feriram o carona e, gravemente, um popular que tentou socorrer as vítimas. O governador do Rio de Janeiro autoriza às tropas da PM o fuzilamento de suspeitos, e o capitão-presidente defende a posse e o uso indiscriminados de armas de fogo.

E a pergunta que não pode calar: afinal, quem mandou matar Marielle?

topo ↕

BROADCAST - TEMPO REAL

Diretor de Itaipu abre canal de diálogo com a Unila

O diretor-geral brasileiro da Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, teve em seu gabinete o primeiro contato com o reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Gustavo Vieira, na tarde desta sexta-feira (12). Com essa reunião, Silva e Luna reforça o canal de diálogo e interlocução com autoridades e entidades representativas da região.

Parte da estrutura da universidade está instalada no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), assim como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e alguns dos cursos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Uma das principais tratativas discutidas pelo diretor-geral brasileiro com o reitor da Unila foi a busca de uma solução para a obra inacabada próxima à entrada da usina, área de segurança nacional, e a conclusão do desvio de acesso às instalações da universidade dentro do Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

A Unila, criada no governo Lula, foi concebida para ter sua sede própria dentro da área da usina, mas a obra, um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, não foi finalizada. A Itaipu, na ocasião, havia oferecido uma sede provisória, no PTI, e ainda um terreno

dentro da usina. Na época, o Ministério de Educação acatou a sugestão.

Sem Itaipu, que pagou também o projeto de Niemeyer, Foz ficaria sem a universidade, que, pelos planos originais, deveria ter dez mil alunos (hoje, tem quase a metade disso, pouco mais de quatro mil).

Durante as obras da sede da Unila, ocorreram conflitos jurídicos entre o consórcio construtor e a direção da instituição. O projeto parou e a obra, então, apenas recebeu intervenções para conter o deterioramento.

"A ideia é construir uma solução e sugerir ao MEC um caminho", prontificou-se o diretor-geral brasileiro. Para o reitor da Unila, o que importa é encontrar uma saída. Segundo ele, não cabe proselitismo político num ambiente acadêmico, reforçando que a Unila tem viés muito mais pragmático do que o ideológico, que marcou a sua criação.

Para o general Silva e Luna, não há dúvidas de que dos bancos da Unila, especialmente dos cursos que têm aderência à missão da usina, e das outras instituições, poderão sair muitos profissionais talentosos e preparados. Além de engenharias, dentro da grade da Unila estão diversos cursos - entre eles, o de Medicina.

Mantida por recursos federais, a Unila oferece ensino superior público e gratuito em Foz do Iguaçu, Paraná. Criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, a universidade ofereceu, em 2019, além de cursos de graduação, cinco de especialização, um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e 11 cursos de mestrado, já aprovados pela CAPES/MEC, em diversas áreas do conhecimento. Em programas de pós-graduação stricto sensu, a Unila é responsável por 80% das vagas na região de Foz do Iguaçu.

Website: <http://www.itaipu.gov.br>

topo 

CABEZA NEWS - TEMPO REAL

Diretor de Itaipu abre canal de diálogo com a Unila.

O encontro ocorreu nesta sexta-feira (12), às 16h, no centro Executivo da usina, na Vila A

O diretor-geral brasileiro da Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, teve em seu gabinete o primeiro contato com o reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Gustavo Vieira, na tarde desta sexta-feira (12). Com essa reunião, Silva e Luna reforça o canal de diálogo e interlocução com autoridades e entidades representativas da região.

Parte da estrutura da universidade está instalada no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), assim como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e alguns dos cursos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Uma das principais tratativas discutidas pelo diretor-geral brasileiro com o reitor da Unila foi a busca de uma solução para a obra inacabada próxima à entrada da usina, área de segurança nacional, e a conclusão do desvio de acesso às instalações da universidade dentro do Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

A Unila, criada no governo Lula, foi concebida para ter sua sede própria dentro da área

da usina, mas a obra, um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, não foi finalizada. A Itaipu, na ocasião, havia oferecido uma sede provisória, no PTI, e ainda um terreno dentro da usina. Na época, o Ministério de Educação acatou a sugestão.

Sem Itaipu, que pagou também o projeto de Niemeyer, Foz ficaria sem a universidade, que, pelos planos originais, deveria ter dez mil alunos (hoje, tem quase a metade disso, pouco mais de quatro mil).

Durante as obras da sede da Unila, ocorreram conflitos jurídicos entre o consórcio construtor e a direção da instituição. O projeto parou e a obra, então, apenas recebeu intervenções para conter o deterioramento.

“A ideia é construir uma solução e sugerir ao MEC um caminho”, prontificou-se o diretor-geral brasileiro. Para o reitor da Unila, o que importa é encontrar uma saída. Segundo ele, não cabe proselitismo político num ambiente acadêmico, reforçando que a Unila tem viés muito mais pragmático do que o ideológico, que marcou a sua criação.

Para o general Silva e Luna, não há dúvidas de que dos bancos da Unila, especialmente dos cursos que têm aderência à missão da usina, e das outras instituições, poderão sair muitos profissionais talentosos e preparados. Além de engenharias, dentro da grade da Unila estão diversos cursos – entre eles, o de Medicina.

Mantida por recursos federais, a Unila oferece ensino superior público e gratuito em Foz do Iguaçu, Paraná. Criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, a universidade ofereceu, em 2019, além de cursos de graduação, cinco de especialização, um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e 11 cursos de mestrado, já aprovados pela CAPES/MEC, em diversas áreas do conhecimento. Em programas de pós-graduação stricto sensu, a Unila é responsável por 80% das vagas na região de Foz do Iguaçu.

topo 

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Uems abre seleção para pós-doutorado em Letras com bolsa de R\$ 4,1 mil

O programa de mestrado em Letras, da Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) de Campo Grande, abriu as inscrições para o preenchimento de uma vaga para bolsa de estudos de pós-doutorado vinculado às linhas de pesquisa no campo da Literatura, História e Sociedade e Historiografia Literária.

A bolsa mensal consiste no pagamento de mensalidades de R\$ 4.100,00 diretamente ao bolsista. O aluno também receberá aporte anual para o custeio de atividades de pesquisa do bolsista, tais como a sua participação em eventos como congressos, encontros e simpósios.

As inscrições serão realizadas no período de 10 a 22 de abril de 2019, das 12h às 16h, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, na Unidade Universitária de Campo Grande ou pelo endereço eletrônico pgletras@uems.br, conforme regras do edital.

Entre os requisitos para ingressar na vaga o candidato deve possuir o título de doutor, obtido em cursos avaliados pela CAPES e reconhecidos pelo CNE/MEC. Mais informações podem ser acessadas neste link.

topo ↕

CASSILANDIA JORNAL - TEMPO REAL

Uems abre seleção para pós-doutorado em Letras com bolsa de R\$ 4,1 mil

O programa de mestrado em Letras, da Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) de Campo Grande, abriu as inscrições para o preenchimento de uma vaga para bolsa de estudos de pós-doutorado vinculado às linhas de pesquisa no campo da Literatura, História e Sociedade e Historiografia Literária.

A bolsa mensal consiste no pagamento de mensalidades de R\$ 4.100,00 diretamente ao bolsista. O aluno também receberá aporte anual para o custeio de atividades de pesquisa do bolsista, tais como a sua participação em eventos como congressos, encontros e simpósios.

As inscrições serão realizadas no período de 10 a 22 de abril de 2019, das 12h às 16h, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, na Unidade Universitária de Campo Grande ou pelo endereço eletrônico pgletras@uems.br, conforme regras do edital.

Entre os requisitos para ingressar na vaga o candidato deve possuir o título de doutor, obtido em cursos avaliados pela **CAPES** e reconhecidos pelo CNE/MEC.

topo ↕

ITAPORA NEWS - TEMPO REAL

Uems abre seleção para pós-doutorado em Letras com bolsa de R\$ 4,1 mil

O programa de mestrado em Letras, da Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) de Campo Grande, abriu as inscrições para o preenchimento de uma vaga para bolsa de estudos de pós-doutorado vinculado às linhas de pesquisa no campo da Literatura, História e Sociedade e Historiografia Literária.

A bolsa mensal consiste no pagamento de mensalidades de R\$ 4.100,00 diretamente ao bolsista. O aluno também receberá aporte anual para o custeio de atividades de pesquisa do bolsista, tais como a sua participação em eventos como congressos, encontros e simpósios.

Curta nossa Fan Page e fique por dentro de tudo que acontece em Itaporã, Região, Brasil e Mundo!

As inscrições serão realizadas no período de 10 a 22 de abril de 2019, das 12h às 16h, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, na Unidade Universitária de Campo Grande ou pelo endereço eletrônico pgletras@uems.br, conforme regras do edital.

Entre os requisitos para ingressar na vaga o candidato deve possuir o título de doutor, obtido em cursos avaliados pela **CAPES** e reconhecidos pelo CNE/MEC. Mais informações podem ser acessadas neste link.

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/mestrado-em-letras-da-uems-abre-processo-seletivo-para-estagio-de-pos-doutorado-172350>

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) estarão abertas a partir de segunda-feira (15), pela página do programa na internet. O lançamento oficial do Prêmio ocorrerá no mesmo dia, às 15h, em solenidade no Ministério da Educação. O período de inscrição fica aberto até 31 de maio e espera-se superar o número de inscritos da edição anterior que foi de 4.040.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional. O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do Ministério da Educação, juntamente com instituições parceiras, que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Para o MEC, registrar uma experiência, um processo vivido ou mesmo uma conversa entre alunos e professores é uma forma de sistematizar o conhecimento do professor. Assim, além de participar do processo de premiação, os professores desenvolvem um exercício de reflexão sobre a própria prática, o que garante o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, independentemente do processo de seleção, a participação dos professores é um caminho para a busca da qualidade na educação, compromisso de todos os educadores.

Leia Também: IV Encontro da Rede Municipalista debate qualificação, pauta municipalista e convênios

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

Etapas – O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

Uma das 30 finalistas do ano passado, a professora Maria de Lourdes Severino Cosmo, da escola CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, que fica na área rural de Planaltina (DF), acredita que o Prêmio Professores do Brasil é um grande incentivo e reconhecimento para a categoria. "Eu já poderia estar até aposentada porque eu já tenho os pré-requisitos para aposentar. E muito pelo contrário, me deu uma energia e um gás novo. Não penso em me aposentar tão cedo agora."

Leia Também: Desafios e propostas nas áreas de habitação e trânsito em debate na XXII Marcha

Com foco no incentivo à leitura dos alunos, o projeto Plantando histórias, colhendo frutos foi um dos vencedores da etapa regional. "Eu queria desenvolver neles o gosto pela leitura, o gosto pela escrita. O projeto foi uma forma de eu trazer para eles momentos de leitura e de oralidade para que eles pudessem tomar gosto pela coisa. E isso realmente aconteceu. Com o uso de um palanquinho, numa rotina da turma, eu apresentava um texto novo para a turma e eles faziam uma leitura silenciosa, depois eles faziam uma ilustração do texto e, na sequência, a gente partilhava e começava a leitura. Era o dia inteiro dedicado à leitura", explicou a professora.

Para a professora Vandete Pereira Lima, da Escola Classe 08, do Cruzeiro (DF), que também foi uma das vencedoras do ano passado, o Prêmio Professores do Brasil representa, além da valorização do trabalho da categoria, uma forma de compartilhar experiências. "A gente tinha que estar falando das nossas experiências para as outras pessoas em muitas oportunidades. Seria importante a gente contar para o outros. As nossas experiências em sala de aula têm que ser compartilhadas. Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento para conversar com nossos pares sobre essa realização bem-sucedida, premiada, e ter as oportunidades criadas pelo MEC para essa troca de ideias", afirmou ela.

topo ↕

PIMENTA - ARTIGOS

INSCRIÇÕES PARA EDIÇÃO 2019 DO PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL COMEÇAM DIA 15

O Ministério da Educação abre no próximo dia 15 as inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB). Os docentes em todo o país terão até o dia 31 de maio para inscrever.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional.

O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do MEC que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

RESULTADO FINAL

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em

Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

ETAPAS

O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 selecionados. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria.

Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

topo ↕

PORTAL T5 - TEMPO REAL

Mulheres assinam mais de dois terços dos artigos científicos no Brasil

A Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) publicou uma pesquisa mostrando que 72% dos 53,3 mil artigos científicos publicados no Brasil entre 2014 e 2017 foram assinados por autoras ou co-autoras -- o que coloca o país no topo da lista ibérica de protagonismo feminino nas ciências, seguido pela Argentina -- onde 67% dos artigos são escritos por mulheres --, pela Guatemala (66%) e por Portugal (64%).

No entanto, as mulheres ainda são minoria dentro das academias: juntas, elas representam 49% dos autores de artigos publicados por cientistas brasileiros, segundo os dados de 2017. Considerando os números de 2014, houve uma ligeira queda, já que naquele ano elas ocupavam 50% das autorias científicas. Neste quesito, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres em sua produção de conhecimento -- o Chile está na última posição dessa lista, com 37% de mulheres na academia.

No Brasil, a área de medicina tem a maior parte de autoras mulheres (56%), mas elas são minoria (32%) em todas as engenharias. “O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, disse o diretor da OEI no país, Raphael Callou.

A professora Maria Cristina Tavares, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), reclamou da ausência de mulheres nos cursos de engenharia da universidade paulista, onde representam cerca de 5% das salas de aula, mas comemorou a posição de destaque delas nas assinaturas de artigos.

“Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, disse ao site da instituição.

No entanto, ela agrega que é preciso seguir se atentando para essa defasagem entre gêneros. “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”. Ela também afirma que é necessário ter uma integração maior com as academias latino-americanas, que hoje enfrentam dificuldades pela falta de tradução juramentada dos artigos e de congressos e conferências entre cientistas dos países da região para compartilhar o conhecimento.

Países como El Salvador, Nicarágua e Chile são exemplos negativos desse desequilíbrio, segundo os dados da OEI: neles, as mulheres representam menos de 48% dos artigos publicados.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil. Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC): preenchem 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

O país, no entanto, ainda tem mais professores homens: dos 384.094 docentes da educação superior, 45,5% são mulheres.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Diretor de Itaipu abre canal de diálogo com a Unila

O encontro ocorreu nesta sexta-feira (12), às 16h, no centro Executivo da usina, na Vila A.

O diretor-geral brasileiro da Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, teve em seu gabinete o primeiro contato com o reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Gustavo Vieira, na tarde desta sexta-feira (12). Com essa reunião, Silva e Luna reforça o canal de diálogo e interlocução com autoridades e entidades representativas da região.

Uma das principais tratativas discutidas pelo diretor-geral brasileiro com o reitor da Unila foi a busca de uma solução para a obra inacabada próxima à entrada da usina, área de segurança nacional, e a conclusão do desvio de acesso às instalações da universidade dentro do Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

A Unila, criada no governo Lula, foi concebida para ter sua sede própria dentro da área da usina, mas a obra, um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, não foi finalizada. A Itaipu, na ocasião, havia oferecido uma sede provisória, no PTI, e ainda um terreno dentro da usina. Na época, o Ministério de Educação acatou a sugestão.

Sem Itaipu, que pagou também o projeto de Niemeyer, Foz ficaria sem a universidade, que, pelos planos originais, deveria ter dez mil alunos (hoje, tem quase a metade disso, pouco mais de quatro mil).

Durante as obras da sede da Unila, ocorreram conflitos jurídicos entre o consórcio construtor e a direção da instituição. O projeto parou e a obra, então, apenas recebeu intervenções para conter o deterioramento.

"A ideia é construir uma solução e sugerir ao MEC um caminho", prontificou-se o diretor-geral brasileiro. Para o reitor da Unila, o que importa é encontrar uma saída. Segundo ele, não cabe proselitismo político num ambiente acadêmico, reforçando que a Unila tem viés muito mais pragmático do que o ideológico, que marcou a sua criação.

Para o general Silva e Luna, não há dúvidas de que dos bancos da Unila, especialmente dos cursos que têm aderência à missão da usina, e das outras instituições, poderão sair muitos profissionais talentosos e preparados. Além de engenharias, dentro da grade da Unila estão diversos cursos - entre eles, o de Medicina.

Mantida por recursos federais, a Unila oferece ensino superior público e gratuito em Foz do Iguaçu, Paraná. Criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, a universidade ofereceu, em 2019, além de cursos de graduação, cinco de especialização, um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e 11 cursos de mestrado, já aprovados pela CAPES/MEC, em diversas áreas do conhecimento. Em programas de pós-graduação stricto sensu, a Unila é responsável por 80% das vagas na região de Foz do Iguaçu.

Website: <http://www.itaipu.gov.br>

topo ↕

UEMS - NOTÍCIAS

Mestrado em Letras da UEMS/CG abre processo seletivo para estágio de pós-doutorado

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, divulga a abertura das inscrições para uma vaga para Bolsa de Estudos de Supervisão em nível de Pós-Doutorado com início em abril de 2019, vinculado às seguintes Linhas de Pesquisa: Literatura, História e Sociedade e Historiografia Literária.

Com Bolsa A bolsa PNPD/CAPES engloba dois aportes financeiros distintos: a bolsa mensal e o pagamento de recursos de custeio anual. A bolsa mensal consiste no pagamento de mensalidades de R\$ 4.100,00 diretamente ao bolsista. O aporte anual de recursos de custeio será iniciado em data a ser posteriormente divulgada pela CAPES. Essa verba destina-se a subsidiar atividades de pesquisa do bolsista, tais como a sua participação em eventos como congressos, encontros e simpósios. O repasse dos recursos de custeio e as normas de sua utilização acompanham o programa de fomento ao qual o PPG está vinculado.

As inscrições serão realizadas no período de 10 a 22 de abril de 2019, das 12h às 16h, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, na Unidade Universitária de Campo Grande ou pelo endereço eletrônico pgletras@uems.br, conforme regras do

edital.

Requisitos para se candidatar

Possuir o título de doutor, quando da implementação da bolsa, obtido em cursos avaliados pela **CAPES** e reconhecidos pelo CNE/MEC. Em caso de diploma obtido em instituição estrangeira, este deverá ser analisado pelo Programa de Pós-Graduação;

Disponibilizar Curriculum Vitae atualizado na Plataforma Lattes do CNPq ou, se estrangeiro, Curriculum com histórico de trabalhos científicos;

Não ser aposentado ou estar em situação equiparada;

O candidato poderá se inscrever desde que:

a) seja brasileiro residente no Brasil, com vínculo empregatício público;

b) (se estrangeiro) residir no Brasil, ter visto de permanência e ser servidor público vinculado à universidade: estadual, federal ou municipal;

c) ser docente ou pesquisador no país com vínculo empregatício em instituições de ensino superior ou instituições públicas de pesquisa.

Os objetivos do PNPd, descritos pela **CAPES**, concentram-se em:

I – promover a realização de estudos de alto nível;

II – reforçar os grupos de pesquisa nacionais;

III – renovar os quadros dos Programas de Pós-Graduação (PPG) nas instituições de ensino superior e de pesquisa;

IV – promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos Programas de Pós-Graduação no país.

Confira o edital nas páginas 24 e 25 do Diário Oficial de MS de 11 de abril de 2019:

http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9881_11_04_2019

topo ↕

UNIFESP - TEMPO REAL

Governo extingue o PDES, programa de bolsas Capes

Fim do PDES surpreendeu pesquisadores. **Capes** afirma que bolsas já em vigor serão mantidas.

Pesquisadores perderam mais uma fonte de financiamento Laboratório de Arqueometria e Preservação em Arqueologia no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG

Uma portaria publicada no Diário Oficial da União indica o fim do Programa de Demandas Espontâneas e Induzidas (PDES) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

O programa tinha o objetivo de apoiar e financiar projetos de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior sem a necessidade de editais ou chamadas públicas criadas previamente pelo governo.

Vejam mais detalhes aqui.

topo ↕

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) estarão abertas a partir de segunda-feira (15), pela página do programa na internet. O lançamento oficial do Prêmio ocorrerá no mesmo dia, às 15h, em solenidade no Ministério da Educação. O período de inscrição fica aberto até 31 de maio e espera-se superar o número de inscritos da edição anterior que foi de 4.040.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional. O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do Ministério da Educação, juntamente com instituições parceiras, que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Para o MEC, registrar uma experiência, um processo vivido ou mesmo uma conversa entre alunos e professores é uma forma de sistematizar o conhecimento do professor. Assim, além de participar do processo de premiação, os professores desenvolvem um exercício de reflexão sobre a própria prática, o que garante o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, independentemente do processo de seleção, a participação dos professores é um caminho para a busca da qualidade na educação, compromisso de todos os educadores.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

Etapas – O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas

conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

Uma das 30 finalistas do ano passado, a professora Maria de Lourdes Severino Cosmo, da escola CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, que fica na área rural de Planaltina (DF), acredita que o Prêmio Professores do Brasil é um grande incentivo e reconhecimento para a categoria. "Eu já poderia estar até aposentada porque eu já tenho os pré-requisitos para aposentar. E muito pelo contrário, me deu uma energia e um gás novo. Não penso em me aposentar tão cedo agora."

Com foco no incentivo à leitura dos alunos, o projeto Plantando histórias, colhendo frutos foi um dos vencedores da etapa regional. "Eu queria desenvolver neles o gosto pela leitura, o gosto pela escrita. O projeto foi uma forma de eu trazer para eles momentos de leitura e de oralidade para que eles pudessem tomar gosto pela coisa. E isso realmente aconteceu. Com o uso de um palanquinho, numa rotina da turma, eu apresentava um texto novo para a turma e eles faziam uma leitura silenciosa, depois eles faziam uma ilustração do texto e, na sequência, a gente partilhava e começava a leitura. Era o dia inteiro dedicado à leitura", explicou a professora.

Para a professora Vandete Pereira Lima, da Escola Classe 08, do Cruzeiro (DF), que também foi uma das vencedoras do ano passado, o Prêmio Professores do Brasil representa, além da valorização do trabalho da categoria, uma forma de compartilhar experiências. "A gente tinha que estar falando das nossas experiências para as outras pessoas em muitas oportunidades. Seria importante a gente contar para o outros. As nossas experiências em sala de aula têm que ser compartilhadas. Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento para conversar com nossos pares sobre essa realização bem-sucedida, premiada, e ter as oportunidades criadas pelo MEC para essa troca de ideias", afirmou ela.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

O fator ideológico

Alguns jornalistas diminuem o problema da contaminação ideológica em nossas escolas e universidades. Não deveriam. Até concordo que há outras questões mais técnicas e administrativas em jogo e que o ministro deveria focar em gestão. É preciso dar atenção ao Enem, à alfabetização no ensino básico, à formação de professores qualificados, à reforma do ensino médio e ao Fundeb, só para começar.

Mas é bobagem descartar a questão da infiltração da esquerda radical, até porque há ligação com vários dos demais problemas no setor. Muitos militantes se disfarçam de professores e, em vez de ensinar as matérias de forma objetiva, preferem fazer proselitismo político. A indisciplina também tem ligação direta com a ideologia esquerdista. E não é um caso isolado e nacional.

Um breve exemplo do que se passa nos Estados Unidos pode ajudar a ilustrar. Minha filha estuda numa excelente escola pública. Não obstante, o grau de doutrinação ideológica é elevado e crescente. Outro dia tive que lhe dar uma aula básica de economia e estatística, indicando leituras como Thomas Sowell e Ben Shapiro, pois percebi que ela tinha dúvidas sobre esses assuntos claramente por causa da pregação política dos professores.

Detalhei o estrago causado pela vitimização esquerdista no país e no mundo. Ela vem da escola achando, por exemplo, que mulheres ganham menos que homens, na média, por machismo no mercado de trabalho, que ricos não pagam impostos e que a polícia é racista com negros. Tudo falácia, mentira, manipulação ideológica.

Mas pergunto: quantos adolescentes têm acesso ao contraditório? Quantos pais se preocupam com isso e se dedicam a clarear a confusão mental dos filhos? E quantos, pior, possuem o conhecimento e têm condições de sentar com os filhos para desfazer essa propaganda dita progressista, sem qualquer respaldo na realidade?

Quando percebemos que mesmo nas melhores escolas americanas vários professores ficam incutindo nos alunos slogans sensacionalistas que mais parecem tirados da campanha demagógica de uma Alexandria Ocasio-Cortez, então é sinal que a situação saiu de controle mesmo. E, de fato, vários livros atestam o quadro calamitoso nas escolas e universidades daqui.

No Brasil, como sabemos, a coisa é muito pior. As escolas e universidades foram invadidas por partidos radicais comunistas, a ideologia de gênero é enfiada goela abaixo das crianças como se fosse “educação sexual”, a bagunça pulula. Basta ler o livro “A corrupção da inteligência”, de Flavio Gordon, para ter uma ideia do tamanho do problema ideológico em nosso ensino. Como desmerecer o combate ao marxismo cultural diante desses fatos? Não pode ser a única meta, claro. Mas daí a desqualificar essa agenda legítima vai uma longa distância.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

O fosso que nos separa da boa educação

São abissais as diferenças entre o que se pode chamar de gestão técnica e ideológica no campo nevrálgico da Educação. E ainda mais deletérios são os efeitos que esse ensino doutrinário, dirigido e obscurantista pode causar sobre a formação de nossos jovens. A experiência negativa está posta. Em menos de 100 dias de gestão, o MEC foi tomado pelo caos, com o risco de alienação completa dos corpos docente e discente das instituições públicas em especial. O Brasil assistiu ao descalabro do agora ex-ministro Ricardo Vélez Rodriguez com o seu despreparo administrativo e quase nenhum conhecimento de causa para tocar uma área tão complexa. O que lhe faltava em tarimba e bom senso sobrava em trapalhadas e aberrações verbais — para não dizer ignorância, no sentido mais literal da palavra. O colombiano de nascimento Vélez, que mal e parcamente fala o português e que tachou os brasileiros de “canibais” por roubarem hotéis e aviões (na sua concepção), é o mesmo que desejava mudar o entendimento do golpe militar nas apostilas escolares e que chegou a exigir a filmagem de alunos perfilados entoando, no primeiro dia de ano letivo, o lema de campanha do chefe Bolsonaro — “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” —, em uma clara e ilegal invasão de privacidade dos jovens para fins abjetos de propaganda política. Ainda bem que foi desautorizado ao menos nessa patacoada. O sainte notabilizou-se por demissões em série (14 auxiliares diretos banidos em 27 dias), desorganização das repartições de aprendizado e paralisia do esquema de distribuição de material didático, repasse de verbas e estruturação de equipes. Desgovernou tudo e levou o MEC ao quase colapso em tempo recorde. Restaram disputas intestinas de grupos rivais: os “olavistas”, de assessores despreparados vinculados ao guru oficial Olavo de Carvalho, radicado na Virgínia (EUA), contra os militares. Ideias fundamentalistas converteram-se em padrão de referência em ambas às direções. As duas correntes estão motivadas a aparelhar o

sistema de maneira lamentável. Intrigas, discussões e brigas desses guerreiros culturais, que formam alas da modelação ideológica bolsonarista, podem desembocar numa perigosa partidarização ética do ensino. Será um retrocesso sem precedentes. Não é possível que prevaleça no setor o intento dessas falanges de arrivistas. Precisamos passar uma borracha nos erros de orientação pedagógica. O que se observou nos últimos tempos com a pavorosa temporada do demitido Vélez encontra, no extremo oposto, uma experiência extraordinariamente bem-sucedida (e que deveria servir de modelo) no trabalho daquela que é talvez a mais aguerrida defensora da educação de qualidade no Brasil, Viviane Senna, à frente do Instituto Ayrton Senna – uma ONG que desde o nascedouro vem apresentando resultados promissores no resgate de jovens em todos os níveis do ensino. Há de se perguntar por que as autoridades competentes não se miram, e até copiam, o exemplo louvável do Instituto? Justamente no dia que Vélez ficou sabendo que levaria o bilhete azul, na sexta-feira 5, ele e Viviane — por uma dessas coincidências da vida — estiveram juntos em um seminário voltado para empresários no qual foi possível notar, pelas falas subsequentes de ambos, a distância de patrimônio intelectual e bagagem de ensino que carregavam. Viviane, em sua apresentação àquela plateia de empreendedores, deu um diagnóstico preciso. Mostrou que o Brasil tem 50 milhões de alunos no sistema – uma Espanha de crianças só na escola. Nesse universo, apenas cinco em cada dez concluem o ensino médio, levando o País a perder metade do seu potencial de formação pelo caminho do ciclo básico. Dos que chegam lá, e concluem essa fase, apenas três sabem se expressar na língua portuguesa e apenas um domina a matemática como deveriam. Em outras palavras: para 90% dos jovens brasileiros o modelo preconizado pelo MEC não funciona. E não é por falta de recursos. Ao contrário. O País gasta hoje R\$ 1 bilhão a cada dia na área, incluindo sábados e domingos, ou algo próximo a 6% do PIB nacional. Em Educação investimos muito (mais do dobro da Saúde) e entregamos pouco. Há tempo é assim. O custo econômico e de produtividade — uma vez que esses futuros profissionais saem despreparados da banca escolar para o trabalho — é imensurável. Como alerta Viviane, não se consegue transformar investimento em produtividade: há 30 anos o nível de produtividade brasileira segue mais ou menos nos mesmos patamares, muito embora a linha do tempo dos jovens na escola tenha sido significativamente ampliada. É necessária uma mudança gigante e Viviane tinha encaminhado ao presidente Bolsonaro, desde a sua posse, uma trilha com quatro sugestões baseadas em dados científicos para se alcançar esse objetivo. Quais sejam: maior concentração de esforços na alfabetização, investimento no professor (responsável por 70% do aprendizado), gestão eficaz e políticas públicas voltadas para o aprimoramento técnico. É bom nesse aspecto distinguir os modismos de ensino ou conveniências partidárias do que realmente se entende como qualificação da base didática. As mudanças movidas a convicções ideológicas tendem a naufragar. Para efeito comparativo à exposição de Viviane, é curioso observar o que Vélez tem a dizer a respeito. Dirigindo-se a mesma plateia, para o estupor da maioria, ele tirou do bolso e leu um discurso pré-elaborado, repleto de platitudes sobre a missão da sociedade, e concluiu com promessas burocráticas de abertura de uma secretaria especial de alfabetização para tratar das carências — leia-se, novo cabide de empregos. Não entendeu mesmo nada. Estava ali, de maneira cristalina, a distância que nos separa de um bom gestor para o MEC. Velez caiu, mas o novo titular da pasta, Abraham Weintraub, não parece ter um tino muito diferente do dele. Compartilha da matriz de pensamento do antecessor, embora se mostre menos caricato. Economista por formação, com experiência na área financeira, egresso da equipe do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, não é definitivamente do ramo. Weintraub chegou a declarar tempos atrás que os “comunistas” estão no topo das organizações financeiras, no comando da mídia e

das grandes empresas. Por essa reflexão enviesada ele inventou uma jabuticaba: banqueiros e empreendedores adeptos do marxismo cultural. Uma contradição em si. O apostolado teórico que impõe princípios radicais, conservadores e repletos de preconceitos, avança como um mal que pode corroer os sustentáculos da educação moderna. Não é evangelizando hordas de estudantes que se trilha um caminho virtuoso nesse campo. A catequização pretendida por Bolsonaro, que chegou a declarar na semana passada que os jovens não podem ficar aprendendo política no colégio, vai contra os princípios basilares da democracia. Como irão votar direito essas futuras gerações caso pautem seu aprendizado única e exclusivamente pela cartilha de crenças pessoais do mandatário, em muitos aspectos distantes da realidade? Educar não é doutrinar.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Editorial do Estadão : A valorização do professor

No Brasil a profissão é um ato de abnegação. Não deveria ser apenas isso

O progresso do Brasil passa por um novo olhar sobre a educação. O País permanecerá em estado de atraso crônico até que uma política educacional moderna e assertiva seja vista como o impulso para o salto de desenvolvimento cultural, político, econômico e social há muito ansiado pela sociedade.

Pensar na educação como a chave para o progresso do País significa pensar na valorização dos professores, seja nas salas de aula, seja fora delas.

Segundo o relatório Global Teacher Status 2018, elaborado pela Varkey Foundation, ONG voltada a estudos na área de educação, o prestígio da profissão de professor no Brasil é o pior entre os 35 países avaliados. A escala de avaliação vai de 1, a nota mais baixa, a 100, a mais alta. O Brasil obteve apenas um mísero ponto. A China foi a única nação que obteve a pontuação máxima, seguida por Malásia (93,3) e Taiwan (70,2).

A pontuação do Brasil no Global Teacher Status 2018 é menor do que a obtida na pesquisa anterior, realizada em 2013. Naquele ano, o País obteve 2,4 pontos e só não foi pior do que Israel, com 2 pontos. Neste quinquênio que separa uma avaliação e outra, o Brasil perdeu 1,4 ponto e tomou a posição inglória de Israel, que conseguiu subir 4,6 pontos.

Um dado interessante da avaliação feita pela Varkey Foundation é que o prestígio do professor nada tem a ver com a remuneração média da profissão nos países pesquisados. Evidente que é fator de prestígio pagar ao professor um salário que o permita viver com dignidade e desenvolver cada vez mais conhecimentos e habilidades para aplicar em sala de aula. Contudo, uma boa remuneração, por si só, não basta para o professor se sentir prestigiado.

Na China, líder do ranking de prestígio, o salário médio anual de um professor é de US\$ 12.210. É menos do que recebe um professor no Brasil (US\$ 12.993 por ano). A Suíça é o país onde se paga o maior salário médio anual ao professor (US\$ 77.491), mas o país é apenas o oitavo no ranking de prestígio dos professores.

Outra informação relevante trazida pelo relatório é a correlação entre o prestígio dos professores e o desempenho dos alunos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). O Brasil obteve 28 pontos no Pisa 2015, uma das

piores pontuações entre os 58 países avaliados. A escala vai de 1 a 35, sendo esta última a pior nota que um país pode obter na avaliação.

O que organizações internacionais aferem em provas e pesquisas como as que foram feitas pela Varkey Foundation e a OCDE, à qual o Pisa está vinculado, traduz-se também em avaliações feitas aqui no País. São poucas as famílias brasileiras que não se sentem angustiadas quando os filhos manifestam a intenção de se tornar professores. Pesquisa feita pelo movimento Todos Pela Educação no ano passado mostrou que quase a metade dos docentes do País — 49% — não indicaria a carreira para um jovem. Entre as razões que foram apuradas estão os baixos salários e a desvalorização da profissão.

O Todos Pela Educação ouviu 2.160 professores que atuam na educação básica em todo o País. É desalentador constatar que justamente os mais experientes — que têm de 11 a 30 anos de carreira — são os mais céticos ao recomendar a profissão de professor para os jovens. Que país seremos, não num futuro remoto, mas já, em poucos anos, se nada for feito para reverter esta triste percepção?

A desvalorização da carreira e o desprestígio do professor se manifestam ainda dentro das próprias salas de aula. São assustadores os relatos de violência física e moral contra os docentes praticada pelos próprios alunos ou por seus pais e responsáveis. Professores da rede pública de educação em muitos Estados e municípios engrossam a lista de servidores afastados por problemas de saúde a cada ano. A força do vínculo entre professores e alunos é indicativa do estágio civilizatório de determinada sociedade.

Ser professor no Brasil é um ato de abnegação. Não deveria ser apenas isso.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Enem 2019 : 3,6 milhões pedem isenção de taxa ao governo

Participação na prova tem custo de 85 reais; MEC tem até o próximo dia 17 para analisar os pedidos dos estudantes

O Ministério da Educação divulgou que 3.687.527 estudantes solicitaram a isenção da taxa de 85 reais, necessária à inscrição na edição de 2019 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os pedidos serão analisados até o dia 17 deste mês.

As inscrições acontecem entre os dias 6 e 17 de maio. As provas do Enem 2019, que são a via de acesso às vagas nas universidades públicas e em programas do governo, como o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), acontecerão nos dias 3 e 10 de novembro.

Pelas regras, a isenção será aplicada a estudantes com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa (499 reais) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (2.994 reais), e estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública.

Para os que não obtiverem a isenção da taxa, o pagamento dos 85 reais poderá ser feito até o dia 25 em casas lotéricas, agências bancárias ou nos Correios.

(Com Estadão Conteúdo)

ANDIFES - TEMPO REAL

UFU começa a implementar plano de internacionalização

Na quarta-feira, 10/04, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) deu mais um passo no processo de internacionalização da instituição. Representantes da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) e da Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (Drii) se reuniram com coordenadores de programas de pós-graduação para apresentar o plano de implementação do Programa Institucional de Internacionalização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PrInt-Capes)** na universidade.

A UFU é uma das 36 instituições do país que tiveram seus planos de internacionalização aprovados pela **Capes** para fazer parte do PrInt. Nelas serão investidos R\$ 300 milhões, anualmente, de 2019 a 2022.

A seleção foi feita em 2018 por meio de diretrizes estabelecidas em edital. A princípio, foram selecionadas 25 universidades (entre elas a UFU) e centros de pesquisa. Após a fase de recursos, outras 11 foram incluídas.

No decorrer dos próximos quatro anos, a UFU vai receber R\$ 12,9 milhões a serem investidos em bolsas e missões de trabalho. Os recursos já estão disponíveis na **Capes** e o processo de liberação das 100 bolsas do edital 01/2019 já está em andamento na universidade.

O apoio da **Capes** – órgão do Ministério da Educação – é dirigido à construção, implementação e consolidação de planos estratégicos das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento por elas escolhidas. O intuito é incentivar a formação de redes de pesquisas para internacionalizar e aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação.

O UFU-**Capes**.Print reúne os 16 programas de pós-graduação que, na avaliação quadrienal da própria **Capes**, obtiveram pelo menos nota 4 (a escala vai de 1 a 7): Administração, Economia, Educação, Estudos Linguísticos, Geografia, Odontologia, Imunologia, Física, Química, Engenharia Química, Genética e Bioquímica, Ecologia e Conservação de Recursos Naturais, Engenharia Mecânica, Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica e Ciência da Computação.

Conforme destacou o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFU, Carlos Henrique de Carvalho, os agentes principais do processo de internacionalização são os programas de pós-graduação. “Não tem internacionalização se não tiver pesquisador”, afirmou, sobre o envolvimento deles na efetivação do intercâmbio com a comunidade científica internacional.

O programa institucional da UFU está articulado em duas grandes áreas: Tecnologias Convergentes e Recursos Ambientais (reúne quatro projetos de colaboração internacional) e Dinâmica Social, Qualidade de Vida e Saúde (agrupa outros cinco projetos de colaboração internacional).

A internacionalização se dará por meio da produção científica articulada e concentrada em temas. O diretor de Relações Internacionais e Interinstitucionais da UFU, Waldenor Barros Moraes Filho, observou que, para que toda essa articulação aconteça, mecanismos de apoio aos processos de internacionalização têm que ser criados institucionalmente.

Essa foi, revela o diretor, uma contrapartida com que a universidade teve que se comprometer. Implementar o projeto UFU-Capes.PrInt, fazer discussões sobre os projetos acadêmicos e superar as carências administrativas para a internacionalização são tarefas que deverão ser desenvolvidas simultaneamente.

“Nós estamos nos comprometendo com reflexões acadêmicas que possam contribuir para a discussão sobre o meio ambiente, recursos naturais, mudanças climáticas, produção de alimento, nanotecnologias e demais questões de interesse global da humanidade”, exemplificou. “São desafios coletivos que nós assumimos. Nós não estamos totalmente prontos, mas aceitamos o desafio”, declarou.

Tanto a adesão da UFU ao PrInt-Capes quanto o Plano Institucional de Internacionalização (PIInt) da universidade para os próximos quatro anos foram aprovados pelo Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (Conpep/UFU) em abril de 2018.

topo ↕

BANANAL ONLINE - TEMPO REAL

Inscrições para professores substitutos do Ifes terminam nesta sexta-feira Ifes tem inscrições abertas para professores substitutos com salários de até R\$ 4,2 mil

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) está com inscrições abertas somente até esta sexta-feira (12), com cinco vagas para professores substitutos nos campi Ibatiba e Alegre, ambos no Sul do Estado. Os salários podem chegar a R\$ 4,2 mil. Confira o edital.

São oportunidades para cinco áreas, cada uma com uma vaga:

Quadro de Vagas

ÁREA DE ESTUDO	REGIME DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Artes	20 horas	R\$ 2.425,37	1 Ibatiba
Geografia	20 horas	R\$ 2.425,37	1 Ibatiba
Ciências da Computação (Código Capes 1.03.00.00-7)	40 horas	R\$ 3.552,08	1 Ibatiba

Engenharia Amb. e Sanitária	40 horas	R\$ 4.241,05	1 Ibatiba
Informática	40 horas	R\$ 3.552,08	1 Alegre

Fonte: Ifes

O processo seletivo será realizado em duas etapas distintas, sendo prova de títulos e prova de desempenho didático. Ambas são de caráter eliminatório.

Os interessados em fazer a inscrição deverão comparecer na Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas do campus para o qual irá concorrer a vaga, com a Ficha de Inscrição (anexo III) e com documento com foto.

Deverá ser levado também cópia simples do curriculum vitae ou lattes, que deverá ser

entregue em envelope lacrado e identificado, contendo nome completo do candidato, nº do edital e área de estudo/disciplina a qual concorre.

Quem não puder comparecer ao local, poderá encaminhar o curriculum vitae ou lattes por via postal, através de SEDEX, para o endereço do campus para o qual irá concorrer a vaga, acompanhado da Ficha de Inscrição e cópia simples de documento com foto. As solicitações de inscrição enviadas via SEDEX que não chegarem ao endereço determinado até o terceiro dia útil após o encerramento das inscrições não serão consideradas.

Será admitida a inscrição efetivada por terceiros, mediante procuração do interessado, que será retida. Não é necessário o reconhecimento de firma na procuração.

Requisitos para cada cargo

Artes: Licenciatura Plena em Artes Visuais ou em Música ou em Artes Cênicas ou em Teatro ou em Dança ou em Educação Artística, em todos os casos com pós-graduação lato sensu (especialização) na área afim ou em Educação.

Geografia: Licenciatura plena em Geografia com pós-graduação lato sensu (especialização) na área afim ou em Educação.

Informática: Licenciatura Plena ou Bacharelado ou Tecnólogo ou Engenharia em Ciência da Computação ou em área afim conforme tabela **CAPES** (1.03.00.00-7). Em todos os casos com pós-graduação lato sensu (especialização) na área afim ou em educação.

Engenharia Ambiental e Sanitária: Bacharelado em Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária e Ambiental ou Engenharia Ambiental e Sanitária ou Engenharia Agrícola e Ambiental ou Bacharelado em Ciências Ambientais ou Tecnologia em Saneamento Ambiental ou Tecnologia em Gestão Ambiental. Em todos os casos com pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área afim ou em educação.

Informática (Campus Alegre): Graduação nas modalidades de Licenciatura ou de Bacharelado ou de Tecnólogo nos seguintes cursos: Informática ou Ciência da Computação ou Sistemas de Informação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Engenharia da Computação ou Engenharia Elétrica ou Engenharia Eletrônica ou Engenharia de Controle e Automação ou Engenharia Mecatrônica ou Engenharia de Software ou Processamento de Dados ou Redes de Computadores ou Jogos Digitais ou Banco de Dados. Em todos os casos com pós-graduação lato-sensu em Informática ou Educação.

topo ↕

BEM NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) estarão abertas a partir de segunda-feira (15), pela página do programa na internet. O lançamento oficial do Prêmio ocorrerá no mesmo dia, às 15h, em solenidade no Ministério da Educação. O período de inscrição fica aberto até 31 de maio e espera-se superar o número de inscritos da edição anterior que foi de 4.040.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se

inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional. O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do Ministério da Educação, juntamente com instituições parceiras, que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Para o MEC, registrar uma experiência, um processo vivido ou mesmo uma conversa entre alunos e professores é uma forma de sistematizar o conhecimento do professor. Assim, além de participar do processo de premiação, os professores desenvolvem um exercício de reflexão sobre a própria prática, o que garante o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, independentemente do processo de seleção, a participação dos professores é um caminho para a busca da qualidade na educação, compromisso de todos os educadores.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

Leia mais: Presidente da AMM ministrará palestra sobre Pacto Federativo e FEX para vereadores

Etapas – O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

Uma das 30 finalistas do ano passado, a professora Maria de Lourdes Severino Cosmo, da escola CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, que fica na área rural de Planaltina (DF), acredita que o Prêmio Professores do Brasil é um grande incentivo e reconhecimento para a categoria. "Eu já poderia estar até aposentada porque eu já tenho os pré-requisitos para aposentar. E muito pelo contrário, me deu uma energia e um gás novo. Não penso em me aposentar tão cedo agora."

Com foco no incentivo à leitura dos alunos, o projeto **Plantando histórias**, colhendo frutos foi um dos vencedores da etapa regional. "Eu queria desenvolver neles o gosto pela leitura, o gosto pela escrita. O projeto foi uma forma de eu trazer para eles momentos de leitura e de oralidade para que eles pudessem tomar gosto pela coisa. E isso realmente aconteceu. Com o uso de um palanquinho, numa rotina da turma, eu apresentava um texto novo para a turma e eles faziam uma leitura silenciosa, depois eles faziam uma ilustração do texto e, na sequência, a gente partilhava e começava a leitura. Era o dia inteiro dedicado à leitura", explicou a professora.

Leia mais: Obras iniciadas: Avenidas Lions e Inácio Bittencourt terão iluminação em LED

Para a professora Vandete Pereira Lima, da Escola Classe 08, do Cruzeiro (DF), que também foi uma das vencedoras do ano passado, o Prêmio Professores do Brasil representa, além da valorização do trabalho da categoria, uma forma de compartilhar experiências. "A gente tinha que estar falando das nossas experiências para as outras pessoas em muitas oportunidades. Seria importante a gente contar para o outros. As nossas experiências em sala de aula têm que ser compartilhadas. Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento para conversar com nossos pares sobre essa realização bem-sucedida, premiada, e ter as oportunidades criadas pelo MEC para essa troca de ideias", afirmou ela.

topo ↕

FAPEG - NOTÍCIAS

Prêmio Capes de Tese 2019 recebe inscrições até maio

Foi publicado nesta quinta-feira, 11, no Diário Oficial da União (DOU), o Edital nº 6/2019, que trata sobre o Prêmio **Capes** de Tese 2019. Conforme o documento, as inscrições estão abertas até o dia 31 de maio e podem ser feitas pelo site <http://pct.capes.gov.br/index.php/inscricao>.

A 14ª edição da seleção vai premiar as melhores teses de doutorado defendidas em 2018, selecionadas em cada uma das 49 áreas de avaliação reconhecidas pela **Capes**. Além do grande prêmio oferecido com os institutos Serrapilheira e Ayrton Senna, há premiações especiais, concedidas em parceria com a Comissão Fulbright e a Fundação Carlos Chagas.

Para a seleção, as comissões avaliadoras consideram a originalidade do trabalho e sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação.

Além dos autores das teses selecionadas, serão premiados também seus orientadores, coorientadores e o Programa de Pós-Graduação (PPG) no qual foi defendida.

A cerimônia do Prêmio **CAPES** de Tese 2019 está prevista para o dia 12 de dezembro, em Brasília.

Critérios

Podem concorrer teses que estejam disponíveis na Plataforma Sucupira da **Capes** e tenham sido defendidas em 2018, necessariamente no Brasil – mesmo em casos de cotutela ou outras formas de dupla diplomação –, em PPGs que tenham tido, no mínimo, três teses de doutorado defendidas durante o ano.

CCS/Capes

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFU recebe R\$ 12,9 milhões para bolsas de pesquisa e plano de internacionalização

Recurso chega em boa hora já que instituição estava com pesquisas ameaçadas pela crise financeira. Intercâmbios devem ser feitos por todo o mundo.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) confirmou a liberação de R\$ 12,9 milhões para serem investidos em bolsas de pesquisa e missões de trabalho nos próximos quatro anos.

O recurso chega em um bom momento para a UFU já que o corte financeiro das principais instituições de fomento federais e estaduais colocou recentemente em risco as pesquisas científicas e a continuidade dos estudos de mestrado e doutorado na universidade.

Segundo o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFU, Carlos Henrique de Carvalho, o aporte garante continuidade de pesquisas ameaçadas. “Depois da crise e cortes anunciados nos recursos da Fapemig e CNPq, este valor vem em ótimo momento”, afirmou.

Carvalho explicou, ainda, que o recurso permite a troca de conhecimento e intercâmbio com cientistas de todo o mundo. “Podemos agora colocar nossos pesquisadores em todos os continentes e trazer doutorandos de outros países para a UFU”, acrescentou.

De acordo com a UFU, os recursos já estão disponíveis pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o processo de liberação das 100 bolsas do edital já está em andamento.

Um dos objetivos é incentivar a formação de redes de pesquisas para internacionalizar e aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação.

Recurso

A universidade foi uma das 36 instituições do país que tiveram os planos de internacionalização aprovados pela **Capes**.

O apoio da **Capes**, órgão do Ministério da Educação, é dirigido à construção e consolidação de planos estratégicos das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento escolhidas.

O programa institucional da UFU envolve áreas de Tecnologias Convergentes e Recursos Ambientais, Dinâmica Social, Qualidade de Vida e Saúde.

topo ↕

NATAL PRESS - TEMPO REAL

Metrópole Digital realiza Natal Bioinformatics Fórum

O Centro Multiusuário de Bioinformática (BioME), do Instituto Metrópole Digital (IMD), vai realizar, entre os dias 15 e 17 de abril, o Natal Bioinformatics Forum, evento que reunirá reconhecidos pesquisadores nacionais e internacionais da área. O evento é destinado a alunos de graduação e pós-graduação na área, bem como pesquisadores e

profissionais desse campo, além de pessoas de outras áreas que possuam afinidades com a temática.

O Fórum contará com a participação de palestrantes de diversas universidades e institutos de pesquisas do mundo, como Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, Espanha, China e Brasil. Um de seus objetivos é possibilitar o diálogo entre acadêmicos, profissionais e setor corporativo e industrial da área, trazendo discussões acerca das principais perspectivas e avanços na pesquisa de bioinformática. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de conhecer e divulgar estudos de ponta em bioinformática, além de promover a interação entre as comunidades científicas do Brasil e do exterior e identificar as áreas promissoras de investimento e de pesquisa.

Programação

O Natal Bioinformatics Forum acontecerá no Golden Tulip Natal, em Ponta Negra, com uma programação diversificada e interdisciplinar e com temas que promovem uma conversação entre a bioinformática e diversas áreas, o que deve surgir, por exemplo, nos seguintes simpósios: Bioinformática aplicada à Genômica/Proteômica, Bioinformática aplicada à Biologia de Sistemas e Bioinformática aplicada à saúde.

Em seus três dias de programação, o Fórum ainda vai oferecer uma série de palestras, debates, mesas-redondas, sessão de pôsteres e exposições de trabalhos, trazendo os seguintes temas: Bioinformática na Indústria, Bioinformática e Big Data e Inovação em Natal: uma perspectiva de bioinformática.

O Fórum recebe apoio do Instituto de Bioinformática e Biotecnologia (2Bio), da rede Biologia Sistêmica do Câncer (BSC), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, da Pós-Graduação em Bioinformática (PPG-Bioinfo), IMD e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), além de financiamento do BioME. Saiba mais sobre o evento em seu site.

topo 

ORIXI NOTÍCIA - TEMPO REAL

Ufopa terá doutorado em rede em Educação na Amazônia

Aprovado pela Capes o primeiro doutorado em educação em rede do Brasil, denominado Educação na Amazônia (EducaNorte).

A rede é formada por 40 pesquisadores de oito universidades federais e uma universidade estadual da região Norte. Além da Ufopa, integram a rede as universidades federais do Pará (UFPA), do Amazonas (Ufam), do Tocantins (UFT), do Acre (UFAC), do Amapá (Unifap), de Roraima (UFRR), de Rondônia (Unir) e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

Anualmente, serão abertas no total 50 vagas para a formação de novos doutores, estudando, prioritariamente, a educação na Amazônia. A Ufopa será uma das instituições polo do EducaNorte e contará com 8 vagas. A intenção é acelerar o processo de formação e ampliar o número de novos doutores nessa área, fortalecendo uma rede de pesquisadores qualificados que compreendem a educação regional de forma integrada.

O doutorado teve o apoio efetivo do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa da Região Norte (Forprop-Norte) e está estruturado em torno de três linhas de pesquisa, que são

subáreas específicas da área de Educação: 1) Formação do Educador, Práxis Pedagógica e Currículo; 2) Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação; e 3) Saberes, Linguagem e Educação.

topo ↕

PAVA BLOG - TEMPO REAL

Evangélicos são de direita ou de esquerda?

Publicado na Carta Capital

Nas reflexões e análises relacionadas ao mundo evangélico, tenho insistido que não é possível referir-nos aos evangélicos brasileiros como um grupo único.

O amplo apoio deste segmento religioso à eleição do presidente da República Jair Messias Bolsonaro e a participação de algumas lideranças na composição do governo acabou servindo para confirmar um certo senso comum de que evangélicos são sinônimo de conservadorismo.

Quem se interessa em refletir e dialogar com este complexo segmento, precisa, no entanto, enxergar além desta equação. Se houve e ainda há amplo apoio a um governo ultraconservador da parte de evangélicos, há também uma significativa reação a ele no mesmo grupo, com uma oposição que não pode ser desprezada.

A polarização entre evangélicos conservadores e evangélicos progressistas é histórica (tenho escrito muito sobre ela aqui) e se concretiza não apenas em disputas discursivas. Nos contextos de hegemonia conservadora, passados e presentes, há episódios de confrontos, perseguições e expurgos.

No tempo presente, pesquisas do Datafolha indicaram que sete em cada dez evangélicos votaram em Bolsonaro, embora apenas quatro entre dez ainda lhe reservem apoio após três meses de um governo marcado por críticas. Entretanto, seguindo as trilhas históricas, o polo progressista garante sua expressão, evidenciando a polarização. Dois eventos ocorridos na última semana ilustram bem o que estou dizendo.

Em 4 de abril, foi realizado o Segundo Encontro de Intercessão (Oração) pela Nação. O evento, realizado em um hotel de Brasília, reuniu 140 líderes evangélicos, entre pastores, empresários e magistrados (uma nova e significativa elite do segmento que merece ser refletida). Lá participaram os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Damara Alves (Mulher, Direitos Humanos e Família), o advogado-geral da União, André Mendonça, mais quatro secretários-executivos do governo, o presidente da Bancada Evangélica, Pastor Silas Câmara (PRB/AM), e o presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do MEC), **Anderson Correia**.

Contrapontos

Os temas centrais foram o apoio à chamada Reforma da Previdência, críticas ao STF e a estabilização do Ministério da Educação. Os organizadores avaliaram como bem sucedido o evento de apoio ao governo federal por ter reunido líderes influentes de várias denominações evangélicas entre tradicionais e pentecostais.

No dia seguinte, sexta-feira, 5 de abril, teve início o I Encontro Nacional de Evangélicos e Evangélicas do Partido dos Trabalhadores (PT), com a participação de cerca de 100

pastores e leigos de 12 estados do Brasil.

Com programação até o dia 6 de abril, o evento, realizado num centro de formação católica em São Paulo, avaliou criticamente o distanciamento do PT não só dos evangélicos, mas das bases populares e pensou formas de o partido se aproximar deste segmento religioso e de retomada dos trabalhos de base.

Participaram do encontro a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, a deputada federal evangélica Benedita da Silva e outras lideranças do partido e de movimentos de esquerda.

No fim, os participantes apresentaram um documento enviado à direção nacional do partido, com suas ponderações, e uma Carta Aberta às Evangélicas e Evangélicos e ao Povo Brasileiro Pela Libertação do Presidente Lula, em defesa da Democracia e pelos direitos do povo trabalhador Brasileiro.

Como qualquer outro eleitor

O cientista da Religião Edin Sued Abumanssur, convidado para um estudo, afirmou: “Os evangélicos não são nem de direita nem de esquerda. Dizer que os evangélicos elegeram Bolsonaro é um equívoco. Quem os evangélicos ajudaram a eleger no Maranhão? Um governador do PCdoB. As razões para o evangélico votar em A ou B são as mesmas razões para qualquer um votar em A ou B. O evangélico não votou no Bolsonaro porque é evangélico, votou porque 57 milhões votaram no Bolsonaro”.

Este é um dos muitos encontros realizados, frequentemente, Brasil afora, com evangélicos vinculados a partidos de esquerda e movimentos sociais. Como era de se esperar, a divulgação gerou muitas críticas de lideranças religiosas, relacionadas ao evento de Brasília, alegando que evangélicos “de verdade” não apoiam a esquerda, pois “são conservadores”.

Esta afirmação é falaciosa, pois busca, no grito, negar e silenciar a pluralidade própria dos diferentes grupos religiosos, que se dá na variedade de teologias e doutrinas, na diversidade das vivências em comunidades religiosas e nas múltiplas formas de atuação social que a fé estimula.

É urgente superar a apresentação dos evangélicos como um grupo homogêneo, rechaçando tendências unificantes de um segmento religioso que é mais do que plural.

A homogeneização dos evangélicos só interessa a quem age para instrumentalizar a religião para projetos de poder. Ao contrário disso, exercer a fé na política exige fidelidade aos princípios do Evangelho do amor, da paz com justiça, da misericórdia, do despojamento e da tolerância em meio às diferenças.

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Presença de militares em cargos de chefia causa nova crise no MEC

A disputa, nesse momento, ocorre na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), que tem militares em cargo de chefia, o que teria incomodado o indicado de Weintraub

Weintraub usou da carta branca concedida por Jair Bolsonaro na solenidade de posse, no Palácio do Planalto, para nomear seus imediatos

A disputa interna no Ministério da Educação ganhou mais um capítulo. Dessa vez sob a chefia do novo ministro, Abrahan Weintraub. Silvio José Cecchi, nomeado para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) teria se recusado a assumir o cargo sem levar a própria equipe. Ele é o único dos indicados de Weintraub que já tinha trabalhado no MEC. O Correio apurou que o problema seria justamente a concorrência com os militares, que não foram exonerados.

Weintraub precisará apagar esse incêndio logo, antes que sua gestão fique ainda mais parecida com a do antecessor, Vélez Rodríguez. Os dois já guardam pelo menos duas características em comum: admiração pelo escritor Olavo de Carvalho, guru de Bolsonaro e responsável pela indicação do ex-ministro, e um corpo técnico de pessoas, em sua grande maioria, sem relação com gestão em educação.

Os militares, por sua vez, parecem fazer um papel duplo na pasta. Disputaram espaço com olavistas e, agora, supostamente, com os indicados de Weintraub, que é ligado ao escritor. Logo, fazem parte da crise. Por outro lado, porém, são eles que botam a pasta para funcionar quando a coisa aperta.

Reforça a teoria da disputa as nomeações publicadas esta sexta (12) na seção 2 do Diário Oficial da União, com atos de contratação e exoneração executados pela Casa Civil. Onyx Lorenzoni, que indicou Weintraub, exonera Marco Antônio Barroso Faria da Seres, mas não nomeia ninguém para o cargo. O mesmo acontece com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Já Arnaldo Barbosa de Lima Junior assume a Secretaria de Educação Superior (Sesu) no lugar de Mauro Luiz Rabelo, exonerado no mesmo ato.

A assessoria de imprensa do MEC disse, por e-mail, não ter essa informação. Os nomes sugeridos por Weintraub foram motivo de crítica de especialistas. Conforme o Correio publicou quinta (11). Cinco dos seis nomes anunciados vieram da área da economia. “Quando eu vi os currículos dos nomeados, fiquei muito assustada com todos eles. Veio-me à mente que o antigo nome da pasta ‘Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública’, quando foi criada, em 1930, seria mais adequado para esta equipe”, disse Catarina de Almeida Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

“Ele trouxe pessoas do meio em que ele andou, gente que não é da educação, e educação não é lugar para amadores”, completou a professora. Nenhum deles tem experiência com educação, exceto Silvio José, que já chegou a trabalhar no MEC”, afirmou o doutor em psicologia da educação e pesquisador do Instituto Expert Brasil, Afonso Galvão, fazendo menção, justamente, ao indicado de Weintraub.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inpa abre inscrições para seleção de Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido Prova será realizada no dia 18 de junho; aulas começarão em agosto.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC) abriu o processo seletivo para 14 vagas no Programa de Pós-Graduação em Agricultura no Trópico Úmido (PPG-ATU), em nível de mestrado. As aulas começam em agosto deste ano.

As inscrições seguem até 10 de maio. Os interessados devem realizar as inscrições na Secretaria Adjunta da Pós-Graduação do Inpa, no campus III – Inpa, localizada na Av. Ephigênio Salles, 2239 (acesso pela Av. da Lua s/n Conjunto Morada do Sol), CEP: 69083-000, Aleixo. Os candidatos têm a opção de enviar os documentos de inscrição digitalizados em formato PDF, para o e-mail: selecaoppgatu@gmail.com.

A prova de conhecimento será realizada no dia 18 de junho, às 8h30, com duração de quatro horas. A avaliação de suficiência em língua inglesa acontecerá às 15h do mesmo dia, com duração de duas horas.

Para os candidatos não residentes em Manaus, a comissão de seleção pode considerar a possibilidade de realizar as provas nas mesmas datas e horários das realizadas em Manaus. Os interessados devem se manifestar até o dia 30/04/2019, através de uma mensagem para o e-mail selecaoppgatu@gmail.com.br, com o assunto “Prova seleção PPG-ATU outra localidade”. Os locais das provas serão definidos conforme a localidade da residência dos selecionados.

O processo seletivo constará com cinco fases, sendo respectivamente: análise documental da inscrição, prova escrita de conhecimento, prova de suficiência em língua inglesa, todas eliminatórias. As outras duas são análise curricular e classificação em ordem decrescente, que são fases classificatórias.

Os candidatos aprovados terão até o dia 23 de Julho de 2019 para realizar a matrícula. Caso haja desistência, a vaga será preenchida por outro candidato aprovado, conforme a ordem de classificação obtida na avaliação, respeitando-se as notas mínimas exigidas nas provas. Se houver novas disponibilidades de orientação, poderão ser abertas vagas adicionais, destinadas aos candidatos que tenham ficado em lista de espera.

A finalidade do PPG-ATU é qualificar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento da agricultura sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MP do Ensino Domiciliar entra na briga nas discussões do Congresso Deputados têm até 120 dias para votar e aprovar o texto em meio aos debates da reforma da Previdência e pacote anticrime

O governo federal enviou ao Congresso o texto da Medida Provisória do ensino domiciliar. A MP foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante a cerimônia no Palácio do Planalto que marcou a passagem dos 100 dias de governo e amplia o debate sobre o homeschooling, como também é chamado. A questão agora é a corrida contra o relógio para a votação.

O texto enviado ao Congresso deve ser votado e aprovado em até 120 dias para virar lei. Caso contrário, perderá a validade. E chega à Câmara em um momento conturbado. Deputados discutem pontos da Reforma da Previdência. O governo articula para conseguir os 308 votos necessários para aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) em dois turnos.

Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara, afirmou nesta semana em um evento nos

Estados Unidos que "precisamos melhorar o encaminhamento da reforma" declarou. "(A reforma) atrasou um pouco, atrasará um pouco mais que necessário, mas vai tomar rumo."

O próprio Maia teve um desentendimento com Sergio Moro. O ministro da Justiça e Segurança Pública enviou ao Congresso o seu pacote anticrime e após uma série de troca de farpas, que envolveu o presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Maia e Moro chegaram a um acordo para que as discussões da Reforma da Previdência e Pacote anticrime sejam feitas simultaneamente.

Uma Frente Parlamentar Mista da Educação presidida pela deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO) foi criada com o objetivo de dar continuidade ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O fundo que financia a educação básica no Brasil.

Nesse contexto chega ao Congresso a Medida Provisória que regulamenta o Ensino Domiciliar. Para Ricardo Dias, presidente da Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar) "o projeto de lei foi pedido com urgência, o que significa uma tramitação mais rápida do que os processos onde não há pedido de urgência", diz. "A gente aposta que o Congresso vai se sensibilizar e vamos conseguir a aprovação em tempo hábil".

A polêmica Medida Provisória

O texto da Medida Provisória traz os requisitos mínimos que os pais ou responsáveis legais deverão cumprir para exercer essa opção, tais como o cadastro em plataforma a ser oferecida pelo MEC (Ministério da Educação) e a possibilidade de avaliação.

Na prática, tanto aqueles que defendem a medida como aqueles que são contra questionam a proposta. "Em uma primeira análise muito superficial porque só tivemos acesso ao texto ontem à tarde, vimos que tem algumas medidas positivas, mas outras deverão ser revistas, discutidas no Congresso, vamos propor emendas para que fique mais ajustada à modalidade de educação domiciliar", avalia o diretor da Aned.

Para a diretora executiva do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) Mônica Gardelli Franco muitas perguntas precisam de respostas. "Precisamos de mais detalhes para entender melhor essa MP como, por exemplo, quais serão os critérios para a avaliação do projeto pedagógico enviado ao Ministério da Educação? Como será na prática o acompanhamento dessas famílias? O MEC terá gente suficiente para isso? Uma mesma família poderá compartilhar o mesmo projeto?"

Questões que devem ser respondidas pelos deputados em meio aos debates da Reforma da Previdência, pacote anticrime e a verbas do Fundeb.

CORREIO POPULAR – SP - COLUNAS

O desprezo pela educação

Ao tomar conhecimento que temos um novo ministro da Educação designado pelo presidente da República, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, fui conhecer seu currículo Lattes que evidencia ausência de título de doutorado.

É claro que pode haver técnico sem doutoramento e com experiência em gestão, então, fui conhecer também sua atuação acadêmica e experiência em gestão educacional.

Não há informação no referido currículo de qualquer experiência no campo da educação ou de gestão educacional. Pode-se argumentar que a educação é desprezada novamente por Bolsonaro. Digo novamente porque a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez em tão pouco tempo é o reconhecimento de Bolsonaro de que fez escolha errada. Sim, foram três meses de desperdício de dinheiro, de tempo e de aborrecimento de parte da sociedade brasileira que deseja melhora para o país!

Há informação de que Weintraub é docente da Unifesp: "Membro suplente do comitê de horário de Contábeis" e "professor responsável pelo estágio supervisionado obrigatório dos alunos de Contábeis", desde 2015. Causa estranhamento, porém, que um professor de Universidade Federal, em 40h/semanais, não desenvolva projeto de pesquisa. É isto mesmo, não há informação em seu currículo Lattes do projeto de pesquisa em desenvolvimento. Não há qualquer informação sobre projeto de pesquisa, nem anterior.

Ao verificar sua produção acadêmica, há apenas 4 artigos publicados, sendo 50% deles na Revista Brasileira de Previdência, qualificada como B4 no sistema Qualis **CAPES**. Outros 50% dos artigos, isto é, 2, foram publicados na Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, classificada com B5. Não há livros publicados e nem capítulos de livros. Pode-se afirmar que a produção declarada em seu currículo é inexpressiva. O sistema We-bQualis, hierarquicamente, apresenta-se assim: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Há ainda informação de que se trata de diretor executivo do Centro de Estudos em Seguridade. Então, parece haver alguma experiência, mesmo que não qualificada cientificamente, no campo da seguridade e previdência. No campo educacional, a experiência é equivalente a do ministro demitido, Vélez Rodríguez! Portanto, o presidente Bolsonaro demonstra, novamente, incapacidade na escolha do ministro da Educação. Será preciso sorte e torcida, porque competência técnica não há ali!

topo ↕

O ESTADO - MS - OPINIÃO

A educação brasileira

Landes Pereira

Economista com doutorado; é professor universitário.

Polêmica educacional de um país é composta de três subsistemas integrados e harmônicos: educação, instrução e cultura. A educação diz respeito à formação da "superestrutura ideológica" de um povo; a instrução é responsável pela qualificação da infraestrutura operacional da nação e a cultura permeia todo o processo. O professor A. Cochin comenta a respeito: "A instrução é mais especialmente a aprendizagem da ciência, a educação é a aprendizagem da vida; a instrução desenvolve e enriquece a inteligência, a educação dirige e fortifica o coração; a instrução forma o talento; a educação, o caráter. A missão da educação é mais elevada, mais difícil a sua arte".

Considerando essa contextualização, seria o caso de perguntar quais os papéis do Estado, da Escola, da Família, dos professores, das instituições filosóficas e culturais no sistema educacional de um país. Arremate-se a questão perguntando se o professor é um educador, ou a sua função é a de apenas instruir seus alunos com o máximo de conhecimento possível para facilitar seu sucesso no mercado de trabalho?

O professor Armindo Moreira publicou o livro "Professor não é Educador", ressaltando que "educar é promover, na pessoa, sentimentos e hábitos que lhe permitam adaptar-se e ser feliz no meio em que há de viver, por outro lado, instruir é proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam à pessoa ganhar seu pão e seu conforto com facilidade". Cabe aos governantes oferecer instrução ao povo e, ao mesmo tempo, gerar condições favoráveis para que a família, a escola e demais instituições possam educar seus filhos, transformando o professor em educador.

Bolsonaro, ao entregar o Ministério da Educação ao colombiano Ricardo Vélez Rodrigues, desperdiçou os primeiros cem dias de seu governo e prejudicou, profundamente, a educação brasileira. A cúpula do MEC indicada por pastores neopentecostais, discípulos do astrólogo Olavo de Carvalho, donos de faculdades privadas, oficiais reformados que nunca entraram em sala de aulas para ensinarem "paisanos", foi uma das piores da história do MEC. Era um verdadeiro "circo de horrores" onde só se pensava em "nazificar" o país, inclusive mudando os registros históricos da nação.

Na segunda-feira Vélez foi exonerado, depois de enfrentar uma crise iniciada em sua posse, com disputas internas entre grupos adversários, recuos, explicações esfarrapadas e exonerações inexplicadas. Apesar de ser uma boa notícia, não é motivo para comemorações, em se considerando o perfil de seu sucessor. O presidente Bolsonaro deu posse ao economista Abraham Weintraub, mestre em Administração Financeira e ex-secretário executivo da Casa Civil, no cargo de ministro da Educação.

Abraham, apesar de ser professor na Unifesp, fez sua carreira no mercado financeiro, com mais de 20 anos de atuação no setor bancário, passando pela Quest Investimentos e Banco Votorantim, entre outras instituições. Ele queria ficar na área econômica, mas Paulo Guedes não o convidou para fazer parte da equipe, ele então foi acolhido por Onix Lorenzoni na Casa Civil. É militante de direita, ligado a Olavo de Carvalho e defende o combate frontal para extinção do "marxismo cultural nas universidades".

Weintraub é conhecido pelo codinome de "caçador de esquerdista" e em sua primeira entrevista coletiva, atacou os eleitores do PT dizendo: "Uma pessoa que sabe ler e escrever e tem acesso à internet não vota no PT". Em Foz de Iguaçu, por ocasião da Cúpula Conservadora das Américas, o novo ministro disse: "Quando um comunista chegar para você com o papo "nhoim nhoim", xinga. Faz como o Olavo de Carvalho diz para fazer. E quando você for dialogar, não pode ter premissas racionais".

O astrólogo mandou um recado para seu discípulo: "Desejo toda sorte do mundo ao ministro Weintraub, e só advirto: se aparecer algum Croquetti dando palpite, esconda-se no banheiro...".

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

Ensino domiciliar prevê cadastro

PROPOSTA O Projeto de Lei do Governo Bolsonaro sobre ensino domiciliar prevê cadastro de alunos e avaliações anuais pelo Ministério da Educação. Caso o aluno seja reprovado por dois anos consecutivos, perderá o direito de participação no modelo. O Governo desistiu de enviar medida provisória ao Congresso. O motivo foi o cenário instável do Planalto com o Poder Legislativo.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

Ensino domiciliar será através de PL

Pela proposta, pais serão responsáveis pela elaboração do plano pedagógico dos filhos

100 DIAS

Agência O Globo

Para celebrar a marca dos 100 dias de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou, nesta quinta-feira (11), durante solenidade no Palácio do Planalto, um conjunto de 18 atos que atendem diversas áreas, de Educação a Esportes, por exemplo. Um deles trata-se de um projeto de lei (PL) para regulamentar o ensino domiciliar (homeschooling) no Brasil. Por se tratar de um PL, o texto precisa ser aprovado no Congresso Nacional. Outra novidade anunciada foi o incremento de R\$ 70 milhões no orçamento anual do Bolsa Atleta. O fato acontece um ano antes da realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Com relação ao ensino domiciliar, a proposta inicial era de que seria via medida provisória (MP), mas, segundo o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), a mudança foi para evitar que o governo sofresse uma derrota com a derrubada da MP no Congresso, já que o tema encontra resistência, principalmente entre os partidos de esquerda.

“A ideia era dar essa possibilidades aos pais, mas a medida provisória tinha riscos que não era razoável o governo correr em proteção às crianças (já que, caso a MP caducasse, o processo voltaria ao estágio atual, sem poder ter educação escolar)”, disse Onyx.

A MP da homeschooling, uma das bandeiras do governo, era uma das metas prioritárias de Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, para os primeiros cem dias da gestão de Bolsonaro. O texto estava sendo elaborado em conjunto com técnicos do ministério da Educação (MEC).

O chefe da Casa Civil observou que o projeto de lei enviado pelo Executivo pode ser anexado a propostas semelhantes que tramitam na Câmara, com parecer favorável na Comissão de Educação, o que aceleraria o trâmite. “Uma proposta como as famílias educarem seus filhos vai ter grandes obstáculos. Nós acreditamos que (o projeto de lei) vai ser aprovado, mas bota uma MP com todos os artifícios regimentais (...) E se ela caduca, cai por decurso de prazo? E as famílias que optaram por esse método? E as crianças que, afinal, são o que há de mais importante? Elas vão ficar sem salvaguarda? Elas vão perder aquele ano escolar?”, disse.

O projeto de lei indica os requisitos mínimos que os pais ou responsáveis legais deverão cumprir para optar pela educação familiar. Entre as exigências está o cadastro em plataforma do Ministério da Educação e a possibilidade de avaliação.

Também nesta quinta, o governo anunciou que vai editar um decreto que institui a

Política Nacional de Alfabetização (PNA), resultado de estudos realizados desde janeiro por um grupo de trabalho que se baseou em experiências internacionais, de países como Inglaterra, Estados Unidos, Portugal e França.

O objetivo do plano é estabelecer diretrizes para as futuras ações e programas do governo visando “uma drástica redução do analfabetismo”.

BOLSA ATLETA

Neste ano, o Bolsa Atleta receberá um incremento de R\$ 70 milhões no orçamento anual, além de propostas de mudanças nas categorias e valores pagos aos beneficiários do programa. Inicialmente, o orçamento previa R\$ 53,6 milhões para o Bolsa Atleta em 2019, e agora o valor total será de R\$ 123,6 milhões.

O Ministério da Cidadania publicou, na edição do Diário Oficial, uma lista com 3.142 novos atletas que serão contemplados – hoje, o programa atende a 3.058 nomes. Além das ações já implementadas, o governo afirmou que vai enviar ao Congresso um projeto de lei propondo reajustes nas bolsas e a possibilidade de escalonamento dos valores pagos, a depender dos resultados obtidos nas competições.

topo ↕

O DIA - RJ - OPINIÃO

A bagunça do MEC

A bagunça no Ministério da Educação é quase criminosa, pois posterga decisões importantes e enraíza a atmosfera de incerteza em uma pasta que não pode errar

Rio - Desde o início do ano, viemos acompanhando, atônitos, à confusão que se instaurou em uma das pastas mais importantes do país, o Ministério da Educação. Em três meses, foram mais de doze baixas, incluindo o diretor do INEP (órgão responsável pelo ENEM, o maior vestibular do Brasil) e o próprio ministro, Ricardo Vélez, que na última segunda-feira (8), foi convidado a se retirar com direito a agradecimento via Twitter pelos serviços prestados.

Que o MEC, em 100 dias, não apresentou nenhuma proposta e nenhum projeto de fato, isso todo mundo já sabe. Tabata Amaral, do alto dos seus 25 anos, deu uma verdadeira lição de como se faz gestão e como se planeja educação para pessoas com o dobro da sua idade – e a metade do seu discernimento. O vídeo viralizou e a batata do Veléz esquentou ainda mais, até que a situação se tornou insustentável de vez. O novo ministro, Abraham Weintraub, apesar de não ter nenhuma experiência com educação, é a nova aposta do governo e ganha um voto de confiança – desconfiado – da população. Espera-se, ao menos, que proponha mais do que “revisar todas as questões do ENEM”.

No entanto, há algo que preocupa mais do que o mito do tal marxismo cultural ou o a nova pegada anti-globalismo que vivemos. Me preocupa que pessoas entrem, pessoas saem, e nada parece, efetivamente andar. O ENEM já tem data e edital, mas vive num espectro de incertezas. A Reforma do Ensino Médio já foi homologada, mas está mais no campo das ideias e das preocupações do que nas ações e instruções do ministério. Parece que, muitas vezes, as coisas são resolvidas no grito. Os governantes falam alguma coisa absurda no campo da educação, a população reclama, e eles voltam atrás dizendo que não foi bem assim. O problema é que, em educação, é sempre bem assim. Qualquer ação efetiva demora para gerar resultados, o que é natural, então essa bagunça no Ministério é quase criminosa, pois não só posterga decisões e medidas importantes,

como também enraíza a atmosfera de incerteza em uma pasta que não pode errar.

Precisamos de mais certeza e menos dúvida. Mais ações e menos brigas internas e conflito de egos. Mais medidas e menos Twitter. Para citar Tabata mais uma vez: onde estão os projetos? Em 100 dias, gostaríamos, ao menos, de ver que estamos indo para algum lugar – mas não qualquer lugar, evidentemente. Uma primeira boa medida do novo ministro poderia ser, então, uma bem básica: ouvir. Ouvir escolas, educadores, profissionais do ensino. O que eles querem? Quais são as demandas ou preocupações? Afinal, a educação é feita por eles e com eles – e não em meia dúzia de posts briguentos em redes sociais.

topo ↕

O POVO - CE - COLUNISTAS

A UFC e o ranking do compromisso

Mais comumente, os rankings que avaliam o desempenho das universidades costumam aferir a produção científica, registro de patentes, qualificação do corpo docente e outros aspectos que denotam compromisso com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Em anos recentes, a Universidade Federal do Ceará tem-se distinguido em todos esses certames. Avaliados pelo MEC, 19 dos nossos programas de Pós-Graduação obtiveram nota 5, sendo assim considerados de excelência nacional, e 10 atingiram as notas máximas, 6 e 7, o que os qualifica como de padrão internacional. Ao mesmo tempo, a UFC voltou a se destacar no Índice Geral de Cursos, consolidando-se como a melhor universidade do Norte e Nordeste, com cinco cursos escalando o patamar dos 10 melhores do Brasil em suas áreas.

Tudo isso nos orgulha e incentiva a ir além. Assim é que aprofundamos o compromisso com o Ceará, sempre explorando o potencial da Instituição de promover mudanças positivas na sociedade. Resultado tangível de tal política veio agora, na forma de mais uma honrosa inserção nos rankings mundiais. A respeitada revista britânica Times Higher Education, após avaliar 462 universidades de 76 países, colocou a UFC em primeiro lugar no Brasil, empatada com três instituições de São Paulo. Dessa feita, os critérios de pontuação se detinham em temas como a promoção de ações de sustentabilidade, igualdade de gênero e políticas para a redução da desigualdade social.

São questões fundamentais e atualíssimas. Na UFC, elas se tornaram metas de uma gestão que prioriza a internacionalização, as parcerias com o governo e o terceiro setor, a inserção na comunidade e as mudanças no paradigma da formação dos alunos, de modo a sensibilizá-los para a realidade que os cerca. Nessa desafiadora vertente acadêmica, a Universidade Federal do Ceará se ombréia hoje com prestigiosas instituições que, mundo afora, trabalham para promover o bem-estar da população, assegurar educação de qualidade para todos, humanizar as cidades, combater as mudanças climáticas, promover a igualdade de gênero e o crescimento econômico inclusivo e sustentável, dentre outros desafios inadiáveis. Afinal, somos todos passageiros do mesmo planeta e, assim como as grandes instituições listadas pela Times Higher Education, persigamos os mesmos objetivos.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Perversidade sem fim, diz Valente sobre Reforma da Previdência

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) criticou a proposta de Reforma da Previdência que, se aprovada, reduzirá a distribuição de remédios, porque o governo quer evitar a judicialização da saúde; "Perversidade sem fim. Outro efeito

perverso da Reforma da Previdência será travar remédio do SUS via decisão judicial", disse

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) criticou a proposta de Reforma da Previdência que, se aprovada, reduzirá a distribuição de remédios, porque o governo quer evitar a judicialização da saúde. De acordo um trecho da proposta de aposentadorias, "nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido por ato administrativo, lei ou decisão judicial, sem a correspondente fonte de custeio total".

"Perversidade sem fim. Outro efeito perverso da Reforma da Previdência será travar remédio do SUS via decisão judicial", escreveu o parlamentar no Twitter.

O projeto altera o parágrafo 5º do artigo 195 da Constituição. O trecho trata do orçamento da seguridade social, que abrange saúde, Previdência e assistência social.

O parlamentar também denunciou um "descaso assustador" com universidades, pois uma portaria publicada no Diário Oficial da União indica o fim do Programa de Demandas Espontâneas e Induzidas (PDES) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

"Governo Bolsonaro opera a destruição da pesquisa no Brasil. Descaso que esse governo tem com a pesquisa é assustador. Nenhum país se desenvolve sem investimento em ciência e tecnologia", disse Valente.

Em nota enviada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a **Capes** afirmou que as demandas serão atendidas por outros programas e que os projetos em execução não serão afetados.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pós-Graduação em Psicologia da Unifor abre inscrições para prêmio Alunos do Doutorado em Psicologia contemplados irão receber ajuda de custo para participar de Eventos Científicos Nacionais.

A Universidade de Fortaleza realiza, entre os dias 15 e 17 de abril, as inscrições para concorrer ao Prêmio "Participação em Evento Nacional". A premiação, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), será custeada pelo Edital Estímulo à Cooperação Científica e Desenvolvimento da Pós-Graduação (Funcap-**Capes**).

A premiação visa possibilitar a participação de doutorandos em Psicologia em um Evento Científico de nível nacional, ligado à sua área de pesquisa. O programa vai contemplar dois alunos com o valor significativo de R\$1.500,00. A quantia é destinada aos gastos do estudante no Evento, no período de maio a dezembro de 2019.

Segundo a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Normanda Araújo de Moraes, o prêmio visa premiar alunos(as) que vêm se destacando ao longo do percurso do doutorado, sobretudo pela produção científica. "Ele parte do reconhecimento de que os alunos, juntamente com seus orientadores, têm um papel indispensável no processo de qualificação de um Programa de Pós-graduação", afirma.

Como participar?

Podem participar do edital os estudantes do Doutorado em Psicologia das turmas 6, 7, 8 e 9 que estiverem regularmente matriculados. Para participar, o aluno deve ter submetido ou pretender submeter um trabalho baseado na sua Tese em algum evento científico nacional, que seja notório em sua área de conhecimento.

Os interessados devem entregar o Formulário de Inscrição e documentos necessários dentro do prazo, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unifor, na sala B13. No ato da inscrição, é necessário a apresentação do Currículo Lattes atualizado e da Tabela de Pontuação do Currículo, ambos com as devidas comprovações.

O resultado vai ser divulgado no dia 26 de abril, após a documentação ser avaliada pela comissão selecionada pelo Colegiado do PPGP.

Serviço

Prêmio “Participação em Evento Nacional” para alunos de Pós-Graduação em Psicologia da Unifor

Inscrições: 15 a 17 de abril de 2019

Divulgação do resultado: 26 de abril

topo

PIAUI NOTÍCIAS - TEMPO REAL

PARFOR/UESPI lança Edital para seleção de professor formador

A Universidade Estadual do Piauí, por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, e por intermédio da Coordenação Geral do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, torna público o Edital N° 001/2019-PARFOR/UESPI que abre seleção para professores efetivos da UESPI (ativos e inativos) para atuar como professor formador do PARFOR.

As vagas destinam-se às disciplinas do 1º semestre de 2019, correspondente ao período letivo intensivo que ocorrerá de 01/07/2019 a 12/08/2019. A professora Msc. Elilian Basílio e Silva, coordenadora geral do PARFOR, afirma que o novo edital traz vagas referentes ao novo convênio PARFOR/CAPES para 14 turmas de licenciatura do PARFOR/UESPI, situadas em 26 municípios piauienses.

O seletivo está aberto para professor do quadro permanente da UESPI, em efetivo exercício em sala de aula; professor do quadro permanente da UESPI, que esteja cursando pós-graduação stricto sensu, e professor aposentado da UESPI. O docente não poderá estar recebendo bolsa das agências de fomento CNPq, CAPES, UAB e demais Programas financiados pelo FNDE.

As inscrições serão realizadas on-line no endereço eletrônico do site PARFOR/UESPI, a partir das 8h, do dia 22/04/2019, até às 23:59h do dia 26/04/2019.

A documentação exigida (item 2.9 do Edital N° 001/2019-PARFOR/UESPI) deverá ser DIGITALIZADA em um ÚNICO ARQUIVO (contendo em suas várias páginas toda a documentação mínima exigida) e salva EXCLUSIVAMENTE no formato PDF, devendo a mesma ser ANEXADA e ENVIADA no próprio formulário on-line

disponível no sistema de inscrição, obedecendo ao limite máximo de 20 megabytes por candidato.

O candidato selecionado deverá participar, obrigatoriamente, do I Encontro Pedagógico do PARFOR/UESPI que será realizado em Teresina (ver ANEXO II). O não cumprimento dessa norma implicará na substituição do docente.

As vagas remanescentes deste Edital serão ofertadas em um novo processo seletivo para professores efetivos, professores provisórios, técnicos efetivos e professores sem vínculo com a IES.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) estarão abertas a partir de segunda-feira (15), pela página do programa na internet. O lançamento oficial do Prêmio ocorrerá no mesmo dia, às 15h, em solenidade no Ministério da Educação. O período de inscrição fica aberto até 31 de maio e espera-se superar o número de inscritos da edição anterior que foi de 4.040.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional.

O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do Ministério da Educação, juntamente com instituições parceiras, que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Para o MEC, registrar uma experiência, um processo vivido ou mesmo uma conversa entre alunos e professores é uma forma de sistematizar o conhecimento do professor. Assim, além de participar do processo de premiação, os professores desenvolvem um exercício de reflexão sobre a própria prática, o que garante o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, independentemente do processo de seleção, a participação dos professores é um caminho para a busca da qualidade na educação, compromisso de todos os educadores.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

Etapas – O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

Uma das 30 finalistas do ano passado, a professora Maria de Lourdes Severino Cosmo, da escola CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, que fica na área rural de Planaltina (DF), acredita que o Prêmio Professores do Brasil é um grande incentivo e reconhecimento para a categoria. "Eu já poderia estar até aposentada porque eu já tenho os pré-requisitos para aposentar. E muito pelo contrário, me deu uma energia e um gás novo. Não penso em me aposentar tão cedo agora."

Com foco no incentivo à leitura dos alunos, o projeto Plantando histórias, colhendo frutos foi um dos vencedores da etapa regional. "Eu queria desenvolver neles o gosto pela leitura, o gosto pela escrita. O projeto foi uma forma de eu trazer para eles momentos de leitura e de oralidade para que eles pudessem tomar gosto pela coisa. E isso realmente aconteceu. Com o uso de um palanquinho, numa rotina da turma, eu apresentava um texto novo para a turma e eles faziam uma leitura silenciosa, depois eles faziam uma ilustração do texto e, na sequência, a gente partilhava e começava a leitura. Era o dia inteiro dedicado à leitura", explicou a professora.

Para a professora Vandete Pereira Lima, da Escola Classe 08, do Cruzeiro (DF), que também foi uma das vencedoras do ano passado, o Prêmio Professores do Brasil representa, além da valorização do trabalho da categoria, uma forma de compartilhar experiências. "A gente tinha que estar falando das nossas experiências para as outras pessoas em muitas oportunidades. Seria importante a gente contar para o outros. As nossas experiências em sala de aula têm que ser compartilhadas. Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento para conversar com nossos pares sobre essa realização bem-sucedida, premiada, e ter as oportunidades criadas pelo MEC para essa troca de ideias", afirmou ela.

[Acesse a página do Prêmio Professores do Brasil](#)

Assessoria de Comunicação Social - MEC (11.04.2019)

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Conheça o Ciência é 10, parte do Programa Ciência na Escola

Garantir que o ensino das ciências nas escolas seja enriquecedor, criativo, participativo e constantemente atualizado. Esse objetivo passa, é claro, pela formação continuada dos professores da rede pública de educação básica. Foi para isso que surgiu o Ciência é 10!, um curso de especialização promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** por meio de seu sistema de educação a distância,

a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Ciência é 10! faz parte do Programa Ciência na Escola, uma iniciativa que envolve os Ministérios da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

A iniciativa reúne diversas instituições públicas de ensino superior, secretarias municipais e estaduais de educação, escolas, professores e toda a comunidade escolar.

Saiba mais sobre o Ciência é 10! clicando aqui.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 11.04.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Prêmio CAPES de Tese 2019 recebe inscrições até maio

Foi publicado nesta quinta-feira, 11, no Diário Oficial da União (DOU), o Edital nº 6/2019, que trata sobre o Prêmio CAPES de Tese 2019. Conforme o documento, as inscrições estão abertas até o dia 31 de maio e podem ser feitas pelo site <http://pct.capes.gov.br/index.php/inscricao>.

A 14ª edição da seleção vai premiar as melhores teses de doutorado defendidas em 2018, selecionadas em cada uma das 49 áreas de avaliação reconhecidas pela CAPES. Além do grande prêmio oferecido com os institutos Serrapilheira e Ayrton Senna, há premiações especiais, concedidas em parceria com a Comissão Fulbright e a Fundação Carlos Chagas.

Para a seleção, as comissões avaliadoras consideram a originalidade do trabalho e sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação.

Além dos autores das teses selecionadas, serão premiados também seus orientadores, coorientadores e o Programa de Pós-Graduação (PPG) no qual foi defendida.

A cerimônia do Prêmio CAPES de Tese 2019 está prevista para o dia 12 de dezembro, em Brasília.

Critérios

Podem concorrer teses que estejam disponíveis na Plataforma Sucupira da CAPES e tenham sido defendidas em 2018, necessariamente no Brasil – mesmo em casos de cotutela ou outras formas de dupla diplomação –, em PPGs que tenham tido, no mínimo, três teses de doutorado defendidas durante o ano.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 11.04.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES integra Programa Ciência Na Escola

A CAPES vai implantar em todo o país o curso de Especialização em Ensino de Ciências – Anos finais do Ensino Fundamental “Ciência é Dez!”, voltado aos professores que ensinam esta disciplina do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A iniciativa faz parte do Programa Ciência na Escola, lançado nesta quarta-feira, 11, como

meta dos cem dias do Governo Federal.

O programa é uma ação dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), da Educação (MEC), da **CAPES** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A chamada para que as instituições participem será lançada ainda em abril.

O objetivo do Ciência na Escola é melhorar o ensino de ciências na educação básica, incentivar o aprendizado pela investigação, aumentar a qualificação de professores, estimular o interesse dos alunos pelas carreiras científicas e pelo uso de novas tecnologias, fortalecer a interação entre escolas e instituições de ensino superior, democratizar o conhecimento e popularizar a ciência.

O Ciência é Dez! irá oferecer quatro mil vagas em todo o Brasil, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferta curso a distância em mais de 900 polos. “A partir do atingimento desta primeira meta, nossa ideia é que o impacto sobre os estudantes da rede pública chegue a 400 mil alunos”, argumenta Carlos Lenuzza, diretor de Educação a Distância e Formação de Professores da Educação Básica da **CAPES**.

Para **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, “o Ciência é 10! se enquadra na proposta do Ministério da Educação de reconhecimento da **CAPES** como elo central do programa de formação de professores em nível nacional, nas esferas federal, estadual e municipal, a partir de parcerias.”

A diferença deste curso está na sua forma pedagógica. É uma especialização que não tem um material didático específico. O curso instiga os professores-alunos a buscarem conteúdos em sites e matérias pré-selecionadas pela comissão pedagógica. Estes, depois de estudados, são aplicados em sala de aula.

Além do Ciência é 10!, a **CAPES** tem outros programas voltados à formação de professores: Pibid, focado na iniciação da docência, Parfor, de capacitação, Proeb, de mestrado profissional, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Residência Pedagógica.

Mais informações: <https://c10.capes.gov.br/> e <https://www.cienciaaescola.gov.br>

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 11.04.2019

topo 

UFMS - TEMPO REAL

Capex seleciona projetos conjuntos de pesquisa para o Sul Global/Coopbrass

Até dia 31 de maio, estão abertas inscrições para projetos de pesquisa conjuntos no âmbito do Programa de Cooperação Científica e Estrangeira com o Sul Global/Coopbrass. O objetivo do programa é promover o intercâmbio científico e a mobilidade acadêmica entre instituições brasileiras de ensino superior (IES) ou científicas, tecnológicas e de inovação (ICT) – sejam públicas ou privadas sem fins lucrativos, e entidades similares sediadas em países em desenvolvimento.

Estão aptos para participar do Programa 65 países com os quais o Brasil mantém Acordo ou Memorando de Entendimento na área de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia da África, Ásia, Oceania, América Latina e Caribe.

A **Capes** disponibilizará um montante anual de mais de R\$2,9 milhões, para financiar as propostas, que tenham planejamento de atividades para até quatro anos. Os resultados serão divulgados no final de outubro e o início das atividades deve ocorrer em janeiro de 2020.

Projetos – As propostas devem ter caráter institucional e ser coordenadas por um docente doutor, além de envolver ao menos uma instituição em cada país. Projetos no Brasil devem conter uma instituição principal e até duas associadas brasileiras. Os projetos no exterior contarão com uma instituição principal presente em um dos países aptos e até uma instituição associada estrangeira.

Mais informações podem ser conferidas no site do Programa ou pelo e-mail coopbrass@capes.gov.br

Fonte: CCS/Capes

topo 

VISÃO - TEMPO REAL

UNIVEM : alunos do Direito são aprovados em Exame da OAB

Pesquisa recente realizada pela OAB/Marília aponta que, nos últimos cinco anos, mais de 70% dos aprovados na Ordem dos Advogados do Brasil são alunos do UNIVEM

O Curso de Direito do UNIVEM comemora o excelente resultado no índice de aprovações na 1ª fase do Exame 28 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Dos 97 aprovados, 59 são alunos do UNIVEM, representando 60,82%. Com 52 anos de tradição, o curso de Direito é referência na formação de excelência e se destaca dentre os melhores do Brasil.

Conforme destacou a coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do UNIVEM, Profª. Andréa Antico, a aprovação dos alunos do UNIVEM nos Exames da OAB, mostra que o Centro Universitário está no caminho certo. Pesquisa recente realizada pela OAB/ Marília aponta que, nos últimos cinco anos, mais de 70% dos aprovados são alunos da instituição.

Segundo ela, os resultados expressivos de aprovação na OAB, sempre acima da média do Estado, estão diretamente ligados a um trabalho consolidado ao longo dos anos, e a oficinas que preparam e direcionam os alunos para a prova.

Profª Andrea Antico, coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica do UNIVEM: “Isso é resultado de um ensino sustentável”

“Isso é resultado de um ensino sustentável, e de projetos, a exemplo do ‘Metas’ que tem incentivado os alunos a revisitarem o Direito com oficinas semanais, para que possa se atualizar e enfrentar o Exame da Ordem”, frisou.

O curso de Direito do UNIVEM, um dos melhores do Estado, conta com profissionais titulados (Mestres e Doutores). Além disso, se diferencia pela continuidade dos estudos no Mestrado em Direito, muito bem avaliado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**.

De acordo com o coordenador do Curso de Direito do UNIVEM, Prof. Edinilson

Doniste Machado, o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mede a habilidade e a competência do aluno durante os cinco anos de curso. Além da formação curricular, o resultado depende muito do perfil e da dedicação que o aluno teve.

“Terminar a graduação é um caminho natural para quem ingressa, agora ingressar no mercado de trabalho depende da habilidade e competência de cada um. Setenta por cento dos nossos alunos que se formam, já saem com a aprovação da OAB, e os 30 por cento são aqueles que vão fazer a primeira, segunda prova no ano seguinte, após concluírem o curso”, concluiu.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Frente parlamentar vai lutar pela permanência do Fundeb

Deputados também devem acompanhar mudanças no MEC e procurar diálogo para encontrar soluções na área

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, é a principal fonte de financiamento da educação nos municípios.

O fundo entrou em vigor em 2007, mas tem validade apenas até o próximo ano.

Tornar o Fundeb permanente é a principal preocupação da Frente Parlamentar Mista pela Educação, lançada esta semana em evento realizado na Câmara dos Deputados.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas do Tocantins, presidente da Frente, esclareceu que sem a manutenção do fundo não haverá recursos para a educação.

"O Fundeb hoje responde por 63% dos recursos da educação básica, em muitos municípios é o maior volume de recursos se ele não continuar, porque ele termina em 2020, o município trava."

De acordo com dados apresentados pela organização Todos pela Educação, a cada 100 crianças, apenas a metade sabe ler aos 9 anos. Dos alunos e alunas que finalizam o ensino fundamental apenas 33% sabem português e dos que concluem o ensino médio somente 7,3% sabem matemática.

Essa é a realidade que a deputada e os demais integrantes da Frente estão empenhados para mudar.

"Nosso foco é a garantia do direito de aprender e o sucesso sempre de jovens e crianças."

O representante do Ministério da Educação, Leonardo Lapa, também presente no evento, afirmou que o MEC está passando por uma reestruturação e espera que, assim, a pasta tenha mais foco. Ele ressaltou a importância do lançamento da Frente pela Educação.

"Eu acho que ver esse movimento de união aqui na Câmara, ver entidades do Governo Federal, entidades da sociedade civil, parlamentares juntos em cima desse foco é o que vai gerar uma educação de resultado."

A frente conta com a participação de deputados e senadores, além de membros da sociedade civil e de diversas entidades, como o Todos pela Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consede), e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undine).

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Política Nacional de Alfabetização de Bolsonaro mantém foco em método fônico Segundo o MEC, a meta é uma drástica redução do analfabetismo. Plano tem programas e ações baseados em evidências científicas

BRASÍLIA — O decreto da Política Nacional de Alfabetização (PNA), assinado pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quinta-feira, lista como objetivos melhorar a qualidade do ensino e combater tanto o analfabetismo absoluto (condição de quem não sabe ler nem escrever) quanto o funcional, de quem tem limitações nas habilidades de leitura e compreensão de texto. De acordo com o governo, o plano implementará programas e ações "baseados em evidências científicas". No entanto, o decreto mantém o foco no método fônico.

No fônico, a aprendizagem começa das letras e sílabas até chegar às palavras. Nos métodos globais, o caminho costuma ser inverso, partindo de textos e experiências sobre as funções da linguagem para se chegar às letras e sons, mas focando na compreensão da leitura.

O programa de alfabetização do governo lista seis componentes, dispostos no decreto na seguinte ordem: consciência fonêmica (conhecimento das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente); instrução fônica sistemática (ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada); fluência em leitura oral (capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia); desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita.

O Ministério da Educação (MEC) informou que o PNA é resultado de estudos realizados desde janeiro por um grupo de trabalho que se baseou em experiências internacionais, de países como Inglaterra, Estados Unidos, Portugal e França. Um dos princípios da política é a integração com Estados e municípios, que poderão aderir voluntariamente às ações por meio de suas redes públicas de ensino.

O texto adota como um dos princípios o "reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo, da linguagem, da literacia e da numeracia". Além disso, trata a aprendizagem da leitura e escrita e também da matemática básica como "instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania", e reconhece a família como um dos agentes do processo de alfabetização.

Segundo o MEC, a meta é "uma drástica redução do analfabetismo". A pasta informou ainda que vai elaborar um "caderno explicativo" sobre a PNA, que pretende atingir desde a educação infantil até a alfabetização de jovens e adultos, com prioridade para o primeiro ano do ensino fundamental.

Uma das diretrizes é o estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária

por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas e bibliotecas. O decreto prevê ainda o incentivo à "identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem" e a valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador, sem estabelecer metas práticas sobre esse quesito.

Ao ministério caberá realizar a coordenação estratégica dos programas da PNA e prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos. Os recursos, no entanto, não deverão constar das dotações da Lei Orçamentária Anual do MEC e suas entidades vinculadas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Juíza bloqueia R\$ 5 milhões de faculdades que não deram diplomas a alunos de União dos Palmares

Cinco instituições acusadas pelo MP ofertaram cursos sem autorização do MEC.

A juíza Soraya Maranhão bloqueou R\$ 5 milhões de faculdades que não deram diplomas a alunos de União dos Palmares, Zona da Mata de Alagoas. As cinco instituições acusadas pelo Ministério Público do Estado (MP-AL) ofertaram cursos sem autorização do Ministério da Educação (MEC).

Sem diplomas, os estudantes ficaram no prejuízo. Por conta disso, a 1ª e a 2ª Promotorias pediram à Justiça o bloqueio de bens das empresas; são elas:

Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (Fadire), mantida pela Sociedade de Desenvolvimento do Ensino Superior do Vale do Capibaribe (Sodecap);
Faculdade Anchieta do Recife (FAR), administrada pela Organização de Ensino Superior Anchieta (OESA);
Instituto de Educação e Tecnologias (INET), da Sociedade de Ensino e Tecnologias;
Faculdade Santo Augusto (Faisa), gerida pela Sociedade Educacional Santo Augusto;
Faculdade Excelência (FAEX), da gestão do Instituto Cristão de Desenvolvimento Humano.

O G1 tentou contato com as faculdades em março quando o MP decidiu pela acusação. Porém, só localizou o email de duas delas, a Fadire e a FAR, mas nunca recebeu resposta. De outras duas, a INTE e a Faisa, foram encontrados telefones para contato, mas ao ligar para os números das duas, uma mensagem avisa que os telefones não existem. A reportagem não encontrou nenhum meio de contato com a FAEX .

O MP investigou que, no segundo semestre de 2013, a Secretaria de Educação de União dos Palmares anunciou aos moradores a chegada de uma instituição de ensino superior na cidade, que ofertaria os cursos de graduação de pedagogia e administração de empresas, por meio da Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (Fadire).

A partir disso, várias pessoas se interessaram pelos cursos, principalmente pela facilidade de estudar no próprio município e pelo baixo custo das mensalidades, fixadas no início em R\$ 156.

“O sonho de possuir um diploma em curso superior estava correndo bem. Mas, ao transcurso de cinco períodos, os alunos foram surpreendidos com uma matéria veiculada em um jornal que relatava irregularidades no credenciamento para oferecimento de

graduação fora da sede de várias instituições, e uma das quais era a Fadire", diz um trecho da ação.

"Vale asseverar que essa Fadire era mantida pela Sociedade de Desenvolvimento do Ensino Superior do Vale do Capibaribe (Sodecap) LTDA – EPP, sediada em Pernambuco, e conforme informações colhidas no Portal e-MEC, ela não possuía autorização para oferecimento de graduação fora da cidade de origem, o que resultou em seu descredenciamento pelo Ministério da Educação em 17 de outubro de 2018, por meio da Portaria 692, em virtude das irregularidades cometidas na disponibilização de curso superior em localidade distinta de Santa Cruz do Capibaribe, interior pernambucano", argumenta o promotor.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escolha para o MEC reafirma decisão do governo por ideologia em vez da técnica educacional

Comentário na Rádio Globo sobre os principais acontecimentos da semana

O comentário desta sexta-feira (12) no programa clube do café, na Rádio Globo, abordou os principais acontecimentos da semana na política e na sociedade brasileira. Entre os destaques está a troca de comando no Ministério da Educação (MEC), com a saída de Véliz Rodriguez e a entrada do economista Abraham Weintraub. Ouça aqui.

Os especialistas dizem que a grande preocupação é que nem o ministro nem seus principais assessores têm qualquer ligação com a área. Além disso, o novo ministro é “olavista”. Defende as mesmas teses do filósofo Olavo de Carvalho. Por exemplo, Weintraub já expôs a opinião de que existe um “marxismo cultural” que se apossou do país.

Com a escolha, Bolsonaro reafirmou que o MEC vai continuar sendo um campo onde as ideias de seus seguidores mais ideológicos, alguns deles radicais, vão prevalecer. Contudo, é preciso registrar que o novo ministro tem um verniz mais moderno do que o de Véliz, o que pode resultar em uma administração menos paralisante na educação.

O comentário na Rádio Globo ainda tratou da semana trágica vivida pelo Rio de Janeiro, que sofreu com chuvas intensas - das maiores nos últimos anos. O evento mostrou uma prefeitura despreparada e lenta. É fundamental que as cidades se preparem melhor porque os cientistas alertam que esses eventos climáticos extremos acontecerão com mais frequência.

Outro fato importante da semana foi a queda do segundo presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) no governo Bolsonaro. O embaixador Marcos Vilalva deu entrevistas criticando as intervenções do chanceler Ernesto Araújo e acabou demitido. A briga expôs os problemas em andamento na Apex – fruto também, assim como no MEC, da parte ideológica bolsonarista que produz mais polêmica do que gestão administrativa.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Damares diz que governo pedirá urgência na tramitação de projeto sobre ensino domiciliar

Proposta assinada nesta quinta-feira (11) pelo presidente Jair Bolsonaro foi encaminhada ao Congresso. Texto garante aos pais liberdade de optar entre educação escolar ou domiciliar.

A ministra da Família, Mulher e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou nesta sexta-feira (12) que o governo vai pedir regime de urgência na tramitação do projeto de lei que propõe regularizar o ensino domiciliar no Brasil. Com o carimbo de urgência, os prazos para a análise ficam mais curtos, e a proposta pode seguir para apreciação diretamente no plenário, sem votação em comissões da Câmara e do Senado.

A educação domiciliar é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores assumem o processo de aprendizagem das crianças, ensinando a elas os conteúdos ou contratando professores particulares. No entanto, não havia regras para a prática até então.

O projeto foi assinado nesta quinta-feira (11) pelo presidente Jair Bolsonaro na cerimônia em comemoração aos 100 dias do governo. No mesmo dia, o texto foi enviado ao Congresso Nacional.

O Palácio do Planalto cogitou enviar a proposta ao parlamento na forma de uma medida provisória, que entraria em vigor imediatamente após a publicação no "Diário Oficial da União", independentemente de aprovação dos parlamentares. No entanto, o governo recuou e decidiu enviar o texto como projeto de lei, que precisa ser aprovado pelo Congresso para começar a valer.

Agora, o projeto vai tramitar na Câmara e no Senado antes de eventual sanção pelo presidente da República, quando a norma passaria a ter eficácia.

"Era para ser medida provisória. Foi projeto de lei para o Congresso, mas ontem [quinta] já tivemos reunião com líderes, deputados, com inúmeras pessoas lá no Congresso Nacional e a gente vai pedir regime de urgência e nós vamos conseguir aprovar logo", declarou Damares Alves nesta sexta.

"Lembrando que nós aprovamos na semana passada um projeto de lei no Senado em 24 horas. É possível sentar com os parlamentares e a gente mostrar para eles da necessidade", ressaltou a ministra, referindo-se ao projeto que criou a política nacional de prevenção do suicídio e da automutilação. A proposta ainda não foi sancionada por Bolsonaro.

A Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) estima que 7,5 mil famílias ou cerca de 15 mil estudantes estejam dispostos a praticar a educação domiciliar.

Confira os principais pontos do projeto do homeschooling:

- Garante aos pais a liberdade de optar entre a educação escolar ou domiciliar;
- Exige o cadastro obrigatório dos estudantes em uma plataforma do Ministério da Educação;
- O MEC fará análise e aprovação do cadastro;
- Para se cadastrar no MEC, os pais precisam apresentar certidão com antecedentes criminais e a carteira de vacinação atualizada;
- Os estudantes precisarão fazer provas anuais de avaliação da aprendizagem;
- Se as crianças forem reprovadas por dois anos seguidos, ou três anos não consecutivos,

os pais perderão o direito de educar os filhos nesta modalidade;

É preciso apresentar um plano pedagógico individual proposto por pais ou responsáveis legais;

Os pais ou os responsáveis legais deverão manter registro periódico das atividades pedagógicas do estudant

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFU recebe R\$ 12,9 milhões para bolsas de pesquisa e plano de internacionalização

Recurso chega em boa hora já que instituição estava com pesquisas ameaçadas pela crise financeira. Intercâmbios devem ser feitos por todo o mundo.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) confirmou a liberação de R\$ 12,9 milhões para serem investidos em bolsas de pesquisa e missões de trabalho nos próximos quatro anos.

O recurso chega em um bom momento para a UFU já que o corte financeiro das principais instituições de fomento federais e estaduais colocou recentemente em risco as pesquisas científicas e a continuidade dos estudos de mestrado e doutorado na universidade.

Segundo o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFU, Carlos Henrique de Carvalho, o aporte garante continuidade de pesquisas ameaçadas. “Depois da crise e cortes anunciados nos recursos da Fapemig e CNPq, este valor vem em ótimo momento”, afirmou.

Carvalho explicou, ainda, que o recurso permite a troca de conhecimento e intercâmbio com cientistas de todo o mundo. “Podemos agora colocar nossos pesquisadores em todos os continentes e trazer doutorandos de outros países para a UFU”, acrescentou.

De acordo com a UFU, os recursos já estão disponíveis pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o processo de liberação das 100 bolsas do edital já está em andamento.

Um dos objetivos é incentivar a formação de redes de pesquisas para internacionalizar e aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação.

Recurso

A universidade foi uma das 36 instituições do país que tiveram os planos de internacionalização aprovados pela **Capes**.

O apoio da **Capes**, órgão do Ministério da Educação, é dirigido à construção e consolidação de planos estratégicos das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento escolhidas.

O programa institucional da UFU envolve áreas de Tecnologias Convergentes e Recursos Ambientais, Dinâmica Social, Qualidade de Vida e Saúde.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Para onde vai a educação?

Chegada do novo ministro Abraham Weintraub precisa envolver um choque de gestão. O problema é que a insistência em combater o “marxismo cultural” pode deixar as questões essenciais do MEC novamente em segundo plano

Depois de cem dias perdidos sob o comando do teólogo Ricardo Vélez Rodrigues, o Ministério da Educação (MEC) ganhou na terça-feira 9 um novo fôlego. Os sinais, no entanto, ainda são nebulosos. O novo ministro, o economista Abraham Weintraub, promete acabar com a letargia na pasta. Em tese, ele chega para fazer o serviço que Vélez não conseguiu realizar e colocar a máquina para funcionar. Seria, de fato, um avanço. O caminho que o ministro recém-empossado parece adotar, porém, produz uma sensação de filme repetido. Mais uma vez, as prioridades envolvem o aparelhamento do MEC para combater a cantilena do marxismo cultural, uma teoria conspiratória segundo a qual a esquerda dissemina suas ideias de modo indireto para enfraquecer as instituições conservadoras. No fundo, o que ainda está em jogo é a promoção de um ideário de direita com mudanças no conteúdo do material escolar e o aumento do controle sobre os professores. A se manter essa toada, a educação no Brasil permanecerá numa trilha perigosa em que o confronto ideológico para eliminar o pensamento de esquerda nas escolas tende a prevalecer sobre as necessidades reais de desenvolvimento educacional.

Jovens apolíticos?

Por exemplo, ao mesmo tempo em que quer que Weintraub entregue resultados e cuide da gestão do MEC, que hoje convive com atrasos no cronograma, o presidente Jair Bolsonaro determina que ele centre fogo na despolitização das escolas. Na posse do ministro, o mandatário deu o tom. Declarou, para o espanto de muitos, que não quer que as novas gerações se interessem por política. “Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-la ao espaço no futuro”, disse. Weintraub foi na mesma linha: “Uma pessoa que sabe ler e escrever não vota no PT”. Ou seja, se ainda pairam dúvidas sobre a capacidade administrativa do novo titular da pasta, sobram certezas de que o viés doutrinário dificilmente será abandonado.

Na visão do governo, a educação está tomada por esquerdistas que querem catequizar crianças e jovens. E esse seria o principal fator a minar a melhoria do ensino no Brasil. O grande propagador dessa teoria é o filósofo Olavo de Carvalho, cuja influência sobre o MEC deve continuar. Assim como Vélez, Weintraub, professor de direito na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), também é seguidor do filósofo. “O ministro não me deve nada e não tem nenhum compromisso comigo. Ele apenas conhece as minhas ideias melhor do que as conhecia o seu antecessor”, afirmou Olavo.

Um sinal de que o caos administrativo combinado com a forte carga ideológica persistirá é que, no dia seguinte à posse, Weintraub substituiu os titulares de seis das sete secretarias do Ministério. O que todos os indicados têm em comum é a falta de experiência na área de educação. O secretário executivo será o economista Antonio Vogel de Medeiros, que substituiu o tenente brigadeiro Ricardo Vieira. A entrega do cargo para um civil indica que o filósofo segue levando vantagem sobre os militares, que também disputam espaço no MEC. Para enfrentar o “marxismo cultural”, o ministro pretende no curto prazo controlar tudo que sair do Ministério, começando pelos livros didáticos. “Quero saber quando a sociedade brasileira vai receber um calendário com prazos, metas e prioridades para a educação”, disse a deputada Tabata Amaral (PDT-SP). Para especialistas, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

(Fundeb) deveria ser a prioridade número 1 do MEC pelo fato de bancar salários de professores, infra-estrutura, transporte, material didático e tudo que importa na educação. Ocorre que o Fundeb vence em 2020 e o governo até agora não se moveu para renová-lo.

“O ministro não me deve nada e não tem nenhum compromisso comigo. Ele apenas conhece minhas ideias melhor do que o seu antecessor” Olavo de Carvalho, filósofo

O Brasil amarga índices sofríveis de educação. Há 2,7 milhões de jovens fora da escola e problemas graves de aprendizado. O País gasta hoje o equivalente a 6% do PIB com educação. O percentual supera a média dos países da OCDE, de 5,5%. Mas o gasto por aluno, de US\$ 3,8 mil por ano, está muito abaixo dos países desenvolvidos, que é de US\$ 10,5 mil. Na pré-escola todas as crianças de quatro e cinco anos deveriam estar matriculadas. Porém, 500 mil, 9,5% do total, não têm vaga – um índice assustador. Ou seja, Weintraub terá muitos problemas para resolver, além do marxismo cultural. Conseguirá?

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Abraham Weintraub, novo ministro da Educação, processa o próprio pai
Disputa de bens iniciada está contada no primeiro episódio do podcast
"Funcionário da Semana", que traz a história de protagonistas da política
brasileira**

Depois de ser anunciado, na última segunda-feira, como chefe da pasta da Educação no governo Jair Bolsonaro, o economista Abraham Weintraub se tornou o ministro mais pesquisado no Google — oito vezes mais que o até então campeão Sergio Moro, da Justiça.

Quem é? De onde vem? Quem indicou? As respostas estão no primeiro episódio do podcast Funcionário da Semana, no qual VEJA apresenta o perfil de protagonistas da política brasileira – homens e mulheres que trabalham para servir você, cidadão.

O episódio de estreia revela que o ministro processa o próprio pai. Abraham, de 47 anos, e seu irmão Arthur, de 42, entraram na Justiça em 2012 contra o psiquiatra Mauro Salomão Weintraub, em uma disputa pelo patrimônio da família. Eles alegam que o pai doou todos os bens à segunda mulher, vinte anos mais jovem. A dupla pede que a doação seja anulada porque o patriarca não reservou a eles os 50% determinados por lei – mas ele argumenta que já fez a divisão necessária.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

O decreto da alfabetização

No decreto sobre a Política Nacional da Alfabetização, há avanços a serem comemorados. Com 20 anos de atraso, o MEC define com clareza o que é alfabetizar.

Finalmente saiu o Decreto sobre a Política Nacional da Alfabetização. O decreto 9.765 pode ser encontrado aqui.

Há avanços conceituais importantes, que por si só merecem comemoração. No meio de tantas ameaças, sabotagem e atos de guerrilha, a equipe responsável pelo Decreto deve ser parabenizada pelo feito. Começemos pelos avanços.

Primeiro, o MEC define com clareza o que é alfabetizar. Finalmente – e com pelo menos 20 anos de atraso. Segundo, diz claramente que a alfabetização deve ser feita no primeiro ano do ensino fundamental. A linguagem aí é ambígua: “priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”. No espírito do decreto, interpreto que alfabetizar no primeiro ano do ensino fundamental deve ser a principal tarefa dessa etapa escolar. Terceiro, escreve com todas as letras que a política implicará “orientações curriculares e metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental”. Isso significa reescrever importantes parcelas da BNCC, tanto nos capítulos da educação infantil quanto do 1º ano e das séries iniciais. Quarto, diz que as crianças na Primeira Infância estão incluídas como parte do público-alvo.

Para quem acompanha o tema há mais de 20 anos, essas afirmações do Governo representam um grande avanço. Claro que nada disso deveria ser matéria de decreto. Mas pelo menos temos um ponto de partida para conversar com o MEC. E o MEC precisará, com urgência, rever uma série de documentos, programas e iniciativas que incluem a BNCC e os livros didáticos.

Parece que também haverá um documento técnico acompanhando o projeto – e, pelo que consegui apurar, será de excelente qualidade. Em outros países, esse tipo de documento é sempre elaborado por conselhos de cientistas qualificados –, mas no Brasil tudo é diferente...

O decreto também reflete um compromisso que enfraquece a mensagem, mas não joga tudo por terra. Eis o trecho:

IV – ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos; e
- f) produção de escrita;

Os dois últimos itens não se enquadram nas definições científicas de alfabetização – devem ser parte importante do ensino da língua antes e durante o primeiro ano – mas é incorreto incorporá-las à definição de alfabetização. Ao final do 1º ano, crianças não são capazes de produção escrita autônoma – a não ser escrever palavras ou frases isoladas ou compreender textos que elas mesmas leem -, dadas as limitações de fluência. Os textos que elas precisam compreender já no 1º ano são muito mais avançados do que os textos que elas devem ser capazes de ler.

Daqui em diante, é necessário que estados e municípios se compenbrem a respeito das questões que o decreto suscita. O mesmo se aplica às universidades e às entidades não governamentais que militam nessa área. Não dá mais para colocar adjetivos junto com a definição da alfabetização. Não dá mais para falar em alfabetização até os 8 anos ou no 2º, 3º ou qualquer outro ano. Não dá mais para falar em evidências científicas e não mencionar a importância de usar o método fônico. Não dá mais para o vale-tudo e a falta de evidências.

No ano de 2000, junto com Simon Schwartzman, publiquei o livro “A escola vista por dentro”, onde, pela primeira vez, registrei os desacertos das políticas e práticas de alfabetização no Brasil. No ano de 2003, a Câmara dos Deputados, sob iniciativa do Deputado Gastão Vieira, patrocinou a realização de um seminário internacional sobre o tema que nunca foi levado a sério pelo governo nem pelos educadores. Em 2008, o então Ministro Fernando Haddad tentou levar o tema para dentro do MEC, mas foi massacrado e, embora convencido da importância do tema, não levou adiante o seu projeto. Em 2011 a Academia Brasileira de Ciências produziu um documento a respeito, também solenemente ignorado pela comunidade educacional e pelo MEC. Em 2014, o Instituto Alfa e Beto promoveu um Seminário Internacional para discutir a Avaliação Nacional da Alfabetização, concluindo pela total inadequação e inutilidade do teste do INEP, e essas recomendações também foram ignoradas pelas várias gestões do INEP desde então. Durante a elaboração da BNCC, um grupo de cientistas tentou colaborar, mas foi de novo ignorado pelas autoridades do MEC. Portanto, é com muita alegria que comemoro – com as crianças brasileiras e com a equipe da Secretaria de Alfabetização a abertura de um novo cenário. O novo Ministro demonstrou coragem e prudência. Ponto para ele também.

Quanto à implementação do que está no decreto... São outros quinhentos. Não vamos falar disso agora para não estragar a festa.

topo ↕

REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

ANÁLISE-Postura de Bolsonaro nos primeiros 100 dias não funciona e governo se beneficiaria de pragmatismo

SÃO PAULO (Reuters) - A insistência do presidente Jair Bolsonaro em manter nos seus 100 primeiros dias de governo a retórica adotada antes e durante a campanha eleitoral não tem funcionado e seu governo se beneficiaria da adoção de uma abordagem mais pragmática, disseram analistas ouvidos pela Reuters.

Presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia alusiva aos 100 dias de governo no Palácio do Planalto, em Brasília 11/04/2019 REUTERS/Adriano Machado

Ao contrário de outros presidentes em primeiro mandato, Bolsonaro não contou com uma “lua de mel” nos primeiros 100 dias de governo e isso se deveu em grande parte a turbulências geradas dentro do próprio governo.

Além disso, o discurso de ruptura com o que o presidente gosta de chamar de “velha política” gerou atritos com o Congresso Nacional, o que não é recomendável para um governo que afirma ter entre suas principais prioridades medidas que dependem do aval de três quintos de deputados e senadores, como a reforma da Previdência.

“O governo assumiu com uma atitude quase que beligerante, de ‘eu vou fazer tudo diferente’, mas não fez. Não mostrou o que era o diferente, não conseguiu trazer, não conseguiu dialogar e basicamente virou uma fábrica de pequenas crises semanais, se não quase que diárias”, disse à Reuters Danilo Gennari, sócio da Distrito Relações Governamentais.

Entre as crises vividas pelo governo em apenas 100 dias dos quatro anos de mandato estão a substituição de dois ministros —Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral) e Ricardo Vélez (Educação)— e polêmicas envolvendo declarações de ministros, principalmente

os que são apontados como da ala ideológica do governo.

Soma-se a isso a pouca experiência governamental do presidente e o grande número de novatos entre os parlamentares de seu partido, o PSL, um nanico até a eleição de 2018 e que, na esteira de Bolsonaro, elegeu a segunda maior bancada de deputados no ano passado.

“Essa falta de experiência, de nunca ter sido governo, fez com que se chamasse tudo de velha política e colocasse tudo num envelope chamado de imoral. Isso estabeleceu uma relação de desconfiança entre o Congresso e o governo e entre o governo e o Congresso”, disse à Reuters o cientista político e professor do Insper Carlos Melo.

“Isso gerou um estranhamento muito grande, e aquilo que poderia ter avançado em termos de agenda, avançou pouco. Nós estamos em meados de abril e o parecer da reforma da Previdência está na Comissão de Constituição e Justiça. O governo ainda não tem uma base que possa quantificar.”

A postura pessoal de Bolsonaro e a escolha por figuras de perfil ideológico para postos-chave da administração —como os ministérios das Relações Exteriores, Educação e Meio Ambiente— também são lembrados.

“Há um ideologismo de sinal trocado”, avaliou Melo. “O essencial tem sido substituído pelo acessório.”

Analistas afirmam que é difícil prever se Bolsonaro mudará de curso. Ao mesmo tempo que o presidente passou a se reunir pessoalmente desde a semana passada com lideranças e presidentes de partidos em busca de melhorar a articulação política, a escolha de Bolsonaro para substituir Vêlez no Ministério da Educação —o até então número dois da Casa Civil, Abraham Weintraub— indica que o presidente dobrou a aposta em sua estratégia atual.

“Essa mudança no Ministério da Educação agora poderia ser uma sinalização de mudança, mas na prática não foi. Foi uma reafirmação de que ele é daquele jeito, vai continuar sendo assim e a política dele é aquela”, disse Gennari.

Weintraub já afirmou ser necessário combater o “marxismo cultural” nas universidades e disse em uma palestra que comunistas estão no topo de organizações financeiras, são donos de jornais, de grandes empresas e de monopólios.

ERRO DE AVALIAÇÃO

A insistência de Bolsonaro se baseia em um erro de avaliação, segundo os analistas: a de que o presidente foi eleito somente pelo grupo que o apoia nas redes sociais.

E esse equívoco, disseram, já começa a aparecer em pesquisas de opinião que apontam Bolsonaro como o presidente cujo governo tem a mais baixa aprovação perto dos 100 primeiros dias de um primeiro mandato.

“Não foi só esse grupo que o elegeu”, disse Gennari. “A popularidade dele está caindo exatamente porque o grupo do meio —que o apoiou não porque era fã do Bolsonaro das redes sociais, explosivo, falastrão, etc, mas porque via nele uma possibilidade,

principalmente com o Paulo Guedes, de levar adiante reformas e fazer a economia crescer— está vendo que o presidente tem dificuldades de abandonar o discurso eleitoral.”

Na avaliação dos analistas, a estratégia atual pode deixar Bolsonaro refém do Congresso Nacional, dificultando a aprovação de reformas importantes, como a da Previdência, apontada como crucial para equilibrar as contas públicas e retomar o crescimento da economia.

“O governo precisa acelerar a sua curva de aprendizado e precisa corrigir posturas”, disse Melo, do Insper.

“Ou ele começa a negociar com pragmatismo, ou ele vai ficar muito só nesse processo todo, não vai conseguir aprovar projetos importantes, a economia piora, e a economia piorando, piora a política, que piora a economia mais um pouco e você cria um ciclo vicioso, que nós já vivemos no passado.”

topo ↕

UEMS - NOTÍCIAS

UEMS participa de discussões sobre estratégias para assistência estudantil na UFMS

Nesta quarta (10) e quinta-feira (11), representantes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) participaram do encontro da regional Centro-Oeste do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O evento aconteceu no auditório da Sedfor, na Cidade Universitária em Campo Grande.

A programação do encontro era voltada para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e discutiu indicadores para avaliar os programas de assistência estudantil, as experiências nas IFES (UFMS, UFMT e UFG). Também abordou as formas de avaliação para cotas.

Nesta quinta-feira, a programação foi sobre saúde mental dos estudantes, como as IFES trabalham e a UEMS pode falar um pouco de suas ações. “As Instituições de Ensino Superior estaduais e municipais também devem discutir seus programas de assistência estudantil na ABRUEM e principalmente como planejar e organizar a assistência para a saúde dos estudantes. Aproveitei para comentar da nossa comissão que está propondo uma minuta para formular as diretrizes para a política institucional de saúde mental da UEMS”, ressaltou a Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UEMS, Márcia Alvarenga.

Estiveram presentes também no evento, as servidoras da UEMS: Ana Lúcia Pires Fagundes (DAE/Proec), Jaqueline Jurado e Antônia Raquel que auxiliam no atendimento estudantil na Unidade da UEMS de Campo Grande.